



Helena Pinheiro Jucá-Vasconcelos

**Violência Conjugal e
Transmissão Psíquica Geracional**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Março de 2011



Helena Pinheiro Jucá-Vasconcelos

**Violência conjugal e
Transmissão Psíquica Geracional**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Edna Lúcia Tinoco Ponciano

UERJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-graduação
E Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Helena Pinheiro Jucá-Vasconcelos

Psicóloga e Bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Especialista em Psicologia Clínico-Institucional – Modalidade Residência – Hospital Universitário Pedro Ernesto / Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Formada em Gestalt-terapia pelo Centro de Gestalt-terapia Sandra Salomão. Possui experiência na área de Psicologia clínica, Psicologia hospitalar e em pesquisas no campo da Psicologia do desenvolvimento (PUC-Rio), da Psicologia da leitura (Universidad Autónoma de Madrid), da Neurociência e Psicanálise (PUC-Rio), da Psicolinguística (PUC-Rio), da família (UERJ) e da saúde (FIOCRUZ).

Ficha Catalográfica

Jucá-Vasconcelos, Helena Pinheiro

Violência conjugal e transmissão psíquica geracional / Helena Pinheiro Jucá-Vasconcelos ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2011.

112 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2011.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Violência conjugal. 3. Violência contra a mulher. 4. Transmissão psíquica geracional. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Dedico essa dissertação aos
meus pacientes, que dão senti-
do e amor ao meu trabalho.

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a cooperação, o estímulo e o comprometimento de diversas pessoas. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, por tudo que tenho e sou.

Gostaria de agradecer com carinho especial à professora Terezinha Féres-Carneiro por sua atenção, orientação e amabilidade comigo.

Ao casal Maurício e Lúgia Lintz, sou eternamente grata pelo apoio que me dão e me deram, sem o qual esse trabalho não teria sido executado.

Às participantes da pesquisa, agradeço pela disponibilidade, por confiarem em mim e por compartilharem suas histórias comigo.

À minha mãe, Lúcia Helena Pinheiro, e ao professor Fernando Campos por me auxiliarem quando precisei e pela demonstração de carinho e preocupação.

Não podia deixar de agradecer ao meu irmão Ricardo e minha cunhada Juliana pelo amor, carinho e suporte em todos os momentos. E também à minha família: pai, mãe, irmãos, tios e avós por suportarem minhas faltas e meu cansaço.

Agradeço aos meus amigos, que apesar da minha ausência, permaneceram presentes, em especial: Alice Cohen, Aline Zeque, Ana Beatriz de Castro, Clarice Palmeira, Cidiane Vaz, Cristiane Iatauro, Daniel Saito, Fernanda Vianna, Gabriela Paiva, Janaína Horácio, Jennifer Davis, Juliana Vasconcelos, Lívia Barboza, Luiza Medeiros, Máira Moreno, Maria Elizabeth Lopes, Patricia Bassan, Renata Cavour, Renata Fidelis, Roberta Rapuano, Taís Donati e Tereza Rausch.

Gostaria de dar um reconhecimento especial à Lucimara Rase, presente em todos os momentos, dos mais tristes aos mais importantes.

Queria expressar o meu agradecimento ao Edgardo Figueroa pela colaboração quando solicitei e por me motivar indiretamente a concluir o trabalho.

Agradeço à banca, Andrea Seixas Magalhães, Edna Lúcia Tinoco Ponciano e Lídia Levy pela disposição em avaliar minha dissertação. Assim como sou grata à PUC-Rio, aos professores, especialmente à Maria Elizabeth Ribeiro dos Santos, e a todos os funcionários do Departamento de Psicologia pelo suporte institucional. E também à Capes pelo financiamento, importante na realização dessa pesquisa.

Por fim, agradeço ao André Oberziner pelo apoio, carinho e amor, especialmente no momento de finalização e apresentação desse trabalho.

Resumo

Jucá-Vasconcelos, Helena Pinheiro; Féres-Carneiro, Terezinha. **Violência conjugal e Transmissão Psíquica Geracional**. Rio de Janeiro, 2011, 112p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho buscou verificar as possíveis relações entre violência conjugal e transmissão psíquica geracional. Esse estudo é relevante pela alta prevalência da violência contra a mulher e por essa ser considerada problema de saúde pública. O objetivo principal deste trabalho foi investigar a possível transmissão da violência de uma geração à outra, identificando se houve a ocorrência da mesma também na família de origem e suas prováveis ressonâncias. Averiguou-se também que violências as vítimas sofreram e como as mesmas eram conceituadas por elas, assim como se buscou compreender como os abusos estavam presentes em suas vidas. Para alcançar os objetivos, realizou-se pesquisa de campo qualitativa, entrevistando nove mulheres vítimas de violência física de parceiros íntimos, através de entrevista por bate-papo na internet. O procedimento utilizado foi o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). Os resultados obtidos indicaram nítida repetição da violência entre os familiares, seja na posição de algoz, seja na de vítima.

Palavras-chave

Violência conjugal; violência contra a mulher; transmissão psíquica geracional.

Abstract

Jucá-Vasconcelos, Helena Pinheiro; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Domestic Violence and Generational Psychic Transmission**. Rio de Janeiro, 2011, 112p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aims at evaluating the possible relationship between domestic violence and generational psychic transmission. It is relevant due to the high prevalence of violence against women, and because this is actually considered a public health problem. The main objective was to investigate the possible transmission of violence from one generation to another and its probable resonance. It examines what types of violence the victims suffered and how they conceptualized it. To achieve the objectives, a qualitative fieldwork was carried out interviewing nine women victims of physical violence by intimate partners through means of Internet chat conferences. The procedure used was the Underlying Discourse Unveiling Method (UDUM). The results indicate a clear repetition of violence among family members, from the standpoint of the perpetrator and of the victim.

Keywords

Domestic violence; violence against women; psychic transmission between generations.

Sumário

Introdução.....	9
1. Saúde e doença na vida conjugal	11
1.1. Relacionamento conjugal: construção de diferenças e de ambivalências	11
1.2. Relacionamento conjugal enquanto experiência saudável.....	22
2. Psicopatologia e violência	27
2.1. As várias faces do masoquismo: sadomasoquismo e comportamentos autodestrutivos.....	31
3. Violência conjugal	35
3.1. Violência e saúde da mulher e da família	40
3.2. Modalidades de violência	41
3.3. Papel de cada um na violência.....	47
4. Transmissão psíquica geracional.....	55
5. Estudo de campo	64
5.1. Sujeitos e procedimentos	64
5.2. Análise e discussão dos resultados	66
6. Considerações finais.....	101
7. Referências.....	106

Introdução

O presente trabalho buscou verificar as possíveis relações entre violência conjugal e transmissão psíquica geracional, sem olvidar os aspectos históricos que permeiam a questão. A ideia dessa dissertação surgiu quando eu estava cursando a residência em Psicologia Clínico-institucional no Hospital Universitário Pedro Ernesto. Em situações de atendimento, pude observar inúmeros casos de violência intrafamiliar e achei curioso o fato de os pacientes relatarem histórias de agressões na família.

A violência pode apresentar consequências deletérias, como sofrimento psíquico e adoecimento mental. Quando é impetrada pelos próprios familiares pode causar um risco maior de aflição, além de ser comum a preocupação com a possível reprodução da violência, seja no lugar de vítima, seja como algoz. Por isso, parece-me importante estudar sobre as influências familiares a fim de não tratar a violência apenas com medidas coercitivas, como tem sido o foco do serviço público no Brasil, mas também por meio da prevenção e promoção da saúde psíquica, emocional e relacional. A compreensão da dinâmica de transmissão da violência nas famílias poderá trazer subsídios para a prática clínica e, quem sabe, colaborar para a criação de projetos de intervenção social que considerem a terapia de família como forma de prevenção da violência.

O objetivo, portanto, deste estudo foi investigar em que medida a violência é transmitida de uma geração à outra, buscando identificar se ocorreu violência na família de origem. Paralelamente, foi averiguado como as mulheres que sofreram violência física conceituam a violência, buscando delimitar os tipos de violência sofridos e compreender como a violência fez parte da vida da vítima.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de campo, sendo entrevistadas nove mulheres que sofreram violência física de seus companheiros ou maridos, por meio do recurso de entrevista por bate-papo na internet. A pesquisa seguiu as normas éticas, tendo sido esclarecidos os objetivos e os cuidados da mesma para as participantes. Foi solicitado também que concordassem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido enviado por e-mail. A metodologia utilizada foi o Método de Explicação do Discurso Subjacente - MEDS (Nicolaci-da-Costa, 2007; Nicolaci-da-Costa, Romão-Dias e Di Luccio, 2009),

que ajuda a ouvir detalhadamente a pessoa e a analisar também os conflitos psicológicos subjacentes ao discurso.

No primeiro capítulo foi estudada a construção do conceito de violência contra a mulher no Brasil, tendo em vista que o relacionamento conjugal é fruto de construções sociais. Desde a época da colonização brasileira havia a concepção de que a mulher devia ser submissa ao homem, que detinha plenos poderes sobre ela, inclusive com uso de agressividade. Assim, a condenação de atos violentos contra a mulher no Brasil parece ser uma construção da contemporaneidade. Foi ressaltado também que o casal é formado a partir de inúmeros mecanismos conscientes e inconscientes que projetam no outro seus desejos e necessidades. Por meio do relacionamento amoroso o romance familiar é revivido e são elaboradas as vivências que os cônjuges tiveram na infância. Nesse processo, apesar dos conflitos próprios dos relacionamentos interpessoais, espera-se que o amor ajude na neutralização da agressão. Quando isso não ocorre, por conta de influências sociais, familiares ou individuais, a relação pode ser ameaçada.

No segundo capítulo, foi explicitado que a violência contra mulheres passou a ser considerada problema de saúde pública e causadora de inúmeros problemas às vítimas e à família. Embora a violência física seja mais abordada e de mais fácil detecção, a psicológica tem sido comentada como muito prejudicial. Com suas diferentes manifestações e ocorrendo juntas, ambas provocam nos parceiros um processo de enredamento, tornando-os dependentes da relação opressora. Portanto, no relacionamento conjugal violento, o carrasco e a agredida participam de alguma forma na produção e reprodução da hostilidade.

No último capítulo teórico, o tema da violência foi articulado com o conceito de transmissão psíquica geracional na esfera conjugal, sabendo que o sujeito é formado na intersubjetividade. Além disso, foi abordado o tema da influência das gerações anteriores na violência familiar.

Por fim, por meio das análises dos resultados da pesquisa de campo pôde-se perceber que houve nítida repetição da violência entre os familiares, entre aqueles que presenciaram ou que foram vítimas de violência na infância, seja na posição de algoz, seja na de vítima.

1. Saúde e doença na vida conjugal

1.1. Relacionamento conjugal: construção de diferenças e de ambivalências

O relacionamento conjugal, tal como vivido nos tempos atuais, é fruto de inúmeras transformações culturais, sociais e políticas que influenciaram - e ainda influenciam - os indivíduos. Sabe-se que as características do homem e da mulher não são determinadas exclusivamente pela biologia, mas são fortemente construídas socialmente. As emoções, os desejos e os comportamentos são determinados pelo contexto histórico e social (Goldenberg, 2000).

Este capítulo tem como objetivo, portanto, compreender o relacionamento conjugal como fruto de um contexto histórico, cultural e social, além do individual. Para isso, farei uma revisão bibliográfica privilegiando aspectos sociais e históricos para ajudar na compreensão de como foram construídos os gêneros masculino e feminino no Brasil e, a partir disso, como se deu o relacionamento conjugal entre eles.

Cabe primeiramente lembrar alguns aspectos importantes da história mundial. A transformação do feudalismo no capitalismo se deu com inúmeras mudanças nas artes, no pensamento e no conhecimento científico, o que foi designado de Renascimento Cultural. Enquanto na Idade Média a alegria, o prazer, o riso e a pesquisa acerca da natureza eram rechaçados, pois se acreditava serem formas de heresias, no Renascimento tais aspectos eram valorizados, principalmente tudo que fosse relacionado ao humano. Valorizava-se a beleza e apesar de valores religiosos ainda prevalecerem, a concepção de que a Terra era um lugar de sofrimento e o homem fruto do pecado deixou de ser tão considerada. Assim, o homem passou a ser a medida de todas as coisas, em uma retomada dos ideais clássicos dos gregos e romanos. Esperava-se que o homem pudesse conhecer todas as coisas disponíveis, impulsionando o conhecimento das artes e das ciências (Petta e Ojeda, 1999).

O sentimento de intimidade foi possível após a desconstrução dos paradigmas da Idade Média, que estabeleciam que o centro fosse a religião e não o sujeito, e também após o estabelecimento de ideais como os da Revolução Francesa de igualdade, fraternidade e liberdade. Nas artes, observou-se uma mudança

de objetos: do divino ao profano, dando ao ser humano uma maior importância e presença. Os quadros refletiam, a partir de então, famílias e pessoas comuns (especialmente burgueses), o cotidiano, e não mais predominantemente o clero, os anjos ou os aspectos divinos. O que poder-se-ia transparecer um novo olhar sobre o mundo, assim como a Terra não era mais o centro do universo, a religião perdeu o seu lugar de destaque primordial na sociedade.

O Brasil recebeu de herança essa bagagem cultural com a vinda da corte portuguesa. Com o processo colonial, a política no Brasil era absolutista e paternalista, centrando o poder nas mãos dos reis. No nordeste, no período colonial, o paternalismo estava presente com a construção dos engenhos em que o poder era atribuído ao senhor de engenho, que detinha todos os direitos sobre os escravos, a sua família, os agregados e sobre a região em que a propriedade rural estava estabelecida.

O senhor de engenho era dono e senhor de todas as pessoas que viviam sob seu teto e em suas terras, dispunha da vida de todos da mesma forma como fazia com seus bens materiais. A distância entre as fazendas, a falta de comunicação que havia entre os vizinhos e a ausência de autoridades públicas faziam das famílias verdadeiros reféns de homens despóticos que se impunham pelo terror e pela força (Petta e Ojeda, 1999, p.93).

Quanto ao casamento, cabe recordar que, originalmente, foi instituído como um contrato civil para assegurar o patrimônio, sendo, portanto, um acordo entre os familiares e não uma escolha pessoal dos noivos. Buscava-se, portanto, unir duas pessoas seguindo um pacto de igualdade econômico ou social. Somente em meados do século XII, na Europa, o casamento se tornou um sacramento religioso (Del Priore, 2006).

Com a centralização do Estado, na Idade Moderna, ele passou ocupar espaços nunca antes ocupados, como por exemplo, a interferir na esfera privada, estimulando a oficialização do casamento e mantendo a autoridade marital, considerando a mulher incapaz para alguns atos da vida civil, exigindo-se a assistência do cônjuge. Assim como o casamento dos filhos dependia da autorização dos pais (Del Priore, 2006). Buscava-se que o matrimônio permanecesse indissolúvel já que “o risco do casamento movido por sentimentos era o de subverter a função dessa mesma instituição, desestabilizando a transmissão do patrimônio, a garantia

de alianças e o predomínio de certos grupos de poder sobre outros” (Del Priore, 2006, p.85).

Portugal tratava a relação amorosa de uma forma mais radical que os seus vizinhos, já que a religião, mesmo no século XVIII, dominava vários aspectos da vida cotidiana, inclusive a medicina, que confirmava a periculosidade e a inconveniência do amor. A medicina usava de seus métodos para corroborar a patologia que seria o sentimento amoroso, associando-o aos desarranjos fisiológicos, ao desequilíbrio e até mesmo ao veneno (Del Priore, 2006). É importante que tais aspectos sejam considerados, uma vez que Portugal, ao colonizar o Brasil, trouxe consigo seus valores e crenças, que podemos perceber a seguir.

No Brasil Colônia, o relacionamento conjugal era visto como algo a ser domesticado e o instinto sexual sem o casamento era luxúria, paixão ou até mesmo doença grave. A Igreja estava extremamente ligada a essa dinâmica tanto ao ditar normas para controlar o desejo quanto ao explorar a visão patriarcal e de dominação também para os relacionamentos entre os membros do casal, fazendo da mulher uma “escrava” doméstica, obediente e submissa. A escolha conjugal era norteadada pelo princípio de igualdade etária, social, física e moral, chegando ao ponto de familiares recorrerem às autoridades para impedir o casamento desigual social ou etnicamente (Del Priore, 2006).

A razão era privilegiada na escolha amorosa, sendo seus afetos correspondentes desaprovados pela Igreja. Esperava-se que as mulheres fossem dignas, virtuosas, discretas e honradas. A mulher e a sua possível beleza física eram temidas, pois havia o receio de ela dominar o marido, assim como levar o homem ao pecado. Era imposta uma dicotomia sexual, sendo o papel ativo desempenhado pelo homem, com direito ao desejo sexual e ao prazer, e pela mulher a passividade, com respectiva submissão e virtude. Procurava-se adestrar os afetos, sobretudo o feminino. O sexo era lícito buscando a procriação, não sendo permitido evitá-la, assim como eram proibidas certas posições consideradas inadequadas (Del Priore, 2006).

Com a crença de que a mulher deveria ser recatada, o marido acreditava que por meio da força poderia alcançar esse objetivo. Além disso, no jogo entre os casais a responsabilidade dos problemas conjugais era atribuída à mulher: “qualquer pequeno dano ao casamento idealizado só acentua a submissão feminina, pois o “erro” é sempre da mulher” (Del Priore, 2006, p.36). As crianças ou as ado-

lescentes, submissas, podiam ser obrigadas a casar por interesse (dos familiares), e, ao recusarem consumir o casamento podiam ser vítimas de maus-tratos.

Esperava-se que cada cônjuge desempenhasse um papel específico no matrimônio: ao homem cabia a superioridade e à mulher a obediência, configurando, portanto, um clima de dominação e poder dos homens sobre as mulheres e ainda um repúdio ao amor erotizado. A entrega das mulheres aos maridos devia ser feita por amor a Deus e obediência à Igreja.

No relacionamento conjugal, as tensões, os conflitos e os maus-tratos contra as mulheres faziam parte do cotidiano. Isso pode ser observado pela procura significativa por processos de separação e por feitiços que pudessem acalmar maridos e amantes (Del Priore, 2006).

Apesar do grande esforço de preservar o casamento, nem sempre o fim da união se dava após a morte natural dos cônjuges, sendo o assassinato um caminho para a separação. Para os mais ricos, o julgamento podia ser feito em liberdade, enquanto os pobres e os negros não usufruíam de tal benevolência, já que se descreditava que possuíam honra a defender. A punição era assimétrica em relação ao gênero na legislação lusa e colonial. Enquanto era incomum a absolvição de mulheres que mataram maridos adúlteros, ao homem era assegurado o direito ao homicídio da esposa adúltera, além do amante dela, para defender sua honra. Observa-se que, enquanto a condição social do homem era determinante em seu julgamento no processo de homicídio, a da mulher não fazia qualquer diferença: todas seriam julgadas (Del Priore, 2006).

Nos séculos XVIII e XIX o casamento no Brasil era feito sem que se estabelecesse qualquer intimidade entre os parceiros; sendo determinado pelos pais. O noivado era o mais curto possível. O sexo só era permitido às mulheres na noite de núpcias, enquanto o homem podia ter iniciação sexual com as prostitutas ou com as pobres que “não tinham valores a preservar”. As mulheres “direitas” não possuíam qualquer noção sobre isso. O relacionamento sexual permanecia sendo alvo de inúmeras restrições, não sendo permitidos a nudez e, tampouco, o prazer da mulher; assim como eram estabelecidas formas ideais de coito e de economia sexual. Enquanto acreditava-se na existência do instinto sexual masculino, as mulheres tinham o materno, cultuando-se a pureza feminina (Del Priore, 2006).

Após a proclamação da República, no período de 1889 a 1894, o regime de transição entre o monárquico e o republicano foi chamado de República da Espa-

da, já que era governada por militares. A primeira constituição brasileira foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e determinava que o direito ao voto fosse proibido para as mulheres, para os analfabetos, para os mendigos e para os praças (Petta e Ojeda, 1999).

O governo, no início do século XX, procurou higienizar o país, derrubando cortiços, erradicando doenças e ditando normas de conduta pessoal e familiar. Médicos e juristas determinavam o que seria bom ou não aos cidadãos através da política higienista. Para alcançar tais objetivos, a família tradicional nuclear era exaltada, implicando em uma organização rígida dos papéis: a mulher era responsável pelo lar e pela família e o homem pelo trabalho, tal como Ramos (2003) afirmou ser na sociedade judaico-cristã.

O matrimônio foi instituído como indissolúvel no Código Civil de 1916. Além disso, a mulher continuava sendo considerada incapaz de exercer certos direitos, por exemplo, trabalhar, o que só podia ser feito após autorização masculina. Não havia igualdade perante os sexos e o nível de dependência das esposas era equivalente ao das crianças e dos índios. Ela era dependente e inferior ao homem, que tinha o dever de trabalhar integralmente e ser honesto. Era permitido ao marido se utilizar de “legítima violência” contra os “excessos” dela, no entanto, não era descrito o que significavam tais expressões. (Del Priore, 2006).

Na mesma época da promulgação do Código Civil, a separação era caracterizada como imoral ou como a pior saga da humanidade. Publicou-se, também, um manual intitulado “O lar feliz” que dava conselhos aos cônjuges em como desempenhar os papéis de cada um, como bem assinalou Del Priore (2006, p.248) “lugar de mulher era em casa, pois só aí ela salvaguardava sua honestidade sexual; só aí ela garantia a prosperidade da família, só aí ela atendia à sua natureza”. Além disso, sabe-se que o Estado-Juiz tentava a todo custo a reconciliação do casal antes da separação.

É interessante observar que os ideais do século anterior continuavam presentes no início do século XX e até mesmo legitimados pelas leis, o que favorecia a avaliação desigual das mulheres tanto no ambiente familiar e social, quanto no jurídico. Cabe ressaltar que disparidade se dava não somente de forma a prejudicar a mulher, uma vez que por ser considerada inferior algumas vezes poderia obter certos benefícios dos quais o homem não recebia. No entanto, duas guerras aconteceram e o discurso que mulher deveria permanecer no lar foi se alterando

pela necessidade de que elas entrassem no mercado de trabalho para sustentar a família, já que os homens estavam na guerra.

As transformações da família, portanto, ocorreram predominantemente com a inserção da mulher no mercado de trabalho e com o surgimento e disseminação da pílula anticoncepcional. Também foi relevante o movimento feminista já que ajudou no estabelecimento dos direitos das mulheres (Ramos, 2003). A mulher passou a ter controle sobre seu corpo, sobre o sexo, sobre a natalidade e sobre o dinheiro, fazendo com que o relacionamento conjugal não fosse mais tão desigual.

Progressivamente, os relacionamentos passaram a visar menos a sua duração e mais sua qualidade, havendo maior simetria e liberdade de ambos os cônjuges. Passa-se a não ser mais admitida pela Constituição de 1988 qualquer discriminação em relação aos direitos e deveres entre os homens e as mulheres. O art. 1566 do Código Civil organiza os atributos inerentes ao casamento que são a fidelidade mútua, compartilhamento da vida e de domicílio, assistência recíproca, guarda, sustento e educação dos filhos, além de ambos se respeitarem e se considerarem (Farias e Rosenthal, 2010). A separação, antes um tabu, passa a ser encarada mais facilmente e criam-se novas famílias após a dissolução matrimonial. A própria Constituição no art. 226 passou a estabelecer que os cônjuges podem dissolver o casamento através do divórcio. Além disso, um cônjuge separado passa a ser considerado legalmente como família, possuindo direitos e deveres que o faz ser tutelado pelo Estado (Farias e Rosenthal, 2010). Contudo, cabe ressaltar que apesar da vigência das leis, não necessariamente foram aplicadas pela sociedade as mudanças. Valores novos e antigos coexistem e as expectativas tornam-se elevadas e ambíguas. Conforme Ramos (2003) assinalou, a mulher tradicionalmente sente-se dona de casa e tem dificuldade em delegar ao homem o exercício das tarefas domésticas, já que espera desse a reprodução fiel do modo de agir da mulher. Assim, o casal mesmo desejando a participação do cônjuge, ao não aceitar a autonomia do outro, acaba recusando que esse atue na família à sua maneira.

Apesar de no imaginário a desigualdade de gênero no Brasil ser estabelecida como natural, pode-se perceber muitas influências sobre ela, como as descritas acima, assinalando para a construção histórica dessa diferença. No entanto, sabe-se que os aspectos socioculturais estão em constante ir e vir, com permanências e mudanças, portanto, coexistem dinâmicas mais condizentes com ambos os

posicionamentos citados acima. Goldenberg (2000) afirma que “encontramos hoje, na cultura brasileira, uma multiplicidade de comportamentos e desejos masculinos e femininos, muitos convivendo nos mesmos indivíduos, o que gera conflitos e angústias” (p.36). Portanto existem muitas contradições de gênero na cultura brasileira.

Cabe salientar também, como já foi observado pela Psicologia Social, que há uma grande discrepância entre a atitude e o comportamento (Rodrigues, Assmar e Jablonski, 1999), assinalando que o “politicamente correto”, ou seja, posição menos preconceituosa em relação ao gênero, pode ser enunciada, porém não tão bem exercida.

Sob a ótica da psicanálise, o desejo dos casais contemporâneos é ambivalente. O homem gosta da participação financeira da mulher no ambiente doméstico, no entanto, se enfurece quando ela se ocupa mais com tarefas profissionais do que com ele, a família e a casa. Ao mesmo tempo em que ter uma parceira culta é visto como positivo, há um incômodo, ou ele se sente mesmo desafiado, quando a mesma defende suas ideias. A mulher, por outro lado por sua vez, espera ter um parceiro sensível, romântico, disponível a conversar sobre a relação e que lhe dê segurança, ao mesmo tempo em que ele precisa ser empreendedor, bem sucedido profissional e economicamente, além de estar em casa com qualidade e quantidade favorável para cuidar da casa e dos filhos (Ramos, 2003). A autora aponta que as diferenças entre os cônjuges sempre existiram, entretanto, estes as manejavam diferentemente:

Em outros tempos, o homem detinha toda a autoridade dentro do casamento e a mulher se submetia à sua norma e à sua forma; se o contrariava, era por baixo do pano. Hoje a mulher quer ter poder de decisão, quer ver respeitadas suas vontades, quer impor seu ritmo e sua forma. O que se busca é um relacionamento mais simétrico; porém um relacionamento simétrico implica não impor decisões mas poder negociá-las e compartilhá-las. Implica reconhecer e aceitar as diferenças. Tudo isso requer do casal maior maturidade e equilíbrio. Um relacionamento mais simétrico entre marido e mulher é uma conquista de ambos, que envolve tempo e paciência. Um relacionamento nesses moldes se constrói pouco a pouco (Ramos, 2003, p.64).

O que se observa no fim do século XX e início do XXI é que o discurso e a prática têm sido diferentes. Ainda existe um grande número de casos de agressões

contra mulheres. Permanece presente a dupla moral em que o homem pode determinar coisas e a mulher não. Ainda há diferenças em relação ao sexo, trabalho e relacionamento familiar. Haja vista que na década de 1990, no Brasil, era incomum a condenação de homens que matavam suas mulheres. Após forte mobilização feminista contra tais práticas, a violência contra a mulher passou a não ser tão aceita quanto antes (Passos, 2006). Neste exemplo, parecem ainda estar presentes crenças remotas, desde a Colônia, de que o marido tem pleno poder sobre a mulher e a família. Em 7 de agosto de 2006, foi promulgada a lei no. 11.340, chamada Lei Maria da Penha, que conta com diversos mecanismos para coibir a violência doméstica e a discriminação contra a mulher (Brasil, 2006).

Parece que a violência contra mulher e a desigualdade na relação continuam presentes pelo que ainda se acredita o que é ser homem: “ser sexualmente ativo e sustentar a família, exercendo a autoridade e o poder (quando não a força e a violência física) no meio familiar e no trabalho” (Goldenberg, 2000, p.25). O homem é associado a fatores de sua virilidade para determinar a masculinidade, tais como o tamanho do pênis, a quantidade de parceiras sexuais, o desempenho sexual e a capacidade de ter filhos. Enquanto a feminilidade da mulher é relacionada à maternidade. O trabalho justifica a ausência paterna, enquanto que a mãe coloca os filhos em lugar privilegiado e é responsabilizada pelos problemas familiares por conta do seu desenvolvimento profissional e pessoal (Goldenberg, 2000). Observa-se a contradição no discurso social, uma vez que ao mesmo tempo em que se questiona a imagem da mulher que não deseja ser mãe, espera-se que a mesma seja independente e construa uma carreira bem sucedida.

Goldenberg (2000) afirma que existe a criação de um ambiente de crise do masculino, culpando a mulher pela “confusão” do homem e da família. Sobressai o espaço que o homem perdeu com as mudanças sociais, já que se valorizam as características ditas femininas, que servem de exemplo para ele. No entanto, o que antes não lhe era permitido, agora é uma possibilidade, como demonstrar afeto e acompanhar o desenvolvimento dos filhos.

Segundo a autora, para comprovar a teoria da crise do masculino, as conquistas de poucas mulheres são ressaltadas de forma a aparentar a falsa ideia de que o homem perdeu a “guerra”. O homem seria colocado como vítima, por se sentir vulnerável pela independência feminina, inseguro com mulheres ativas e que buscam o prazer sexual. O aumento do poder da mulher na família é colocado

como a causa da ausência masculina em casa. Assim, observa-se que a independência e as conquistas femininas são vistas como determinantes da crise masculina. A mulher é vista como rival, competindo em relação ao emprego, ao poder e às regalias, em vez de se acreditar que ela pode estar diminuindo o peso das obrigações do homem (Goldenberg, 2000).

Enquanto os autores citados fazem um estudo pela ótica de gênero, Bauman (2004) faz uma análise sociológica das relações amorosas e familiares da cultura consumista atual, acreditando que os vínculos estão frágeis. O autor afirma que “o amor parece desfrutar de um status diferente do de outros acontecimentos únicos” (Bauman, 2004, p.18). A paixão é algo que acontece ou deixa de acontecer facilmente àqueles que são vulneráveis a se apaixonar ou que estão em determinados momentos mais propensos a isso.

Houve uma expansão do uso da palavra amor, atribuído a determinados momentos e em diferentes relacionamentos. Acredita-se que cada novo amor será melhor e trará acúmulos de experiências mais estimulantes. Nele existem pelo menos dois indivíduos, que são acorrentados pelo destino, com prazer e medo. Amar torna-se um produto em que se faz uma falsa oferta, com desejo de ser real, de que é possível ter uma experiência amorosa tal como as mercadorias: “desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço” (Bauman, 2004, p. 22).

Desejo e amor coincidem e se diferenciam; enquanto no desejo busca-se consumir, no amor se procura possuir. O autor relaciona o consumo e o amor como equivalentes na atualidade. Não há mais espaço para o desejo, que necessita tempo para maturar, tanto nas compras como também nos relacionamentos. Ambos são estabelecidos por impulso, em busca da satisfação instantânea e da abertura de novas possibilidades.

O autor defende que o relacionamento tornou-se descartável, tal como o mercado de ações. Investe-se no relacionamento, o mantendo até quando seja lucrativo, enquanto ainda haja segurança. Porém no compromisso não há fidelidade tampouco segurança eterna, tal como não há no mercado.

Magalhães (2000) afirma que o relacionamento conjugal é estruturado a partir do encontro amoroso, já que na modernidade ocidental é o amor que une, motiva e mantém o casamento. E ainda acrescenta: “o ideal de felicidade conjugal, no imaginário social, relaciona-se ao ideal de amor correspondido e ao encon-

tro da “cara metade”” (p.2). Segundo a autora, o sentimento de intimidade foi construído historicamente na civilização ocidental, após sucessivas transformações do âmbito público e privado, inclusive pelo ideal de “amor romântico” que favoreceu uma aproximação maior entre os parceiros.

No amor romântico há sensação de completude entre os parceiros, que se sentem atraídos mutuamente, por meio de identificações projetivas. Esse tipo de amor é fruto dos ideais burgueses de individualismo, privacidade e intimidade. Há a sensação de ser eterno e único. Giddens (1992) conceitua também o amor confluyente, aquele que por ser mais real e menos fantasioso inclui a dimensão sexual de forma que ambos buscam prazer, sendo determinante na sustentação ou não da relação.

O casamento passa a ter forte significado na vida das pessoas, inclusive pela grande proximidade, intimidade e envolvimento afetivo que a família nuclear favorece. Passa a ser fruto da escolha pessoal, pelo afeto e afinidade entre os parceiros (Magalhães, 2000).

Descentralizou-se a sexualidade, tornando-a plástica, não objetivando unicamente a reprodução, o que favoreceu o surgimento do que Giddens (1992) chamou de relacionamento puro. Os parceiros se relacionam enquanto for de interesse e prazeroso para ambos. Há compromisso, confiança e intimidade por um tempo indefinido, porém é implícito que qualquer um dos parceiros pode terminá-lo, caso haja pouca satisfação.

Grandes mudanças ocorreram. De uma sexualidade dirigida pelo clero e pelo casamento, passou-se a uma sexualidade descentralizada e mais autônoma e prazerosa para as mulheres (e talvez também para os homens). Na atualidade, portanto, se observam mudanças que antes poderiam ser impensáveis. A virgindade até o casamento é banalizada e passa a ser até vista como negativa, uma vez que sinaliza a falta de experiência. O sexo é incluído nas expectativas das relações amorosas tanto para os homens quanto para as mulheres, segundo Féres-Carneiro (2001) que assinala:

Na contemporaneidade, as relações conjugais são constituídas em torno da construção das identidades dos cônjuges. O compromisso nestas relações é o de sustentar o desenvolvimento individual, e a relação se mantém enquanto for prazeroso e útil para cada um. Todavia, quanto maior a busca de autonomia in-

dividual no seio do casamento mais o casal pode se fragilizar (p. 69).

Em estudos brasileiros, como no de Magalhães (1993), é acentuado que os homens definem o casamento como “constituição de família” e as mulheres como “relação amorosa”. Os homens ainda acreditam que a mulher é a mediadora, nos cuidados com os filhos e o lar. Ambos gostariam de preservar a individualidade no relacionamento, apesar de as mulheres mostrarem maior dificuldade em lidar com as esferas individual e conjugal. Os homens valorizam a atividade sexual no matrimônio, enquanto as mulheres a qualidade da relação sexual (Féres-Carneiro, 2001).

Com a construção da desigualdade feminina durante séculos, a mulher pôde desenvolver também a capacidade de manejar os afetos, positivos em relação à maternidade e negativos por conta da sexualidade. O que faz pensar que a flexibilidade da mulher também foi construída, uma vez que as amarras eram tão grandes que para qualquer movimento deveria ser necessária muita criatividade, como a busca de simpatias e feitiços para solucionar os problemas conjugais.

Os homens, por sua vez, detinham o poder de governar a vida de suas mulheres. Esse discurso permanece presente na atualidade e, há pouco tempo, até mesmo nas leis. Este homem, que pode ser chamado de machista, muitas vezes é visto em um tom pejorativo – fora de moda – mas pode também ser um ideal de homem, aquele que dá tudo à mulher. A expectativa é que o homem possua tanto as características dominadoras em determinadas situações, quanto os ideais modernos de igualdade entre os sexos: afetividade e independência.

Padrões antigos e novos estão presentes na contemporaneidade, o que vem causando confusão e desarranjos (Goldenberg, 2000; Ramos, 2003). O relacionamento conjugal ainda está preso ao paradigma de luta, de competição entre os sexos. Isto talvez dificulte ainda mais a construção de relacionamentos mais saudáveis, onde haja cumplicidade e aceitação das diferenças. Ricotta (1999) afirma que a sociedade fomenta a violência por meio da tentativa de estabelecer um retorno aos costumes antigos de estabilidade, sendo promovida também a hierarquia do homem sobre a mulher.

1.2. Relacionamento conjugal enquanto experiência saudável

Um relacionamento amoroso pode se apresentar de diversas formas, levando em consideração os aspectos sociais, históricos, religiosos, familiares e, claro, individuais e conjugais. Torna-se necessário compreender os padrões teóricos do amor, de forma a analisar os tipos de relacionamentos encontrados na contemporaneidade. Rodrigues, Assmar e Jablonski (2003) especificam três modelos principais: *modelo de amor passional*, *modelo de amor pragmático* e *modelo de amor altruísta*.

O *modelo de amor passional* se refere àquele em que os membros precisam um do outro. Nessa relação estão presentes fantasias sobre o objeto, em que se projeta no outro aquilo que gostaria de ser alcançado. Portanto, há um alto grau de idealização. Encontra-se também a dinâmica em que um deve satisfazer as necessidades do outro, em relação à segurança, ao amor e à autoestima. A excitação e a gratificação sexual parecem facilitar a paixão. O amor está relacionado com a gratificação a partir das qualidades do outro, assim há o sentimento de aceitação e de amor incondicional.

No caso do *amor pragmático* a ênfase recai sobre a confiança e espera-se tolerar os defeitos do amor. Essa dinâmica está presente normalmente em relacionamentos duradouros, como o casamento. Apesar de poder existir a paixão, essa se dá de forma menos intensa, com maior controle e tranquilidade. A troca se dá de maneira mais equitativa. Destaca-se o processo especial, em vez da pessoa especial. É dada relativa importância à compatibilidade entre o casal, à amizade e à confiança. Outros prazeres são permitidos.

No *modelo de amor altruísta*, o cuidado incondicional, sem cobrança de um retorno do parceiro, é visto como primordial. A motivação encontrada é dar-se ao outro, em vez da troca.

Araújo (2005) narra o texto Banquete de Platão para demonstrar a influência deste na visão contemporânea do amor. A autora coloca que nas discussões apresentadas nesse escrito apresentaram-se diversas posições, incluindo a de que o amor seria constituído pela busca pelo todo. Nele é apresentado o posicionamento de Sócrates que distingue o amor como desejo, carência daquilo que não se tem. Ela enfatiza que a visão do amor como carência, função reguladora do desejo e busca incessante de algo que perdemos é restaurada por Freud. A autora afirma

ainda que, para Freud, o amor se constitui, essencialmente, de uma metáfora, de uma substituição.

Freud (1914/1976) distingue dois tipos de escolha amorosa, a narcísica e a anaclítica. Na primeira está em jogo o desejo do sujeito em encontrar no objeto amado o que se é, gostaria de ser ou o que já se foi. Enquanto no segundo se deseja encontrar o objeto perdido, aquilo que faltaria em si para se tornar ideal, completo. No caso dos homens procuram parceiras que os alimentariam e as mulheres companheiros que as protegeriam. Em outro texto, Freud (1910/1980) afirma que a formação de um casal depende de mecanismos inconscientes que influenciam na escolha do parceiro amoroso e em como se dá o relacionamento. De acordo com Kernberg (1995), a escolha do parceiro amoroso se dá a partir de ideais, julgamentos de valor e objetivos maduros: como a satisfação das necessidades de amor e intimidade. Elege-se não somente o ideal de pessoa que quer se relacionar, mas também o estilo de vida que esse relacionamento poderá proporcionar. A profundidade e a intensidade da relação se darão por meio do equilíbrio dinâmico entre agressão e amor, o que pode tornar esse processo instável.

No entanto, não é a maturidade dos membros que dará a certeza de ausência de conflitos, considerando que os membros possam ser capazes de escolher outros parceiros tão bons ou melhores. Para o autor, portanto, os aspectos que ajudam a estabilidade conjugal são: o “profundo comprometimento com uma pessoa e os valores e experiências de uma vida vivida a dois” (Kernberg, 1995, p. 62).

Entretanto, isso não traz garantia que o relacionamento não termine, até mesmo porque esse é o fim de todas as relações, seja pela separação, seja pela morte. O próprio processo de autoconhecimento e de autoconsciência, quando profundo, pode levar o sujeito a desejar outras relações ou mesmo, apesar do anseio, haver repetidas renúncias. Esse processo pode aprofundar a vida do casal e da pessoa, trazendo novos desejos, fantasias e tensões sexuais que até então eram desconhecidas. Assim, o autor assinala que o medo da perda, seja por morte ou abandono, será mais profundo quanto maior o amor e adiciona a perspectiva de que a consciência disso pode até intensificar esse sentimento.

No posicionamento de Araújo (2005), a formação do casal se dá a partir de múltiplas identificações projetivas. Há a projeção, no outro, de demandas e de expectativas que se espera que se corresponda a fim de anular as carências. As

consequências desse arranjo não há como saber *a priori*, no entanto, poderá ser construtivo ou destrutivo.

Puget e Berenstein (1993) definem casal como uma estrutura vincular entre duas pessoas de sexos distintos, que em algum momento estabelecem o compromisso de fazer parte dessa composição, mesmo que não possam cumprir futuramente. Essa estrutura inicialmente é fechada, mas há possibilidade virtual de abertura para o sociocultural, para que se criem vínculos com os filhos e possa se transformar em uma estrutura familiar. Eles são estabelecidos socialmente e marcam o enquadramento, o sentido e o significado da relação conjugal, mesmo quando algum aspecto não é concretizado.

De acordo com os autores, o relacionamento conjugal possui quatro parâmetros que o definem: a cotidianidade, o projeto vital compartilhado, as relações sexuais e a tendência monogâmica. A cotidianidade se refere à estabilidade temporal e espacial das trocas diárias, estabelecendo um lugar simbólico do vínculo, o que ajuda a estabelecer lugares e identidades estáveis de cada um, organizando os ritmos de encontros e de desencontros do casal. O projeto vital compartilhado alude ao ato de unir representações de realização e conquista a serem atingidas no futuro, compartilhando o espaço-tempo, iniciada por meio da linguagem compartilhada. As relações sexuais fazem parte de outro parâmetro importante do relacionamento conjugal. Nesse parâmetro, requer a aceitação da diferença e da complementaridade do outro. Por último, é necessário que o matrimônio seja somente com um cônjuge, mesmo que existam outros, um deles deverá ser eleito como único.

A relação matrimonial, segundo esses autores, é definida, portanto, por meio do termo vínculo, que se refere a uma estrutura tripartida em dois pólos, ou egos, e um conector. Esse termo denomina os lugares prescritos socialmente que cada ego deverá ocupar na relação, de esposo e de esposa. Eles acrescentam que na representação sociocultural do vínculo matrimonial se encontram especificações referentes ao que é permitido, ou não, no relacionamento. E ainda afirmam que o casal, quando se dispõe a estabelecer-se como tal, necessita preencher esses espaços de alguma maneira. Para os autores, vínculo é o espaço conector completo, criado a partir de acordos e pactos inconscientes.

Kernberg (1995) dá importância à experiência sexual no processo de enamoramento. Para ele, há uma relação íntima entre o se apaixonar e a formação do

casal, estando presentes a identificação vinculada ao desejo erótico e a capacidade em estabelecer um relacionamento objetal profundo. Ele explica essa dinâmica a partir da função de comunicação que os afetos têm entre os indivíduos, sendo a excitação sexual o afeto relacionado ao instinto básico inato de se acasalar. Para ele, a excitação sexual é um tipo complexo de afeto, já que além dos fatores biológicos e de reprodução, se posiciona de forma central na experiência psicológica humana. E acrescenta:

Um homem e uma mulher que descobrem atração e anseio um pelo outro, que são capazes de estabelecer um relacionamento sexual completo, que inclua a intimidade emocional e um senso de realização de seus ideais junto com a pessoa amada, estão expressando sua capacidade não apenas de ligar inconscientemente o erotismo e a ternura e a sexualidade e o ideal de ego, como também de colocar a agressão a serviço do amor (Kernberg 1995, p. 57).

A formação do casal depende, portanto, de inúmeros fatores conscientes e inconscientes e não está relacionado, necessariamente, ao tempo ou à união física dos parceiros. É necessário abandonar os objetos reais da infância a fim de crescer e se tornar independente. Essa separação traz também reconfirmação do indivíduo, a partir dos objetos internalizados do passado, sobre sua capacidade de amar e receber amor, assim como da possibilidade de se gratificar sexualmente (Kernberg, 1995). Sobre isso Kernberg (1995) assinala que:

Chegar a este estágio desenvolvimental permite o desenvolvimento da capacidade de transformar o apaixonar-se num relacionamento amoroso estável, implicando na capacidade de ternura, preocupação e idealização mais sofisticada do que a de níveis desenvolvimentais anteriores e na capacidade de identificação e empatia com o objeto de amor. Agora a ternura pode expandir-se para uma satisfação sexual completa, e a idealização se torna um comprometimento maduro com um ideal representado por aquilo que a pessoa amada é ou representa, ou o que o casal, unido, poderá tornar-se (Kernberg, 1995, p. 58).

Além disso, Kernberg (1995) afirma que o amor pode servir de integrador e neutralizador da agressão, fazendo com que em diversos momentos se sobressaia sobre ela. No caso de isso não acontecer, é possível que a relação seja destruída pelo poder da agressão. Pode haver o desejo inconsciente de reparar relações patológicas do passado nos relacionamentos constituídos, podendo haver compul-

sões de repetição agressivas de forma a se vingar daquilo que ficou insatisfeito no passado, só que por meio de uma reencenação com o parceiro amoroso.

Klein (1975) assegura que, para que haja a transferência dos desejos que a pessoa sente pelos pais para outras pessoas, é necessária a elaboração dos sentimentos e das fantasias inconscientes no relacionamento parental e ainda se desligar deles, sem que haja uma desvinculação. Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães (2007) afirmam que “a conjugalidade, ao mesmo tempo em que reedita o romance familiar, propicia a elaboração das vivências infantis” (Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães, 2007, p. 253). Segundo Klein (1975), as fantasias e os impulsos inconscientes do indivíduo, quando criança, permanecem sempre presentes e influenciam os seus relacionamentos amorosos ao longo de sua vida.

2. Psicopatologia e violência

A violência no âmbito familiar e conjugal é construída e mantida por conta de sujeitos com características individuais, influenciados por aspectos familiares, grupais, sociais e culturais. Por isso torna-se importante, também, estudar as patologias individuais que podem favorecer a existência da dinâmica agressiva nos casais.

De uma forma geral, há inúmeros fatores que propiciam o desarranjo do relacionamento amoroso. McGoldrick (1995) expõe alguns aspectos que colaboram para a falha no ajustamento conjugal, tais como a união após uma perda significativa; o desejo de se casar para se distanciar da família de origem; a grande diferença familiar em relação à religião, cultura, educação, classe social, etnia ou idades dos parceiros; constelações fraternas do casal incompatíveis; distância ou proximidade expressiva com a família de origem; dependência emocional, financeira ou física da família de origem; casamento antes dos 20 anos, ou sem a presença de amigos ou familiares, ou, ainda, os parceiros se conhecendo há menos de seis meses ou com mais de três anos de noivado; gravidez antes ou no primeiro ano de casamento; um dos parceiros possuindo relacionamento difícil com pais ou irmãos ou ainda considerando a sua infância infeliz e possuindo um padrão conjugal instável na família de origem.

O que torna uma pessoa violenta é tema de inúmeros trabalhos, possuindo posicionamentos e suposições diferentes. É comum se atribuir razões externas, influência parental ou social, assim como as internas, origens genéticas ou constitucionais. Pensar nesse tema requer uma visão multidisciplinar e complexa, não sendo possível refletir a partir de um só prisma. É importante esclarecer, no entanto, que os atos agressivos não são influenciados apenas por alguma patologia. Corsi (2006) afirma que menos de 10% dos casos de violência familiar são cometidos por algum membro que possua algum transtorno psicopatológico. O autor assinala também que o consumo de álcool também não causa a violência, mesmo podendo favorecer a sua emergência. Algumas explicações são dadas, como o fato de muitos embriagados não serem violentos em casa e muitos agressores não estarem bêbados. Outro aspecto ressaltado é o fato de que agressores alcoolizados

não costumam ser violentos, quando bebem em outros lugares ou em situações sociais.

No entanto, Kernberg (2007) assinala algumas características psicopatológicas específicas de relacionamentos violentos. O posicionamento do autor sobre a origem da psicopatologia da personalidade é que essa é determinada pelas experiências afetivas que a pessoa teve com outras pessoas significativas no início da vida. Para o autor, portanto, a manifestação da violência nos relacionamentos também pode ser influenciada pelas vivências iniciais do sujeito.

O que parece ser importante analisar na violência é a compreensão do ódio, já que esse é um afeto primordial no comportamento humano que ocupa lugar privilegiado nas condições psicopatológicas graves. Kernberg (2007) propõe uma teoria sobre a psicopatologia do ódio e acrescenta:

O ódio deriva da ira, o afeto primário em torno do qual se agrupam a pulsão da agressão; na psicopatologia severa, o ódio pode se converter em algo prevalecente e esmagador dirigido tanto contra a si mesmo como contra os outros. É um afeto complexo que pode se converter no componente principal da pulsão agressiva, deixando na sombra os outros afetos agressivos universalmente presentes, como a inveja ou a aversão (tradução livre, p. 45).

Na clínica, o estado afetivo que caracteriza a agressão na transferência é a ira. Kernberg (2007) a distingue da irritação, que é um afeto agressivo leve, e da irritabilidade, sua forma crônica. A ira tem maior intensidade, possui diferenças nos conteúdos cognitivos e correspondência ativada com a relação objetal. A análise dos estados de ira traz à tona a fantasia consciente ou inconsciente de uma relação específica entre partes de si mesmo e de outra pessoa significativa. Em crianças é observada a manifestação da ira com o objetivo de abolir a fonte de dor ou irritação. Posteriormente, a ira tem como função evolutiva proporcionar a eliminação do que dificulta a gratificação, transformando a função biológica em um sinal mais focalizado ao cuidador para que seja restaurado o estado prazeroso desejado.

Nas fantasias inconscientes de pessoas que expressam ira, se observa uma ativação de uma relação objetal totalmente má, com uma busca de eliminá-la e restaurar uma relação boa (Kernberg, 2007).

Kernberg (2007) observa em seus atendimentos relação entre a intensidade dos afetos agressivos com a função psicológica de afirmar a autonomia, de destruir o obstáculo à satisfação ou de eliminar a fonte de dor ou de frustração profunda. No entanto, ele ressalta que em casos psicopatológicos mais graves o que é mais frequente é a expressão do ódio seguida de certas expressões típicas dele e por defesas para encobrir a existência desse afeto.

O ódio é um afeto complexo e, ao contrário da raiva e da cólera, é crônico e estável. A pessoa com isso possui racionalizações poderosas e distorções correspondentes do funcionamento do ego e do superego (Kernberg, 2007).

Segundo Kernberg (2007), a inveja é uma fonte primitiva de ódio, relacionada à agressão oral e à voracidade. Pode ser considerada também uma complicação do ódio por conta de uma fixação ao trauma. O que aparece na inveja costuma ser a racionalização dela por meio de um medo da potencialidade destrutiva do objeto. Esse medo é consequência tanto de alguma situação real de violência que o sujeito sofreu no passado, provocada por pessoas significativas, quanto da projeção de sua própria ira e ódio. Na clínica a inveja aparece como a tendência do paciente em ser arrogante e curioso ou quando não demonstra capacidade em refletir sobre as considerações postas pelo terapeuta. Assim como a dependência exagerada do terapeuta é uma característica da transferência em que o paciente atua por conta do ódio em relação ao profissional.

Na transferência dominada pelo *acting out* do ódio, o paciente passa a representar a luta entre o perseguidor e o perseguido, alternando os papéis: ora sendo o algoz, ora a vítima. Nessa dinâmica passa também a projetar o complemento desses papéis no terapeuta. Nos casos graves, a saída encontrada para não ser vítima, parece ser tornar-se tirano, assim o ódio e o sadismo significam a forma encontrada para sobreviver. Quando ocorre moderadamente, o que se observa ainda é a inveja pela intolerância com aquele que foge dessa voracidade, ou seja, o odeia por conta de deliberadamente transformar o objeto de perseguidor em ideal (Kernberg, 2007).

Kernberg (2007) afirma que há uma dinâmica que favorece a fixação ao trauma. Isso porque, o auge dos estados afetivos organiza não só as experiências de amor, como também as condições de raiva e a internalização das representações de objetos totalmente maus e indiferenciados de si mesmo. Essas, aos poucos, formam a categoria da relação objetal característica da dominação pelo ódio.

Observa-se a formação de um vínculo muito forte com objetos que traumatizaram o outro por meio da dominação pelo ódio, tanto em casos de crianças vítimas de abuso quanto de pessoas que vivenciaram situações muito traumáticas. Para o psicanalista, o forte apego com a mãe frustradora causa a transformação da ira em ódio. Isso se dá por conta da fixação com um objeto necessitado em que é vivenciado como mau e responsável pela destruição do objeto ideal e fundamentalmente bom. A destruição vingativa do objeto mau é uma tentativa mágica de recuperar o objeto bom, no entanto, tal mecanismo leva à destruição da capacidade de se relacionar com o objeto.

Neste processo ocorre não só a identificação com a mãe agressora, mas também com a relação dolorosa, impotente e paralisante para com ela. Assim, o ódio se transforma em uma identificação com a mãe como o objeto cruel, onipotente e destrutivo. Concomitantemente, procura-se projetar as partes de si mesmo atacadas, desvalorizadas e maltratadas em outros objetos. Tanto quando o sujeito se identifica com o eu sofredor quanto com o objeto algoz, a relação agressiva continuará engolindo o sujeito, já que está presente nas duas facetas (Kernberg, 2007).

Um tipo de manejo do sofrimento é invertê-lo sobre a forma de ódio, assim há a sensação de um triunfo vingativo sobre o objeto e sobre a horrível representação do eu obtido pela identificação projetiva. As condutas sádicas servem como uma vingança simbólica pelo sofrimento passado. A motivação de tais atos se dá pela sensação que o sujeito tem de estar de novo sendo maltratado por objetos sádicos. No entanto, ele se transforma em seu próprio objeto persecutório enquanto ataca sadicamente as suas vítimas. Torna-se inevitável a transformação em vítima e agressor simultaneamente. O papel de algoz fica interligado ao de vítima, já que representa o eu projetado, repudiado e perseguido. Enquanto que a função de vítima segue internamente conectada aos agressores e externamente em atos incompreensíveis aos outros (Kernberg, 2007).

A hipótese de Kernberg (2007) é que as condutas maternas extremamente contraditórias e não confiáveis reforcem o lado psicopático do ódio, já que as ações negativas dela podem ser vistas como uma traição de um objeto potencialmente bom, o transformando em um objeto imprevisível e inesperadamente mau. Assim, ao se identificar com um objeto que trai, o sujeito fica predisposto a destruir vingativamente todas as relações objetais.

A mãe, ao provocar a dor profunda em crianças pequenas, pode ajudar a provocar a ira; e depois, por conta dos mecanismos de identificação e transformação, pode desenvolver o ódio. Nos casos em que há uma ativação excessiva da agressão como pulsão há interferência no desenvolvimento do processo de separação-individuação, na constância do objeto e no desenvolvimento edípico. Com isso, a agressão excessiva pode produzir uma fixação no ponto em que todas as relações de objeto internalizadas, completamente boas e inteiramente más, não estavam integradas, enquanto que as representações do eu e do objeto dentro de cada uma das relações objetais inteiramente boas e más estavam diferenciadas entre si. Segundo o psicanalista, essas são as condições estruturais das patologias limites de personalidade, peculiares das patologias graves em que sobressaem as agressões pré-edípica e edípica (Kernberg, 2007).

O autor assinala, no entanto, que é possível que ocorra a integração das relações objetais internalizadas totalmente boas e totalmente más e desenvolver a constância objetal, integrando assim as estruturas do eu e do outro, consolidando, por fim, a estrutura tripartite. Nessas circunstâncias o ódio é assimilado pelo superego. Outra manifestação do ódio potencialmente integrado por traços mediados pelo superego, citado pelo teórico, é o desejo de humilhar.

Para compreender melhor as subjetividades que se utilizam do ódio, provavelmente por não terem o assimilado pelo superego, será abordado abaixo os transtornos psicológicos que podem apresentar formas violentas de se relacionar, tanto na perspectiva de agressor como de vítima. Não é o objetivo fechar as categorias diagnósticas, uma vez que a subjetividade não é cerrada, mas um mínimo de estruturação auxilia a melhor compreensão do fenômeno.

2.1. As várias faces do masoquismo: sadomasoquismo e comportamentos autodestrutivos

No caso de violência contra as mulheres é comum acreditar que as mulheres que permanecem na dinâmica agressiva obtêm alguma satisfação; e seria por tal motivo que não rompem o relacionamento. Corsi (2006) pontua que os acordos masoquistas não fazem parte, normalmente, da definição de violência doméstica. Para o autor, os sentimentos de culpa e de vergonha das vítimas impedem o pedido de ajuda. Além disso, segundo ele, elas não sentem qualquer prazer nas situa-

ções de abuso, mas medo, impotência e debilidade. As mulheres não saem das situações crônicas de abuso por conta de questões emocionais, sociais e econômicas. No entanto, através da visão apresentada por Kernberg (2007) sobre os relacionamentos afetivos, esses seriam categorizados como masoquistas, com algumas variações e ressonâncias. Assim, se por um lado essas mulheres não devem ser culpadas por vivenciarem situação de abuso, por outro não se pode deixar de lado o quanto que o inconsciente pode levá-las a atuar de forma que as prejudiquem. Essa situação parece clara no caso clínico exposto por Araújo (2005) em que após tratamento e mudança do padrão violento do parceiro, vítima afirma sentir falta da tensão que havia anteriormente com as brigas do casal.

O masoquismo é, originalmente, uma definição de uma perversão sexual, no entanto, alguns autores passaram a vê-lo de forma mais vasta abrangendo outros aspectos do cotidiano. Esse traço nem sempre é visto como uma patologia, pois a sublimação da dor, para alcançar certo objetivo positivo na vida, é uma capacidade que vem a partir da predisposição masoquista (Kernberg, 2007).

Laplanche e Pontalis (1995) demarcam o masoquismo como uma perversão sexual em que para se obter satisfação é necessária a submissão do sujeito a situações de sofrimento ou humilhação. A compreensão freudiana é mais ampla que a dos sexólogos, uma vez que reconhece traços da perversão em diversos comportamentos sexuais e em rudimentos da sexualidade infantil.

Freud dedicou anos ao estudo dessa dinâmica. Para ele (1919/1969), o masoquismo é o desejo infantil de ser amado e cuidado transformado, inconscientemente, na fantasia de ser espancado. Tal fixação pode não persistir durante a fase adulta, por conta da sublimação e repressão: no entanto, caso isso não ocorra, podem ser encontradas aberrações sexuais em adultos como a perversão, o fetichismo e a inversão.

Freud (1915/1969) liga os conceitos de sadismo e masoquismo, criando o conceito sadomasoquista. Isso porque, para ele, mesmo que haja uma prevalência de um dos papéis, o sádico também é masoquista, e vice-versa. De acordo com o autor (1924/1974), há três tipos de masoquismo: o Erógeno, o Moral e o Feminino. O primeiro é uma condição necessária ao prazer sexual, que liga o prazer ao sofrimento. O masoquismo moral relaciona-se à culpa inconsciente, que leva sujeito a procurar a posição de vítima; e, por fim, o masoquismo feminino tem relação com a fantasia feminina de ser castrada, ser copulada e dar à luz a um bebê.

A manifestação menor do masoquismo moral, na ótica de Kernberg (2007), é consequência, quase que inevitável, da integração normal das funções superegógicas. Isso porque, com a integração dessas, é esperado o aparecimento da culpa inconsciente, ao serem ativados derivados pulsionais infantis reprimidos.

O masoquismo faz parte de um espectro que vai desde a capacidade saudável para o autossacrifício pela família ou pelos outros por conta de um ideal em um mecanismo sublimatório, até o extremo da autodestrutividade severa que leva à eliminação de si mesmo ou da própria consciência. Os conflitos subjacentes nessa dinâmica são inconscientes e se referem à sexualidade e ao superego. Nas palavras de Kernberg (1995, p. 122-123):

No domínio do masoquismo moral, é pago um alto preço para se conseguir prazer: a transformação da dor em prazer erótico, a integração da agressão dentro do amor, acontece a relação entre o *self* e um introjeto do superego. Em virtude de sentimentos inconscientes de culpa, sofrer conforme a vontade de um introjeto punitivo é recuperar o amor do objeto e a união com ele; desta maneira, a agressão é absorvida pelo amor.

Em determinados relacionamentos amorosos, percebem-se traços masoquistas. Por exemplo, quando há atração por objetos indisponíveis ou incapazes de amar, não os deixando partir. Esse tipo de paixão é caracterizado por Kernberg (2007) como masoquista. O esperado, segundo o autor, seria se iniciar um processo de luto e não de investimento. O amor ao objeto inacessível representa nesse tipo de enamoramento patológico a submissão aos aspectos do ideal do ego e do superego que são projetados sobre o objeto e o amor doloroso e insatisfatório preenche o sujeito de orgulho e de intensidade emocional. Na estrutura histórica há busca inconsciente por objetos inacessíveis, enquanto em outros casos somente as características sádicas podem estar presentes. Para o autor, é importante analisar cuidadosamente as características masoquistas e narcisistas em pacientes que apresentem a síndrome do enamoramento patológico (Kernberg, 2007).

Existem também padrões masoquistas conjugais, quando no inconsciente do casal há conluio para transformar a relação satisfatória em pesadelo. Nessa dinâmica, o casal pode projetar exigências e proibições do superego sádico, que são reforçados por comportamentos mútuos que provocam culpa, ambos identificados pelos próprios introjetos do superego sádico. Assim podem ter comporta-

mentos inconscientes autossabotadores, com ataques à pessoa amada, provocando a rejeição quando se espera ser gostado. Outro comportamento masoquista são atitudes de barganha, acreditando que é necessário sacrificar certas áreas importantes da vida em prol do sucesso e satisfação em outras áreas. Como também pode viver um relacionamento sem tomar cuidado em se proteger de situações que podem ameaçar as expectativas de vida (Kernberg, 1995). Kernberg (1995) expõe que há uma série de racionalizações ideológicas presentes nas escolhas masoquistas que propiciam a manutenção desses relacionamentos, ele afirma:

A confirmação moral, ou mesmo a superioridade, envolvidas na manutenção do relacionamento com um parceiro sádico mas “inferior”, tal como o cônjuge alcoolista ou um membro de uma minoria perseguida, ou racionalizar a persistência de um relacionamento impossível “por causa das crianças”, pode contribuir para sistemas defensivos que precisam ser diferenciados das circunstâncias sociais ou econômicas, objetivamente limitantes, que impedem uma esposa maltratada de abandonar um relacionamento impossível (Kernberg, 1995, p. 133).

Essa situação também é observada em casos de violência conjugal, é comum observar tendências vingativas nas mulheres agredidas, quando, por exemplo, deliberadamente não correspondem às expectativas do parceiro. Com esse comportamento, elas permanecem na dinâmica sádica-masoquista (Kernberg, 2007). Na tentativa de sair do masoquismo, acabam por permanecer na dinâmica. Mesmo em uma relação cronicamente frustrante, agressiva e com inúmeras queixas há a incapacidade de deixá-la.

Na transferência de pacientes com masoquismo grave é comum se observar reações terapêuticas negativas por culpa inconsciente, quando se sentem ameaçados pelos próprios padrões auto-sabotadores. Assim como podem omitir informações que demonstrem sua participação nas suas dificuldades, protegendo as atuações masoquistas (Kernberg, 1995).

3. Violência conjugal

Um casal que se relaciona de forma violenta põe em xeque o que socialmente é esperado de uma relação amorosa; ou seja, que haja demonstrações de amor, parceria e que apesar das diferenças e possíveis brigas ainda permaneça o respeito mútuo. Acredita-se que a existência de violência na família invalida a presença de amor entre os membros, no entanto, Corsi (2006) afirma que, como os episódios de violência são cíclicos, existem momentos afetuosos. No entanto, permanece presente o fantasma da possível situação violenta voltar a aparecer.

Para Araújo (2005), o amor e a violência no casal são faces de uma mesma moeda nas relações conjugais agressivas. A tensão envolvida nesses casos liga os parceiros em um jogo em que eles são unidos e afastados continuamente. Além disso, estão presentes diferentes expectativas projetadas entre eles, em relação aos valores sobre o amor, a paixão, o casamento e a família; e, ainda, os mitos, as crenças e as construções sobre as relações de gênero.

O que se observa é que em qualquer relacionamento interpessoal podem estar presentes inúmeros comportamentos que, apesar de inicialmente serem inócuos, por sua persistência e repetição fazem com que os tornem nocivos. Em momento de desavença é que pode ser observada mais claramente essa situação. Isto porque, envolve inúmeros sentimentos que quando são mal elaborados ou manejados insatisfatoriamente podem ocorrer reações excessivas nos momentos de conflito.

O conflito interpessoal está presente na interação social. Por meio dele, se expressam diferenças de interesses, de desejos e de valores entre os participantes. A sua presença pode favorecer o crescimento da relação, devido à necessidade de obter uma resolução que traga um equilíbrio mais estável que o anterior. Esse aparece em situações de confrontação, de competição, de queixas, de lutas e de disputas e resolvê-lo a favor de qualquer parte está relacionado à autoridade, ao poder, à atitude, à capacidade ou à habilidade dos indivíduos. O conflito não necessariamente leva a atitudes violentas, podendo ser até saudável. Portanto, é o método utilizado para sua resolução que determina a qualidade do evento, como maléfico ou não. Pode buscar resolver por meio de conhecimento e habilidade, ou mesmo por meio do uso do poder e da violência (Corsi, 2006).

É comum nos relacionamentos ocorrerem situações com as quais não se concorda ou em relação às quais se desejaria algum tipo de mudança. Nesses momentos é que a agressividade pode se tornar evidente, já que é a capacidade do ser humano em se opor ao meio. Não se trata de um conceito valorativo, porém descritivo, ou seja, não deve ser vista como negativa por si só, pois faz parte do comportamento humano. Além disso, pode ser fundamental para vencer obstáculos e dificuldades da vida (Corsi, 2006).

Em uma vertente psicanalítica, ela é um instinto humano inato que está ligado ao prazer e às gratificações, estando acompanhada de sensações de excitação e de fascinação. O autor afirma ser importante a existência da agressividade, até pela luta pela sobrevivência. Assinala também que mesmo havendo o conhecimento de sua existência, há um desagrado em percebê-la, ocasionando uma redução e subestimação inconsciente. Com o descontentamento e a insatisfação, podem se apresentar comportamentos hostis; assim como pode ser experimentada sensação de perda em casos de agressão externa e também quando o desejo não é satisfeito. Por conta da iminência da privação, a dependência pode levar à sensação de perigo e ao desejo, irrealizável, de autossuficiência e de liberdade independente (Rivière, 1975).

Este autor afirma que a origem da ansiedade de dependência se inicia quando o bebê não se vê dependente, uma vez que acredita que ele e o seio são um só, esperando que todos os seus desejos sejam satisfeitos. Entretanto, quando suas expectativas não são alcançadas, o bebê se torna consciente de sua dependência, sente ódio e o desejo de agredir. Concomitantemente, há sentimentos de privação, dor e apreensão, fazendo parte do mundo do bebê. Tal circunstância acarreta consequências psicológicas para a vida de todos, boas e ruins, já que por meio dela se conhece o amor sob a face do desejo, se distingue a dependência por meio da necessidade. Pode-se, portanto, na massividade de tal fenômeno haver o descontrole dos sentimentos e das sensações de ameaça de aniquilamento interno e externo (Rivière, 1975). No entanto, Rivière pontua que se desenvolve, a partir disso, a intensa: “necessidade de *segurança* e *proteção* contra esses tremendos riscos e intoleráveis experiências de privação, insegurança e agressão, internos e externos” (Rivière, 1975, p. 22). Assim, o trabalho de todos ao longo de suas vidas será garantir a autopreservação e os prazeres sem o risco de utilizar as forças

destrutivas que poderão destruir os outros (Rivière, 1975) e também a nós mesmos.

É importante salientar que a agressividade é um componente necessário à vida humana; entretanto, não pode ser confundida com agressão, que se refere à conduta a partir da potencialidade agressiva (Corsi, 2006). A agressão se refere ao comportamento intencional direcionado a prejudicar ou ferir outra pessoa (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). Ela pode adotar diferentes formas, como a motora, a verbal, a gestual ou a postural, sendo uma forma de comunicação que exterioriza a agressividade e que se origina no agressor e se destina ao agredido. É um comportamento em que se está presente a intenção do agressor em provocar dano (Corsi, 2006). Nesse conceito, deste modo, é imprescindível haver a intencionalidade de prejudicar, que pode ser inferida por meio de episódios anteriores ou que se seguem aos atos agressivos (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). Por outro lado, para Corsi (2006), a violência não tem como finalidade última agredir, mas conseguir certo objetivo a partir dos atos agressivos, apesar de também poder causar prejuízos às vítimas.

Sabe-se, no entanto, que a denominação de agressão depende da interpretação individual do *continuum* que vai desde a violência, até ao que está de acordo com o que está destinado socialmente a cada gênero (Saffioti, 1999). Um aspecto muito importante é analisar como se dá a definição de violência por parte das vítimas. Isso porque o discurso é ação, pelo uso efetivo da língua é possível praticar ações por meio dos atos de fala (Austin, 1999). Como se maneja a fala, logo, já é fazer algo. Para além dos conceitos científicos, como as vítimas caracterizam quais comportamentos são agressões e o que é pernicioso é importante para se compreender a resposta que elas têm sobre os eventos passados. Por conseguinte, conceituar violência não é uma tarefa fácil. Ao mesmo tempo em que delimitar um conceito pode favorecer o estudo e o entendimento de determinado fenômeno, é bom lembrar que qualquer definição só pode ser compreendida a partir de um determinado contexto social e histórico. Michaud (1989) afirma que a violência é vista a partir de ponto de vista e critérios baseados nos fatores jurídicos, institucionais e sociais de cada época que classificará, ou não, certos comportamentos como violentos. Neste trabalho, postula-se que os comportamentos violentos podem trazer consequências traumáticas às vítimas.

Etiologicamente violência tem origem do latim *violentia*, que tem como significados violência, caráter bravio e força. *Violare* é o verbo que corresponde aos atos de violência, de profanar e de transgredir. O sufixo - *vis* - atribui às palavras os sentidos de força, vigor, potência, violência, emprego de força física, assim como quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de algo (Michaud, 1989).

Em todas as sociedades, de que se tem conhecimento, a violência esteve e está presente (Minayo, 1994). Entretanto, segundo Giffin (1994), existem sociedades em que não foi observada violência contra mulher. De acordo com Minayo (1994), atualmente há consenso de que a violência não tem origem biológica, portanto, não faz parte da natureza humana. É um fenômeno biopsicossocial que é criado e desenvolvido dentro da vida em sociedade, por isso é necessário compreender os aspectos históricos, assim como aqueles relacionados com a Política, a Economia, a moral, o Direito, a Psicologia, as relações humanas e institucionais e o plano individual. A compreensão da violência deve, por conseguinte, ser compreendida em rede e não de maneira individual.

No cotidiano, a palavra violência é utilizada com diversos significados e usos. A palavra pode ser usada para designar ações no âmbito social, no político e no pessoal. No entanto, Michaud (1989) pontua que a idéia central entre os usos se refere à força. Para ele, relaciona-se com a agressão e os maus-tratos, que sempre provocam marcas. Qualifica-se a violência segundo as normas especificadas, por isso as diversas definições de violência, segundo o autor.

O que se observa é que nem sempre a violência foi vista como um problema social. Só a partir da década de 1990 ela foi considerada como um problema de saúde pública (Angulo-Tuesta, 1997; Lamoglia, e Minayo, 2007). Embora não seja um problema específico da saúde, observou-se que a violência afeta a saúde (Minayo, 1994).

Apesar dos inúmeros estudos sobre violência no âmbito familiar e conjugal (Benghozi e Féres-Carneiro, 2003; Gomes, 2005; Hirigoyen, 2006; Bucher, 2003; Araújo, 2003; Saffioti, 1987, 1989, 1995) ainda são utilizados diversos nomes que aparentemente se relacionam ao mesmo fenômeno. É comum atribuir como sinônimos os termos violência familiar, doméstica e de gênero, o que para Saffioti (1999) não é a perspectiva mais adequada. Segundo a autora, violência familiar se refere ao grupo tanto unido pela consanguinidade quanto pela afinidade, podendo

ser da família nuclear ou extensa, sem a necessidade de viver sob o mesmo domicílio. Enquanto a violência domiciliar é aquela que é impetrada àqueles que vivem, mesmo que parcialmente, no domicílio do agressor, podendo ser a família, os agregados ou os empregados.

A violência de gênero, no entanto, alude à relação governada pela gramática sexual, em uma tentativa de ampliar o conceito de forma que o pólo não caia necessariamente no âmbito masculino (Saffioti, 1999). A agressão neste caso se daria a alguém por conta de pertencer a um determinado sexo, pelos papéis de gênero que se acredita que cada um deve exercer. O mais comum é que se tenha a expectativa de que o homem domine a mulher e esse pode usar da força para alcançar tal objetivo (Strey, 2004). Também se usa o conceito de gênero na tentativa de desconstruir a naturalização do feminino e do masculino, objetivando compreender a identidade sexual em uma dinâmica de relações sociais construídas em um momento histórico. Procura-se, desta forma, não correlacionar necessariamente as diferenças sexuais com as sociais (Giffin, 1994; Oliveira e Souza, 2006).

Sob esse prisma, é possível haver violência entre homem-homem e mulher-mulher, por exemplo, ao se disputar um cônjuge (Strey, 2004). Contudo, é importante ressaltar que o que se observa com mais frequência na cultura em que vivemos é a do homem contra mulher (Narvaz e Koller, 2006, Saffioti, 1999). Observa-se a tentativa de desconstruir o sexismo da violência, adjetivando-a *de gênero*, no entanto, a prática discursiva é que violência de gênero se refere à violência de homem contra mulher, ajudando na confusão dos conceitos. A violência de gênero, nestes moldes, foi caracterizada como uma epidemia global (Heise, 1994).

Outros autores utilizam os conceitos violência conjugal (Ravazzola, 1997) e violência no casal (Hirigoyen, 2006). Ravazzola (1997) emprega violência conjugal para designar a brutalidade de um homem contra sua parceira, sendo que ambos vivem uma relação afetiva e sexual, podendo ou não ser legalizada. Violência no casal é um termo usado por Hirigoyen (2006) que enfatiza a imposição pela força do poder de uma pessoa sobre a outra, ocorrida na intimidade entre casais heterossexuais ou homossexuais. Neste trabalho utilizarei o termo violência conjugal para designar a agressão física e/ou psicológica de um homem contra a mulher, mesmo sabendo que as mulheres também podem ser violentas em um relacionamento amoroso (Hirigoyen, 2006).

Hirigoyen (2006) aborda a dificuldade encontrada em diferenciar “a verdadeira violência” de uma briga entre os membros do casal. Para ela, a diferença está que no primeiro caso há assimetria na relação, sem respeito entre as partes e sem preservar suas identidades. Há o desejo de dominar e esmagar o parceiro. A autora questiona a visão parcial da análise da origem da violência no casal, já que para além das questões sociais e culturais, há a vulnerabilidade psicológica. Essa vulnerabilidade poderia ajudar a explicar porque pessoas em uma mesma cultura estariam às voltas com problema de violência, enquanto outras, em um mesmo contexto social, não.

3.1. Violência e saúde da mulher e da família

As agressões físicas provocam males que necessitam, muitas vezes, de intervenção médica e diagnóstica. Entretanto, ao sofrerem agressões o que se observa é que a maioria das vítimas de violência física, apesar de acreditar que necessita de cuidados médicos, não procura os serviços de saúde principalmente por vergonha de expor o problema e por sentir medo de represália do parceiro (Miranda, de Paula e Bordin, 2010).

Os ataques podem produzir uma série de consequências às agredidas, fatais ou não. Como decorrências mortais podem-se citar o suicídio e o homicídio. Apesar de não serem letais, há efeitos que causam muitos danos à vida da mulher vitimizada, como as doenças sexualmente transmissíveis, lesões corporais, doença pélvica inflamatória, gravidez indesejada, aborto espontâneo, dor de cabeça, problemas ginecológicos, abuso de álcool e drogas, aleijamento parcial ou permanente; assim como depressão, ansiedade, disfunção sexual, desordens da alimentação, problemas múltiplos da personalidade e comportamento obsessivo compulsivo (Heise, Pitanguy e Germain, 1994). Corsi (2006) assegura que frequentemente vítimas de violência crônica desenvolvem transtornos psicopatológicos como quadros de depressão, angústia e insônia.

Além dessas questões apresentadas acima, torna-se importante observar que quando as mulheres buscam os serviços de saúde pública, os profissionais não se sentem confortáveis para denunciar ou, até mesmo, relatar, nos prontuários, a existência de sinais de agressões, limitando-se a abordar objetivamente os sintomas por não terem a certeza de tratar-se de uma situação verídica. Ademais, pare-

ce que o protocolo dessas situações não é bem disseminado entre os profissionais, o que traz problemas no manejo da situação no momento em que a paciente comparece à consulta. Assim, o acontecido permanece em silêncio e com menores chances de tratamento global.

Outro dado preocupante é que durante a gravidez há alto risco para ocorrer agressões físicas. Nos EUA cerca de 15 a 25% de gestantes sofrem maus-tratos, o que favorece os defeitos congênitos surgirem (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). A agressão ao ventre da grávida, de acordo com Hirigoyen (2006), refere-se ao desejo de ataque à capacidade reprodutiva da mulher, sendo também o anseio de anular o outro como sujeito.

Araújo (2005) afirmou que o embotamento da capacidade de pensar é uma seqüela habitual entre as vítimas de violência, que sacrificam o pensar, utilizando mecanismos defensivos como se distanciar da consciência e inibir o potencial reflexivo, “para suportar a dor do aniquilamento do eu diante das agressões e das humilhações sofridas” (Araújo, 2005, p. 289).

3.2. Modalidades de violência

Azevedo e Guerra (2002) indicam a negligência, a violência física, a violência psicológica e a violência sexual como alguns tipos de violência. No entanto, Saffioti (1999) afirma que não acontecem separadamente as violências física, sexual, emocional e moral. Para a autora, a emocional e a moral sempre permanecem presentes em qualquer forma de agressão. A delimitação do que será caracterizado como agressão dependerá da interpretação individual do que se considera violência ou “normalidade” na sociedade, assim o que se espera de cada gênero.

No relatório mundial de violência e saúde (Krug, 2002) foi exposto que há dois padrões comuns na forma que se estabelece a violência entre parceiros íntimos. A primeira seria mais severa e se caracteriza por ter uma escala cada vez maior de diversas formas de abuso, terror e ameaças, além da presença de comportamentos possessivos e controladores do abusador. E o outro molde seria mais moderado em que a frustração e a raiva levariam à agressão física.

Hirigoyen (2006) liga as agressões físicas ao controle psicológico. Ela afirma que por meio dos golpes há o desejo de marcar o corpo e arrombar o envoltório corporal feminino, buscando o aniquilamento da resistência para possuí-la

inteiramente. Nas palavras da autora (p.46), “é a marca do jugo, é o sinal que permite ler no corpo controlado a aceitação da submissão”.

A organização Mundial de Saúde conceituou violência física os casos em que a mulher tenha apanhado do parceiro, ele tenha jogado algo sobre ela, ela tenha sido pressionada ou empurrada por ele, batida com o seu punho ou com qualquer outra coisa que poderia ferir-la, ter sido chutada, espancada e arrastada pelo companheiro; embargada ou queimada, ou tenha sido ameaçada por ele com uma arma. O termo violência sexual foi utilizado para os casos em que ela tenha sido forçada fisicamente a ter relações sexuais ou mesmo ter tido relações sexuais, tanto por medo de represália do parceiro quanto por ter sido forçada a fazer algo sexual que ela considerasse degradante ou humilhante (Krug 2002).

A violência física pode se apresentar de diversas formas, algumas serão especificadas a seguir. Segundo o dicionário Aurélio (Ferreira, 1999), bater vem do latim *battere*, por *battuere* e tem como significados possíveis dar sucessivas pancadas ou golpes em; surrar; dar pancada(s) em alguém, espancar. O sentido de empurrar parece se referir ao que no dicionário Aurélio se refere a impelir com violência, empuxar; dar encontrões em (Ferreira, 1999).

Outra forma de violência é esmurrar. Decidiu-se analisá-lo separadamente de bater, apesar de aparentemente serem sinônimos, uma vez que o uso dessa palavra indica um caráter mais agressivo. Esmurrar, portanto, apesar de poder ter como sentido golpear, maltratar ou até mesmo tornar embotado (Ferreira, 1999), parece que o modo de uso do verbo refere-se ao sentido de dar murros em, ou seja, usar as mãos para agredir. Por isso, foi atribuído como sinônimo de “dar socos”, entretanto, sabe-se que o uso de “esmurrar” pode possuir um sentido mais violento que “dar socos”.

Existem alguns tipos de agressões que se utilizam de outras partes do corpo além das mãos para atacar. Enforcar é um exemplo que é a combinação de *en* + *forca* + *ar* e tem como sentidos possíveis supliciar na forca, suspender pelo pescoço em lugar alto, asfixiando, colgar, estrangular e asfixiar. Pode utilizar as mãos, mas também os braços ou algum objeto que propicie o enforcamento. Outras ofensivas possíveis são chutar e dar cabeçada. A primeira se refere ao ato de dar chute em, ou seja, se utilizar das pernas para machucar alguém e a segunda refere-se a dar pancada com a cabeça (Ferreira, 1999).

O abuso sexual em adultos se dá na forma de estupro e de coerção sexual. O estupro é definido como a violentação e a humilhação por meio de meios sexuais, com finalidade de expressar poder ou ódio. Segundo os autores, normalmente são necessidades não sexuais que motivam a agressão sexual. A definição de Kaplan, Sadock, e Grebb para estupro é a:

Perpetração de um ato de intercurso sexual com uma mulher, contra sua vontade e consentimento, quer sua vontade seja superada por força ou medo resultante de ameaça pela força ou por drogas ou intoxicantes, quando, em razão de deficiência mental, ela é incapaz de exercer julgamento racional, ou quando está abaixo da idade arbitrada para dar consentimento. O estupro pode ocorrer entre pessoas casadas e pessoas do mesmo sexo. (...) O crime de estupro exige apenas uma ligeira penetração peniana da parte externa da vulva da vítima, sendo desnecessária a ereção total e a ejaculação. Atos forçados de felação e penetração anal, embora frequentemente acompanham o estupro, são legalmente considerados como sodomia (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997, p. 745).

A coerção sexual, no entanto, é a dominação pela força para compelir o outro a participar do ato sexual. Existe outra forma de violência sexual; que envolve manipulações com a finalidade de punir ou forçar o cônjuge a manter relações sexuais que se recusa, que Ricotta (1999) denominou de jogos sexuais. Dentro desse conceito inclui o estupro e todas as formas de abuso por meio de jogos de poder em que o outro se vê obrigado a participar sem vontade.

Além das agressões físicas, existem outras formas de violência mais sutis, como a psicológica. Hirigoyen (2006) marca a importância em se estudar o aspecto psicológico da violência, sobretudo no casal, caracterizado pelo aspecto do controle. A autora afirma que há um roteiro nos comportamentos agressivos em casais: inicia-se com a violência psicológica que após a perda de sua “eficácia” faz-se uso de outras formas, como a física. A autora assinala que ambas estão sempre interligadas e presentes, e, que a presença unicamente da violência psicológica já pode trazer sequelas desastrosas a suas vítimas. Esta se caracteriza pela negação da individualidade do outro, o colocando como objeto: submisso, sob o controle e sob o poder do parceiro (a). E ainda há dificuldade em detectá-la, já que se estabelece por meio de *microviolências*: ataques verbais que inicialmente são sutis.

A autora especifica alguns tipos de violência psicológica: o controle, o isolamento, o ciúme patológico, o assédio, o aviltamento, as humilhações, os atos de intimidação, a indiferença às demandas afetivas e as ameaças.

O *controle* se baseia no desejo de vigiar o outro com o objetivo de dominar sua vida, seus comportamentos e até seus pensamentos. Para que a violência se prolongue, o agressor pode se utilizar do *isolamento* para retirar a pessoa de sua rede social fazendo com que sua vida esteja totalmente voltada para ele.

Quando há suspeitas infundadas, com uma conseqüente vigilância sobre a pessoa, ordenando que somente tenha contato com o cônjuge controlador, estamos diante do *ciúme patológico*. Nesse caso de violência há um repúdio à alteridade do outro, podendo chegar até a desvalorizá-lo.

Uma forma de violência que ocorre geralmente após o término do relacionamento é o *assédio*. Procura-se impregnar a capacidade de discernimento e fazer com que haja uma rendição por exaustão ou se utiliza de mecanismos de vigilância por telefone ou pessoalmente.

O *aviltamento* consiste em denegrir a pessoa buscando reduzir sua autoestima por meio de comunicações verbais e não-verbais de diminuição de seu estado mental e emocional, de seus comportamentos ou de qualquer coisa que lhe pertença ou esteja vinculada a ela. Há o desejo de que a pessoa perca a confiança em si mesma e passe a dar crédito à depreciação.

Nas *humilhações* se procura reduzir a crença na capacidade de ser amado(a) por alguém e também a autoestima. Não há respeito pelo outro, que serve apenas de refúgio para a raiva sentida por si mesmo (a). Comumente estão atreladas à sexualidade, trazendo mais vergonha e até mal estar em comunicar aos outros sobre o sofrido. Exemplos desses comportamentos são: cuspir, soltar flatos, jogar o dinheiro no chão.

Os *atos de intimidação* são ações indiretas de violência, por exemplo, ao expressar a raiva em objetos ou animais, que traz ao cônjuge sensações de ameaça e de hostilidade. Hirigoyen (2006) afirma que as intimidações têm o mesmo poder lesivo que a ação pronunciada. É ressaltado pela autora a importância em acompanhar e apoiar essas mulheres, uma vez que elas têm dificuldade em discernir o que seria realidade e manipulação nas falas dos parceiros. Quando a mulher decide partir, a agressão parece que se agrava; e surge, mais claramente, a chantagem. Assim, crescem os medos como o de represália e de que o companheiro adoeça ou

se suicide. É sugerido que se estabeleça, nesses casos, um plano de segurança para ajudá-las a ver melhor a situação. Além disso, como normalmente o agressor possui bom comportamento socialmente, a vítima sente-se constrangida e com medo de denunciar o agressor e ser desmentida (Ricotta, 1999).

Como o próprio nome diz a *indiferença às demandas afetivas* se refere à abdicação da expressão de qualquer sentimento positivo para a pessoa, é ignorar as necessidades e sentimentos do cônjuge, é a demonstração de rejeição ou desprezo ou até mesmo é buscar de propósito a insegurança do cônjuge pelo ambiente criado por meio da falta e da frustração. Exemplos dessa situação é recusar-se a sair com o parceiro, a falar com ele, a acompanhar às festas da família, ficar emburrado sem o parceiro saber a causa ou mesmo não levar em conta o estado físico ou psicológico do outro.

As *ameaças* trazem à baila as sugestões de que coisas negativas poderão ser feitas contra o cônjuge, os seus parentes e amigos; ou, até mesmo, contra o próprio ameaçador, como se suicidar. A autora afirma que as consequências psicológicas da ameaça de suicídio são muito intensas já que pode levar a vítima a acreditar que é responsável pela morte do suicida. Enfatiza, também, que as ameaças têm o mesmo poder de fazer mal que o próprio ato que se prenuncia.

O que caracteriza as ações citadas serem consideradas como violências é a sua repetição, por ocorrerem por um longo período e as trocas serem assimétricas. A violência serve para manter a dominação do agressor sobre o outro. Este nega a violência que comete que, por ser psicológica, não há testemunhas e a própria vítima duvida de sua existência.

Ricotta (1999) apresenta como modalidades de violência psicológica que podem se apresentar na família a negligência e a rejeição afetiva, os controles financeiros ou econômicos, as críticas constantes, o excesso de lógica e de racionalidade, os jogos mentais, a disputa pelo poder e a dupla mensagem.

A negligência afetiva se refere à falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse pelas necessidades e manifestações do outro. A rejeição afetiva alude às manifestações de depreciação e agressividade que, por pertencer ao mundo subjetivo, torna-se difícil de ser detectada (Ricotta, 1999).

Controles financeiros ou econômicos são manipulações do outro de acordo com o próprio interesse para exercer o controle. É uma forma de dominação do outro segundo os interesses do detentor de poder (Ricotta, 1999)

Por meio das críticas constantes, há a desqualificação do outro, privada ou publicamente. É extremamente agressiva, pois põe o parceiro em posição de inferioridade e causa feridas emocionais. O crítico garante com esse comportamento a posição de superioridade extrema, daquele que detém o saber e a onipotência; além de se autoafirmar por meio da oposição fantasiosa com a outra pessoa, mais fraca. Com isso, ele consegue por momentos ocupar o lugar de poder e de força e de admiração de si mesmo, o que em condições naturais não possui. Por isso, há dependência do outro para se sentir valorizado. Esse comportamento é desgastante e proporciona a perda do senso crítico e da realidade. Nessas circunstâncias estão presentes em demasia a inveja e a competição, já que somente um dos parceiros pode se destacar. É uma relação em que falta ética e escrúpulos (Ricotta, 1999).

A racionalidade proporciona a distância na relação, evitando o contato mais próximo. O uso exagerado da lógica repele as emoções, as sensações, os desejos e os sentimentos. A escassez de afetividade revela a deficiência de expressão dos afetos, a falta de troca de sentimentos e de toque entre os parceiros; e pouca demonstração de carinho. Os jogos mentais são artifícios semelhantes às torturas psicológicas em que são utilizadas perguntas e chantagens emocionais para se conseguir o controle e a intimidação do cônjuge. Convida-se o outro a jogar por meio do desafio; no entanto, a recompensa é insatisfatória, uma vez que é mais usual haver perdas (Ricotta, 1999).

Para Ricotta (1999), com a disputa pelo poder sempre se busca definir um ganhador. Essa união se estabelece pela diferença e é mantida por interesses econômicos, empresariais, políticos, familiares e emocionais desvirtuados e mal resolvidos.

A comunicação ambígua constante, também chamada de dupla mensagem, proporciona confusão sobre o real sentimento para com o outro, levando à desconfiança, dúvida e insegurança. Essa prática provoca estrago violento na capacidade perceptiva do indivíduo, complicando a capacidade de discernimento dos afetos, sensações e percepções da realidade (Ricotta, 1999).

Para Ricotta (1999), esbravejar, gritar palavras ofensivas, faltar com a educação, ser grosseiro ou ríspido ao falar e tocar e expulsar alguém de um lugar são formas de maus-tratos e de agressão.

3.3. Papel de cada um na violência

Em relação à violência, é necessário compreender o lugar da vítima e do agressor nesse processo. Uma das hipóteses é que a violência contra a mulher pode ser uma maneira que maridos abusivos, impacientes e impulsivos usam para deslocar fisicamente a agressão provocada por outros para suas esposas. Para isso, o sujeito se identifica com o agressor (pai, patrão) apresentando comportamento de testagem (“ela ficará comigo, não importando como eu a trate?”), desejos distorcidos de expressar masculinidade e de desumanização da mulher. A agressão é permitida por se acreditar que a mulher é propriedade do homem (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997).

Em adultos, a agressão se dá com maior frequência entre cônjuges, sendo a mulher a vítima mais habitual. Todas as raças, religiões e camadas socioeconômicas são suscetíveis a esse comportamento. Entretanto, é mais comum em famílias com problemas de uso exagerado de substâncias, como o álcool e *crack* (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). A violência e a agressão se apresentam em muitas situações clínicas, como, por exemplo, nas intoxicações com álcool e outras substâncias, nos transtornos cognitivos ou abuso da criança e também nos atos antissociais crônicos. Parece que a ocorrência da violência se dá por meio do rompimento do equilíbrio entre os impulsos e o controle externo (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997).

Saffioti (1999) procura dar um panorama sobre a violência, trazendo dados históricos e jurídicos que mostram a complacência da sociedade frente à violência doméstica. A autora destaca que uma característica da violência é a rotinização, dando a cada gênero um papel pré-estabelecido, levando à co-dependência e à consolidação da relação fixada. Para ela, o relacionamento violento é uma prisão (Saffioti 1997, 1999).

Giddens (1992) conceitua a pessoa co-dependente como aquela que precisa se dedicar às necessidades de outra pessoa para se sentir seguro, necessitando disso para estabelecer sua autoconfiança. O relacionamento é considerado co-dependente quando um membro se liga psicologicamente ao outro que possui algum tipo de comportamento compulsivo. Quando o vício da pessoa é a relação amorosa, o autor a nomeia de relacionamento fixado.

Citando Gordon, Saffioti (1999) analisa a violência não como uma expressão de um indivíduo violento, mas como uma trama familiar composta por sujeitos que de alguma forma compõem o cenário apresentado. Araújo (2005) observa também que o atendimento de um dos parceiros em terapia individual com foco na dinâmica conjugal já produz mudanças na relação amorosa agressiva, pois ajuda na compreensão de como produzem e reproduzem a violência. Gomes (2005) acrescenta que a violência pode ser o desejo de realizar fantasias masoquistas do outro e também uma forma de estabelecer relações de poder na família. Aspectos transgeracionais também estão presentes, já que o papel e a função dos membros da família podem ser determinados por três gerações e pelos mitos familiares (Gomes, 2005).

Outra questão importante é o que faz com que se escolha um parceiro violento. Freud (1910/1980) afirma que há influência dos modelos parentais na preferência e vinculação conjugais e familiares, sendo transmitidos através das gerações a partir do complexo de Édipo (Gomes, 2005). As mulheres vítimas de violência na infância se tornariam mais vulneráveis à violência por incapacidade de discriminar a confiabilidade de outras pessoas, levando-as, possivelmente, a sofrer violência de gênero. Os homens, por sua vez, tenderiam a se tornar algozes, já que aprenderam, no passado, que não há quem socorra a vítima (Strey, 2004). No entanto, Araújo (2005) expõe que no caso da violência conjugal os papéis de vítima e algoz são intercambiáveis, uma vez que nem sempre ela é passiva, apresentando alguma resistência, e ele, sem perceber, acaba prisioneiro da dinâmica agressiva que estabelece. Ambos, portanto, se utilizam de estratégias de poder, de dominação e também de submissão.

Narvaz e Koller (2006) consideram a existência de um padrão de transmissão das experiências de violências ao longo de gerações, citando como exemplo casos em que mulheres vítimas de violência conjugal na atualidade presenciaram na infância suas mães em circunstâncias de vitimização. Outros estudos (Bucher, 2003; Gomes, 2005, 2007) assinalaram que há influência de outras gerações nos casos de violência no seio familiar. Kaplan, Sadock e Grebb (1997) afirmam que por volta de 50% das mulheres agredidas cresceram em lares violentos e que essas têm como traço principal a dependência.

Miller (1997) percebe o desprezo sob o menor e o mais fraco como a possibilidade do agressor se defender contra os próprios sentimentos de impotência,

criados a partir das situações de abuso que vivenciou na infância. A autora destaca casos em que agressores se sentem mais fortes ao menosprezarem os sentimentos e as próprias crianças. Miller vê esse adulto como “criança insegura” que se utiliza de mecanismos de defesa (o desprezo, a racionalização, o deslocamento, a idealização e ainda o mecanismo de transformar a dor passiva em comportamento ativo) para que a história da humilhação e do desprezo da infância não venha à tona.

Para Miller, quando se idealiza a pessoa significativa abusadora, a denúncia da agressão pode vir a aparecer por meio da perversão ou da neurose obsessiva. Torna-se, portanto, oculto o conhecimento da crueldade por meio da infância idealizada, levando à reprodução da violência. Os sofrimentos emocionais infantis conservam-se impenetráveis, criam-se possibilidades de novas e sutis humilhações para os descendentes. Assim, a autora ressalta ser extremamente importante acabar com a transmissão entre as gerações desse legado destrutivo.

A violência familiar é explosiva por conta da tensão acumulada, decorrente de conteúdos internos incompreendidos e mal elaborados. O comportamento expresso com nível de intensidade e agressividade fora do adequado à situação provoca tensão. Produz-se um efeito que Ricotta (1999) chamou de bumerangue ao se complementar a atitude violenta do agressor. Após o ataque, espera-se uma resposta que consolide o ciclo necessário ao surgimento e à expressão concreta da violência na relação. Quando o outro não participa disso, torna-se evidente a inadequação da explosão do agressor frente à situação. A autora afirma que “se a outra parte não faz o papel esperado (complementar) de vítima, o indivíduo agressor terá de se haver unicamente consigo mesmo, sem poder responsabilizar o outro por seu estado” (p. 61). Parece que o ataque vem na expectativa de provocar uma reação para que possa acalmar a carga de tensão acumulada. Assim, Ricotta (1999) esboça o padrão composto entre o agressor e a vítima. Após se estabelecer a relação entre dominador e dominado, forma-se um ciclo em que ambos se retroalimentam. A passividade da vítima faz crescer a motivação do agressor para um novo ataque, que se sente induzido a permanecer nesse modelo de relacionamento. Enquanto o dominador apresenta comportamentos violentos físicos, verbais, de controle e abusivos, possui sentimentos de posse, dominação e de poder sobre o outro. Os sentimentos que a vítima apresenta são a culpa, a raiva, a exclusão e o

medo, e seus comportamentos correspondentes são a submissão e a provocação desafiadora para novas ofensivas.

A violência é permeada por inúmeros atos, como humilhações, xingamentos e ofensas que parecem projetar as partes de si mesmo atacadas, desvalorizadas e maltratadas em outros objetos. Isso se dá tanto quando o sujeito se identifica com o eu sofredor quanto com o objeto algoz (Kernberg, 2007).

Ao retroalimentar o ciclo de violência, a vítima oferece um modelo de resposta ao estímulo recebido que mantém o abuso. Isso acontece quando ela se submete ou quando assume o papel do agressor, provocando a submissão ao outro. Portanto, com essas respostas ela permanece na dinâmica agressiva, tornando-se também agente. Esse comportamento viciado mantém o jogo entre os dois, independentemente de quem os pratique. Falta espontaneidade e sobra previsibilidade no papel de ambos, cada um imagina como será a reação do outro. É importante para acabar com a cadeia interminável desvendar e distinguir no casal as condutas que fortalecem e impulsionam a prática de maus-tratos (Ricotta, 1999). No entanto, cabe ressaltar que as vítimas não provocam a violência do agressor, apesar de os homens não se responsabilizarem ao buscar explicações para seus atos a partir dos comportamentos femininos (Corsi, 2006). O que parece que Ricotta (1999) pontuou é que existe uma dinâmica que retroalimenta, mas não parece existir o desejo por parte da autora em culpar a mulher pelos maus-tratos sofridos.

A violência permanece em segredo principalmente por conta da vergonha e do encobrimento da vítima. Essa situação faz com que a agredida se torne cúmplice do agressor. Para Ricotta (1999), quebrar a barreira do silêncio e compreender emocionalmente a questão podem permitir que não se manifestem as agressões nas ligações afetivas e amorosas.

Outro aspecto relevante é que ao se conviver em ambientes violentos perde-se a sensibilidade da qualidade dos relacionamentos, seja como deveria ser tratado ou como deveria se relacionar com os outros. É comum observar rudeza em quem tem registrado internamente maus-tratos (Ricotta, 1999).

Em se tratando do agressor, observa-se que esse tem dificuldade em registrar a raiva que a vítima tem dele, por haver falta de consciência das implicações de seus atos. Parece que envolve um processo de negação em que se encobre o significado do comportamento violento, servindo de pretexto para que as invasões

e o controle sobre a pessoa submissa permaneçam. Falta empatia e com isso não se avaliam as consequências de seus atos na outra pessoa (Ricotta, 1999).

O agressor perde a sensibilidade e o discernimento sobre seu comportamento e sentimento. Expressa de forma estrondosa para demonstrar seu tamanho e poder, sem medir o impacto que causa. Porém com essa dinâmica ele perde a possibilidade de vivenciar uma relação amorosa, gratificante e prazerosa, assim como de uma convivência saudável em que a individualidade de cada um seja aceita, sem necessidade de corresponder ou demonstrar o domínio sobre o outro (Ricotta, 1999). Com isso, repete-se a dinâmica da falta de amor e de saúde nos relacionamentos.

Algumas razões que podem levar à produção de violência entre o casal são a rejeição afetiva grave e a negligência parental na infância. A primeira marca a carência na formação pessoal e a segunda gera desamparo e desproteção. Sabe-se que é comum o agressor adulto ter tido vivências de situações abusivas, maus-tratos e de violência em sua infância e na adolescência. Essa compreensão ajuda a verificar a extensão dos danos causados e quais as consequências disso na vida do sujeito, com relação à qualidade de vida e dos vínculos que se estabelecerão. Frequentemente as mulheres sentem pena de seus esposos por conta dessas experiências infantis, influenciando na desresponsabilização dele frente aos seus atos (Ricotta, 1999). Tal aspecto parece indicar a crença das vítimas que o passado pode justificar a violência, como se a compreensão levasse ao perdão. Ainda sobre a rejeição afetiva, Ricotta acrescenta:

A rejeição afetiva é de difícil detecção e merece uma intervenção positiva contínua para minimizar o peso doloroso e subjetivo resultante de sua experiência na infância e adolescência. É necessário muito reforço positivo para que se possa transformar na pessoa a crença de que ela é um ser carente e não pode construir um mundo gratificante para si. Os registros da infância e adolescência marcados pela rejeição, somados à depreciação, desvalorização e agressividade por parte do agressor, tornam a pessoa propensa à condição de submissão à violência (Ricotta, 1999, p. 52).

As práticas violentas das relações interpessoais são normalmente ocultadas pelos agressores, mas também pelas vítimas. Essas tendem a minimizá-las e negar os resultados devastadores dos abusos. Essa situação é influenciada em grande parte pelo grau de envolvimento que a agredida tem com seu algoz. Ela o protege

conforme o seu desejo de eliciá-lo, inconscientemente, a permanecer no ciclo de violência, deixando-a permanecer na posição de inferioridade. Há ganho secundário no papel de vítima, uma vez que ajuda a introjetar nos outros a pena e a compaixão de forma que ela fique alheia ao conflito. A raiva e a revolta que deveriam pertencer a ela são, portanto, deslocados para as testemunhas, que se responsabilizam e mobilizam seus sentimentos para atacar o algoz. Deste modo, ela fica livre para não mobilizar energia e seus sentimentos, como raiva, indignação, decepção e tristeza, ficam fora de seu alcance subjetivo. O ambiente e pessoas externas tomam partido, enquanto a vítima fica livre até para perdoar o seu carrasco (Ricotta, 1999). Além disso, Saffioti (1994) acrescentou que por conta do homem socialmente não ser violento, as mulheres se inibem em denunciá-lo.

Deste modo, a entrada de um terceiro que se conecta às emoções provenientes da relação conjugal violenta pode estabilizar o casal. São deslocados para o intruso os sentimentos negativos frutos dos confrontos, enquanto os cônjuges se unem novamente. Portanto, parece ser uma armadilha assumir sentimentos alheios, já que isso desresponsabiliza os envolvidos e somente ajuda a aliviar a carga da tensão e não resolver o problema. A vítima manipula os outros de forma que façam o que ela deveria fazer, como assumir seus próprios sentimentos, se defender e se impor para receber o tratamento respeitoso. Além disso, esse comportamento torna-se prejudicial para os que participam de forma passiva, como os filhos, familiares e amigos, que buscam resolver a questão à maneira deles (Ricotta, 1999).

Outro aspecto que dificulta a autodefesa da vítima é o seu autoconceito de inferioridade. Caso se reconhecesse positivamente, poderia cessar o círculo vicioso. Como possui baixa autoestima, aceita os valores que o agressor lhe atribui. Acredita que seu lugar é estabelecido pelo outro, o algoz, dando a ele a posição de senhor de seu destino. E a vítima também estabelece o lugar do carrasco, assim “ambos são referendados pela posição que o outro lhe confere. Fica totalmente distorcida a função existencial de cada um, que é de desenvolver e assumir valores e referenciais acerca de si mesmo” (Ricotta, 1999, p. 56).

Hirigoyen (2006) afirma que o primordial para sair da relação violenta é admitir que seja impotente frente à mudança do outro, passando a se preocupar consigo mesma. Enquanto algumas mulheres poderão perceber a periculosidade mais rapidamente que outras, saindo mais depressa, outras por conta da vulnerabi-

lidade terão maior dificuldade. A reação será mais satisfatória se não tiverem vivência de abusos na infância, possuírem uma boa autoestima, tiverem adequadas relações sociais e autonomia financeira. De tal modo, será mais fácil sair da dinâmica no início da relação, ou seja, quando ainda não se instalou o processo de submissão. Segundo Ricotta (1999), o ciclo de violência termina quando a vítima não aceita mais participar do jogo, quando denuncia o comportamento destrutivo de forma a estancá-lo. Isso poderia ser alcançado por meio de conversa franca e definitiva.

O processo de saída da situação violenta é lento, podendo ser preciso várias idas e vindas para que a mulher possa amadurecer a partida e testar sua autonomia, principalmente emocional. Nesse processo pode adquirir confiança em si mesma e material para apaziguar seus medos, inclusive àqueles incitados pelo parceiro. Adquire-se aos poucos suficiente segurança e determinação para que se possa definitivamente abandonar o cônjuge caso ele volte a agredi-la. Hirigoyen (2006) considera esse ir e vir positivamente, no entanto, é comum as críticas às mulheres que têm esse comportamento, até mesmo por profissionais de saúde. Os juízos negativos podem fazer surgir nelas sentimentos de impotência e fracasso.

Após a vítima decidir sair de casa o cônjuge passa a tentar recuperá-la; seja por meio de minimizações da gravidade dos seus atos, até suplicando ou prometendo mudanças. Também pode lançar mão de ameaças; até contra a própria vida (Hirigoyen, 2006).

Na época em que decidem partir, as mulheres estão na maioria das vezes em um estado físico e moral muito comprometido, sentem forte culpa, até mesmo porque o homem que estão abandonando é aquele que amam ou amaram. Preocupam-se mais em como ficará o parceiro e quais serão suas reações do que como ficará a situação delas. Esgotadas, sentem-se desencorajadas sobre as providências que precisam dar conta. Há o sentimento de falta de recursos. Ignoram seus direitos, não sabem para onde ir e ainda têm dificuldade em pensar o que poderão dizer aos filhos. Além disso, com a saída de casa permanece a esperança que o companheiro mude após o choque (Hirigoyen, 2006).

Assim, mesmo com a decisão de abandonar a residência, costumam não ter o desejo de se divorciarem, inicialmente. Elas conservam esperança sobre a mudança de seus parceiros por um longo período. Acreditam que a ruptura poderá influenciar na correção deles como uma advertência. É comum sentirem pena,

necessidade de perdoá-los e ainda de ajudá-los mesmo com o afastamento (Hirigoyen, 2006).

O que pode influenciar os comportamentos de cada participante é como vivenciam a violência, sendo habitual a produção de afetos ou pensamentos dolorosos ou mesmo insuportáveis. Nessas conjunturas pode-se lançar mão de defesas, que segundo Anna Freud (1978) é o ego lutando contra essa dor. O mecanismo de defesa que busca inverter os fatos reais aos seus opostos é a negação (Anna Freud, 1978). Aquele que divide a experiência ou o objeto em bom e mau é a cisão. Por um lado, essa última ajuda na discriminação da realidade, mas, por outro, quando em excesso pode dificultar a integração dos objetos (Segal, 1975). A falta de prevalência de experiências boas sobre as más pode levar o sujeito a usar a identificação projetiva de forma alterada, estilizando tanto o que se projeta no objeto, quanto o próprio, indicando uma aversão à realidade interna quanto externa (Segal, 1975). Cabe salientar que se faz uso de mecanismos de defesa para que se possa lidar da melhor forma possível com as situações que se vive. Inicialmente, é uma forma criativa que o sujeito encontrou para se distanciar das emoções ou pensamentos insuportáveis para ele. Para que o mesmo possa lidar com as inúmeras situações da vida, terá que utilizar vários mecanismos, dentre eles a cisão e a negação. Por outro lado, quando atuam de forma massiva é necessário ajuda na elaboração dos mesmos, ou seja, que o sujeito possa se apropriar dos mecanismos, porém de forma mais saudável. Nesses casos, Barros (2004) expõe a necessidade de não apenas levantar as repressões ou propiciar um ambiente facilitador, mas também restaurar as funções mentais perdidas para que seja possível pensar sobre experiências antes impossíveis de serem pensadas ou sentidas. Isto porque, com a mente cindida, o sujeito torna-se incapaz de simbolizar, uma vez que não há comunicação entre as diversas instâncias psíquicas, não conseguindo, assim, pensar os sentimentos. Com isso, a vida pode perder o sentido e a capacidade de pensar torna-se bloqueada, não sendo imaginável nem a concepção de certos pensamentos. Acredito que nos casos de violência é necessário levar em consideração esses mecanismos tanto nas vítimas como nos algozes.

4. Transmissão psíquica geracional

Na prática clínica pode-se observar a repetição de padrões familiares que indicam a influência da história familiar e da identificação do sujeito com seus ancestrais na subjetividade do indivíduo. Após o anúncio dessa história, que até esse dado momento não havia sido apropriada pelo sujeito, há uma descarga de tensão, que às vezes surpreende o paciente e também parece posicionar a história em seu devido tempo e espaço. Essa perspectiva nova ajuda o sujeito a se apropriar da história como pertencente ao passado histórico de seus ancestrais, e, ao mesmo tempo, dá margem a se libertar da condição alienante em que se encontrava.

Por conta do grande número de profissionais perceberem também essa questão, a transmissão psíquica é objeto de inúmeros trabalhos. A literatura tem buscado estudá-la sob diversos ângulos: sob a perspectiva sistêmica com autores como Ivan Boszormenyi-Nagy, Murray Bowen, Helm Stierlin, Bucher, Costa e Wagner e sob a abordagem psicanalítica com autores como Kaës, Berenstein, Pudget e Berenstein, Eiguer, Ruffiot, Piva, dentre outros. Também há o estudo por meio da releitura dos textos de Freud (Bucher-Maluschke, 2008). Será privilegiada, neste estudo, a vertente psicanalítica da transmissão. Kaës (2001a) expõe que a hipótese da psicanálise sobre a transmissão psíquica é de que a psique é transmitida entre o sujeito e aqueles que o precedem. A questão que permeia esse fenômeno é como estabelecer o que seria individual e o que seria herdado da subjetividade.

Freud estuda a transmissão psíquica em diversos trabalhos, traçando diferentes ênfases. Primeiro, aborda sobre a hereditariedade, depois sobre a etiologia das neuroses e como elas são transmitidas por meio do psiquismo. Em outro momento, Freud discute a transmissão inconsciente por meio da identificação com o objeto e com a fantasia com o desejo do outro. Também complementa sua investigação por meio do estudo da transmissão do tabu, do crime e da culpa entre as gerações. Kaës (2001a) afirma que há quatro áreas de pesquisa sobre a transmissão em Freud, a transmissão intrapsíquica, a intersubjetiva, a transpsíquica e a formação do ego. A primeira se refere ao estudo da transmissão que se dá por con-

ta dos pensamentos intermediários, como a passagem da vigília para o sonho, do inconsciente para o pré-consciente, do pré-consciente para o consciente, dos pensamentos latentes para os manifestos e das associações para as representações-meta inconsciente.

A transmissão intersubjetiva se origina a partir do grupo familiar, ou grupo primário. Ao nascer, o sujeito faz parte de uma cadeia intersubjetiva que é anterior ao sujeito. Ele torna-se o elo, o servidor, o beneficiário e o herdeiro dessa cadeia. A partir da relação com o grupo, a psicanálise considera que o sujeito do inconsciente é aquele que herda e até mesmo pertence ao grupo. A intersubjetividade transmite matéria psíquica que forma o seu inconsciente e produz efeitos na sua subjetividade.

A constituição do sujeito deriva da intersubjetividade, ou seja, do grupo que o precede (Kaës, 2001a). O autor afirma que a constituição do sujeito do grupo é determinada por dois aspectos convergentes, tanto pelo próprio funcionamento do inconsciente no psiquismo, quanto pela imposição de um trabalho psíquico feito a partir da ligação com a intersubjetividade. Ou seja, a psique é subordinada àquilo que precede o sujeito, como a família, as instituições e as massas.

Aqueles que são escolhidos como representantes do grupo e que antecedem o sujeito, o sustentam e o mantêm por meio dos cuidados e dos investimentos. São eles que oferecem meios de proteção e de ataque, assim como, nomeiam os lugares, apresentam os objetos, traçam vias de realização, indicam limites e enunciam interditos. A partir de todo esse investimento daqueles que o recebem, nomeiam, sonharam e sonham por ele, o situam no mundo e falam dele, que o sujeito se torna falante e falado. Isso se deve tanto pela língua quanto pelo desejo dos porta-vozes do desejo do interdito e das representações da família. A formação do sujeito falante, portanto, se dá *a posteriori* dos efeitos de ser sujeito do grupo.

O psiquismo se forma a partir dessas ações e apenas sob essas condições que o sujeito pode utilizar a linguagem e a fala das gerações anteriores. Ele herda predisposições, se apropria delas e as utiliza para determinada finalidade. No entanto, parte da herança permanecerá desconhecida e obscura dentro do sujeito, sendo imposta por um ou por vários outros. O legado se dá de diversas formas, por intermédio do apoio dado, da identificação com os outros e da incorporação de aspectos daquele que antecede (Kaës, 2001a).

O sujeito do grupo pertence a mais de um grupo, isso porque coexistem inúmeros espaços psíquicos intersubjetivos. Esse processo se dá por via psíquica e o sujeito herda por meio do apoio, da identificação, da incorporação, pelas exigências próprias e por suas coerções de recalçamento, contraditórios e convergentes.

Kaës (2001a) sugere que as formações do inconsciente podem ser transmitidas por meio das cadeias das gerações e dos contemporâneos. O autor coloca que o sujeito não pode eleger não participar dos grupos que o precedem. Isto é algo que está determinado pela pré-história da pessoa e por todos aqueles que fizeram parte dela. É a participação de mais de um sexo e de mais de um indivíduo que torna o sujeito herdeiro e servidor dos desejos insatisfeitos, dos recalçamentos, das renúncias, das fantasias e das histórias do grupo que o antecede.

É por meio dos grupos que “são transmitidas e remanejadas as formações do ideal, as referências identificatórias, os enunciados míticos e ideológicos, os mecanismos de defesa, uma parte da função recalçante, os ritos” (Kaës, 2001a, p.14). O autor expõe ainda que o que é retido em uma geração pode ser acessível a outras através de traços, já que a transmissão se dá por meio desses. Exemplo disso são os sintomas que mantêm presentes o recalçado, mesmo sem que se tenha conhecimento da motivação do sofrimento. Com isso, as gerações permanecem interligadas. O que se observa é que há pressão para que sejam transmitidas as heranças, podendo provocar depósitos, enquistamentos, projeção ou rejeição do não-recalçado. A transmissão, segundo Kaës, é material, uma vez que não necessariamente é acessível pelo sentido das palavras. Nessa vertente, o autor expõe uma vinheta clínica em que a paciente tinha sintomas autodestrutivos e descobre que era vítima de violência materna na infância. Para sua surpresa também, as mulheres da família por três gerações repetiam uma dinâmica de serem vítimas e carrascos. Tal exemplo mostra o enredamento intersubjetivo do sintoma com uma situação de violência de que a paciente não tinha conhecimento (Kaës, 2001a).

Um aspecto interessante de ser observado é a apropriação inconsciente que o herdeiro faz dos sintomas familiares. Questiona-se o que estaria por trás desta dinâmica, provavelmente é a identificação.

A identificação é a mais antiga forma de laço emocional entre objetos (Freud, 1921/1976). Ruiz Correa (2007) observa que a família possui um espaço psíquico comum onde são mobilizados os processos de identificação que fundam

o alicerce de construção identitária e da transmissão psíquica geracional. Magalhães e Féres-Carneiro (2007) assinalam que “a comunicação de conteúdos inconscientes familiares ocorre por meio das identificações familiares, a partir das relações mais significativas da vida do sujeito” (p. 354). Com isso, parece que o sujeito ao se identificar com os antepassados, constrói sua identidade e se une à família.

Há duas vertentes de identificação, a primeira, transitiva, se dá por meio do reconhecimento como idêntico, parecido com a dinâmica dos sonhos. Outra forma é a reflexiva que se refere à apropriação das qualidades do outro, em um processo essencial para a constituição do sujeito (Baranes, 2001).

Faimberg (2001) observou que em um momento na transferência pode emergir um objeto histórico ou da identificação que era secreto para o paciente. Essas identificações são mudas, inaudíveis. A autora conceituou tal dinâmica como *telescopagem das gerações*. Ao se compreender a história das identificações, é possível torná-las mais claras; estas, a princípio, não fazem parte inteiramente da geração do paciente. Faimberg assinala que por meio da revelação das identificações na transferência, consegue-se fazer sua historicização. E acrescenta:

O processo identificatório congela o psiquismo em um ‘sempre’ que caracteriza o inconsciente, qualificado de atemporal. Talvez fosse mais correto falar de uma outra temporalidade. Quando se conhece a história secreta, é possível modificar os efeitos que ela exerce sobre o ego, modificar a clivagem alienante. Esse processo de desidentificação permite restituir a história enquanto pertencente ao passado. A desidentificação, por conseguinte, é a condição da liberação do desejo e da constituição do futuro (Faimberg, 2001, p. 83).

Um aspecto interessante a ser ressaltado diz respeito ao tempo da transmissão, que, segundo Kaës (2001b), nem sempre é linear, sendo não-fluídico, já que uma parte é conservada por traços. Havendo, portanto, oposição entre o traço e o fluido. O autor explica que Freud articula a relação entre pulsão, representação e afeto, colocando o primeiro na ordem da energia e os outros como informação. Mesmo com o recalçamento, o afeto e o representante da pulsão são transmitidos, já que a memória desses será um traço que poderá seguir inconsciente. Para ele, quando Freud cita Goethe¹ está afirmando o processo ativo da transmissão da he-

¹ “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”.

reditariiedade psíquica: há uma aquisição apropriativa. O autor retoma a posição de Freud de que a herança é necessária para que o sujeito se constitua, sendo ela da ordem da transmissão simbólica. Kaës parte dos trabalhos de Lacan, N. Abraham, M. Torok, M. Krull e M. Balmory para desenvolver a idéia de que “o traço, a marca segue seu caminho através dos outros até que um destinatário se reconheça como tal” (Kaës, 2001b, p.56). Por meio da hipótese de Freud de como se dá a transmissão, o autor conceitua o aparelho inconsciente da transmissão como aquele que é capaz de interpretar, constituindo e produzindo sentidos. O autor cita Bion, que parte da hipótese de que as dimensões intra e transpsíquicas na transmissão estão ligadas, e que o inconsciente individual é impessoal, coletivo e herdado, propondo, então, o modelo da função *alpha* de transformação.

Kaës (2005) relaciona a transmissão da vida psíquica entre gerações com a negatividade. O autor expõe que a transmissão não se dá só *pelo positivo*, ideais, mecanismos de defesa neuróticos, identificações e pensamentos de certezas; mas também *pelo negativo*, quer dizer aquilo que não pôde ser contido, retido e lembrado, o que não estava inscrito no psiquismo dos pais, mas que é depositado ou enquistado na *psique* do filho. Padrões de negativo são, por exemplo, a falta, a enfermidade, a delinquência, o que ficou desaparecido sem traço nem lembrança, onde não foi realizado o trabalho de luto.

Kaës (2005) assinala, portanto, que a formação do inconsciente se dá não somente pelo recalque, mas também pela recusa, a forclusão, a clivagem e o desmentido. Logo, a transmissão ocorre, não exclusivamente pelos significantes e pelos desejos pré-formados e deformados que nos antecedem, mas também pelos significantes gelados, enigmáticos e brutos que não foram simbolizados. Para o autor, nesses casos houve falha em várias gerações no que Freud conceituou de aparelho de interpretar-significar.

Por meio do estudo de autores como N. Abraham, M. Torok, M. Krull e M. Balmory, Kaës (2001a) afirma que tudo que foi abolido em algum tempo aparecerá como enigma, ou seja, o signo do que não pôde ser simbolizado, em gerações posteriores. O interessante é que alguns sujeitos se colocam como portadores do impensado, com a anuência inconsciente dos outros, firmando seu destino e seu próprio fim nesse lugar enigmático.

Para Kaës (2005), existem essencialmente dois processos de transmissão da vida psíquica entre gerações: as identificações e as alianças inconscientes. O

vínculo entre as gerações se estabelece por meio da identificação com o objeto do desejo e com a fantasia inconsciente do outro. Dentre as várias formas de identificação, o autor cita a identificação projetiva que, por sua vez, dificulta o processo de introjeção, já que o sujeito projeta partes de si em um objeto. As alianças inconscientes, no entanto, propiciam a transmissão da vida psíquica entre gerações e entre os membros de um grupo por meio do pacto denegativo, uma vez que para que o vínculo se estabeleça são impostos acordos inconscientes sobre o inconsciente. Os vínculos se organizam tanto de forma positiva, mantendo os “investimentos mútuos, identificações comuns, sobre uma comunhão de ideais e crenças, sobre modalidades toleráveis de realizações de desejos” (Kaës, 2005, p. 132-3), quanto negativamente através de renúncias, sacrifícios, apagamentos, rejeições e recalques e restos. As alianças inconscientes asseguram que ninguém saiba sobre desejos que lhe são próprios ou dos que antecederam, alcançando unicamente a realidade psíquica obtida a partir das alianças contratadas.

Benghozi (2005) afirma que o que dá base à transmissão psíquica consciente e inconsciente são os laços psíquicos de filiação e de afiliação. E o autor coloca que “a construção do laço de aliança conjugal é uma forma de remalhagem recíproca dos continentes familiares das famílias de origem de cada cônjuge” (p. 103). Em seguida, ele liga os problemas de laço com os da transmissão psíquica. Machado (2007) aborda a questão falando da existência da transmissão e da elaboração de traumas transgeracionalmente. O autor assinala que os padrões defensivos também são transmitidos entre gerações, partindo do pressuposto de que os afetos também são herdados.

De acordo com Ruiz Correa (2000), a diferença entre transmissão psíquica transgeracional e intergeracional é que na primeira se transmite o que não foi transformado, nem elaborado e tampouco simbolizado, enquanto a intergeracional se caracteriza por ser um material transmitido e transformado entre gerações mais próximas. Piva (2006) expõe a universalidade da transmissão transgeracional e o fato de ela ser co-formadora da subjetividade.

Ainda sobre a transmissão, é relevante o conceito que Freud (1913/1999) traz sobre o tabu que “são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior” (p. 40). E ainda acrescenta que “traz em si um sentido de algo inabordável,

sendo principalmente expresso em proibições e restrições” (p. 28). É uma instituição social que produz conflito de ambivalência, já que ao mesmo tempo em que, o inconsciente deseja concluir o ato proibido, há o medo de que isso aconteça. Isso porque o tabu, que tem origem misteriosa, é “algo que não pode ser tocado” (p. 34), há uma fobia de contato. Aquele que viola o tabu, também vira tabu, tendo o poder de despertar nos outros os desejos proibidos e a ambivalência, sendo, portanto, contagioso. Outro aspecto importante abordado por Freud é o fato de o impulso inconsciente não surgir, necessariamente, no momento que apareceu, uma vez que pode ser deslocado para outros períodos e para outras pessoas, sobrevivendo desde tempos remotos até épocas em que tais circunstâncias possam parecer estranhas.

A violência também é transmitida entre as gerações, seja como uma tentativa de elaboração do trauma vivenciado, seja na forma de método de resolução de problemas. Ramos e Oliveira (2008), inclusive, chamam a atenção para casos de pessoas que foram vítimas de agressividade quando crianças pelos pais e reproduziram essa forma de interagir socialmente para com seus filhos, na tentativa de educá-los e impor limites. Tal procedimento acarreta em reduzir as vítimas em objetos de maus-tratos e pode produzir ações como violência, abuso de poder disciplinador e coercitivo, vitimização e até negação dos valores humanos fundamentais, tais como a vida, a liberdade e a segurança.

É comum o desejo de se tornar uma família melhor que a de origem, entretanto, não é raro que modelos criticados se repitam. Isto se deve, em parte, porque há transmissão dos métodos de resolução dos problemas, inclusive de padrões interacionais violentos (Ribeiro e Bareicha, 2008).

Penso e Neves (2008) apresentam casos em que pais reproduzem os padrões insatisfatórios de educação e cuidados recebidos de seus próprios genitores, fazendo com que histórias de violência se perpetuem entre as gerações. Nesses casos, deu-se uma paralisação emocional frente às situações abusivas, não sendo possível, em gerações sucessivas, oferecer proteção à criança (Penso, Costa e Almeida, 2005).

Os pais precisarão do legado que foi passado pelas gerações anteriores para construir seus valores, metas e táticas educativas (Wagner, 2007). Terão que fazer uso de seus recursos intrapsíquicos para desejarem e criarem imaginariamente os filhos, além de retornarem às origens para possibilitar e sustentar os la-

ços para com os filhos (Passos, 2007). A filiação implica no “reconhecimento dos lugares de um e do outro, além de representações e investimentos afetivos e recíprocos” (Passos, 2007, p.273). Sabe-se que a parentalidade é um processo ativo, tornar-se pais está para além do fator biológico, já que existe herança intergeracional. Há uma construção a partir do sistema de parentesco que definirá as formas de se relacionar, os direitos e os deveres de cada membro. Existe uma co-construção: tanto o bebê produz e parentaliza os pais, como o contrário também acontece. Assim, o termo parentalidade designa a compreensão dos vínculos de consanguinidade e dos processos psicológicos envolvidos no desenvolvimento que se segue a partir da transmissão intergeracional (Solis-Ponton, 2004). Lebovici observa que:

O processo de parentalização engloba uma criança imaginada. Uma criança imaginária é o fruto da história transgeracional da mãe e do pai, história que constitui o mandato do destino da criança e esse mandato vai se modificar no futuro, felizmente, se os conflitos não forem muito rígidos (Solis-Ponton, 2004, p. 23).

Muito já foi estudado sobre o desenvolvimento humano e a importância dos pais nesse processo, embora a ênfase normalmente esteja na mãe. Em relação à importância dos pais, Bucher (2003) assinala que:

O casal parental ainda funciona como um modelo para os filhos, justificando-se o procedimento de colocá-los, sob sua tutela, por serem uma ascendência cronológica, psicológica, emocional e econômica em relação a eles (p. 170).

Bowlby (1976/2001) sintetizou estudos de sua época sobre a importância da mãe na saúde mental dos filhos e estabeleceu o termo “privação materna” para os casos em que a falta total de cuidados da mãe levou ao estabelecimento de uma série de sintomas característicos nos filhos, como a dificuldade em estabelecer relações íntimas e duradouras, a indiferença afetiva ou até mesmo a delinquência. O posicionamento de Bowlby influenciou uma geração a acreditar que a falta da mãe (ou substituta) poderia ser responsável pela doença mental. Cabe fazer um questionamento de como a mãe que sofre violência do seu marido pode ter dificuldade em estar “presente” na relação com o filho, uma vez que pode se encontrar debilitada emocional e fisicamente.

Winnicott (1985) aborda sobre a importância do pai para o bom desenvolvimento da criança. A primeira razão referida pelo autor é que o pai propicia à mãe uma boa sensação no corpo e no espírito. Quando o relacionamento entre os pais é satisfatório, o filho é capaz de reconhecê-lo como tal e com isso se sente feliz pela vida mais simplificada. A partir da união sexual dos pais, é possível criar uma fantasia que serve de base para projetar a raiva e ajudar na solução das dificuldades nas relações triangulares. O pai apóia moralmente a mãe, sustentando a lei e a ordem. A divisão da autoridade entre os pais ajuda na distribuição dessa responsabilidade, não sobrecarregando a mãe.

As características positivas do pai e seus aspectos distintos de outros homens também são realçados pelo autor como importantes na vida da criança. Ela poderá se beneficiar ao buscar conhecer o pai e usá-lo na sua imaginação. Com as habilidades e os conhecimentos paternos, a criança poderá participar do novo mundo apresentado pelo pai, tanto nas brincadeiras como no dia a dia. O pai estar vivo nos primeiros anos de vida da criança também tem valor, por conta de dar a ela a convivência e a possibilidade de conhecê-lo (Winnicott, 1985). No entanto, quando o pai é violento, o filho pode se sentir ambivalente quanto aos seus sentimentos para com o pai: ora pode idealizá-lo e sentir sentimentos de amor, ora pode odiá-lo e sentir medo de que o pai faça mal à mãe ou à própria prole. Assim, pode tornar difícil também o relacionamento entre pai e filhos, já que pode haver a sensação de que relacionar-se com o pai seja perigoso, ou que seja convivência com a agressão paterna e que esteja traindo a mãe.

Portanto, as vivências de cada cônjuge com seus pais na infância, quando não simbolizadas, obrigam a repetição, deslocando para o parceiro amoroso a tentativa de elaboração. O que torna mais complexo esse processo são os conteúdos não assimilados, que foram transmitidos de uma geração à outra, ou seja, a transmissão psíquica transgeracional (Kaës, Faimberg, Enriquez e Baranes, 2001). Tal transmissão de conteúdos não elaborados por uma geração também provoca a repetição, nas gerações posteriores da família.

5. Estudo de campo

5.1. Sujeitos e procedimentos

Para alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa de campo qualitativa, entrevistando 9 mulheres que sofreram violência física de maridos/ companheiros. As entrevistas foram *on line*, já que há muita dificuldade em abordar a violência, podendo envolver tanto o medo das mulheres de serem reconhecidas, como a vergonha em assumir frente à entrevistadora os maus-tratos. Mesmo com esse cuidado, observou-se muita dificuldade por parte das participantes em expor suas histórias, muitas não compareceram na hora marcada, outras cancelaram, informando que não estavam preparadas para contar sobre o ocorrido, uma enviou por e-mail sua história, mas não aceitou ser entrevistada e outra não conseguiu terminar a entrevista, pois disse que estava muito cansada.

Os sujeitos foram buscados em comunidades virtuais onde mulheres se caracterizam como vítimas de agressão física contra a mulher. Inicialmente, foram deixadas mensagens² nas páginas das comunidades sobre o tema para que vítimas pudessem entrar em contato comigo, caso tivessem interesse em participar da pesquisa. Assim como foram deixadas mensagens nas páginas pessoais de algumas mulheres que haviam afirmado nas comunidades que eram vítimas de violência conjugal.

Após o retorno das participantes, marcou-se com cada uma um horário para entrevistá-las através de mensagens instantâneas (MSN). A pesquisa seguiu as normas éticas, e, foram esclarecidos os objetivos e os cuidados da mesma para as

² Olá,

Sou psicóloga, mestranda em Psicologia Clínica na PUC-Rio e estou fazendo uma pesquisa sobre violência conjugal contra mulheres. Preciso entrevistar algumas mulheres que sofreram violência física de seus companheiros / maridos.

A entrevista será feita *on line* (por MSN) em um horário acordado entre mim e a entrevistada. A pesquisa está de acordo com as normas éticas e preservarei o anonimato e os dados da pessoa na pesquisa, só utilizando o que for importante para compreender melhor o assunto.

Caso você tenha interesse em participar (ou possa indicar alguém), por favor, escreva para psi.helena@gmail.com

Obrigada,
Helena Pinheiro Jucá Vasconcelos
CRP 05/34161

participantes. Para isso, antes da entrevista, foi enviado um e-mail com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual se solicitou que respondessem com a aceitação ou não da participação. Nesse termo foi informado às participantes sobre as questões éticas da pesquisa como o anonimato de suas respostas e a liberdade para cancelar a participação, ou não responder as perguntas, em qualquer momento que quisessem. A pesquisadora se colocou à disposição para ouvir e encaminhar futuramente as entrevistadas que demonstrassem algum tipo de necessidade de atendimento psicológico. Apenas uma delas solicitou tal ajuda e foi encaminhada para SPA de uma universidade.

Foi utilizado o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS) (Nicolaci-da-Costa, 2007, Nicolaci-da-Costa, Romão-Dias e Di Luccio, 2009), já que se objetivou ouvir detalhadamente a pessoa e analisar também os conflitos psicológicos subjacentes ao discurso. Com esse método, pode-se analisar até o que os participantes poderiam não saber conscientemente, possibilitando a escuta de questões transgeracionais. Anteriormente, foram feitas duas entrevistas-piloto que ajudaram na execução do roteiro oculto da entrevista que contemplou tais temas: definição de violência, história da vivência de violência, história geracional e rede social, familiar e comunitária. De acordo com essa metodologia, o roteiro serve para orientar, porém não se deve estar preso a ele. Os temas devem vir no decorrer da conversação. Para iniciar a entrevista pedia-se à mulher que contasse sobre a história da violência em sua vida, e, a partir disso, buscava-se compreender os temas do roteiro oculto.

Em todas as entrevistas houve a preocupação em ter uma livre escuta, para que pudesse captar o que era relevante para a investigação. Assim como houve a preocupação com que as entrevistas fossem as mais informais possíveis, seguindo o uso comum de programas de bate-papo, para que as participantes se sentissem à vontade e respondessem com maior naturalidade. Todas as entrevistas foram gravadas em formato Word para posterior análise.

Após as entrevistas, foi analisada qualitativamente a escrita das participantes, buscando interpretar os dados individuais e os dados do grupo como um todo, comparando conceitos e temas abordados pelos participantes com a respectiva literatura sobre a questão. Foram feitas análises intra e inter-sujeitos como sugere o método MEDS.

O objetivo a partir da utilização desse método foi analisar e discutir os dados levantados, gerando uma reflexão sobre o tema apresentado, visando à posterior elaboração de estratégias para a terapia de família em situação de violência. Os modelos parentais são importantes e esses se relacionam com a saúde ou doença, tanto dos filhos como da sociedade em geral.

5.2. Análise e discussão dos resultados

Nessa pesquisa buscou-se, ao perguntar às mulheres a história da violência em suas vidas, que as próprias pudessem responder de acordo com aquilo que interpretam como tal. Assim, foi possível averiguar os aspectos mais importantes na perspectiva das entrevistadas. Cabe ressaltar que as participantes se dispuseram a responder mais detalhadamente as cenas de violência, em muitos momentos com falas aparentemente catárticas, o que pode ter favorecido uma ênfase à descrição das agressões. As entrevistadas tinham entre 22 e 53 anos. Todas, exceto uma, eram mães. Apenas uma era dona de casa, as demais tinham profissão ou emprego. Todas, exceto uma (USA), moravam no Brasil nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Três mulheres ainda moravam com o agressor, as demais se separaram do cônjuge hostil entre 15 dias e 7 anos antes do momento da entrevista. Segundo as participantes, elas permaneceram de 1 a 20 anos no relacionamento agressivo. A grande maioria delas relatou que seus filhos testemunharam a violência conjugal. Não foi verificada a classe social das entrevistadas.

É importante ressaltar que na medida em que as conferências foram feitas em programas de mensagens instantâneas da internet, os textos das mesmas foram mantidos da maneira que foram enviados pelas participantes, portanto, sem nenhuma correção dos eventuais erros gramaticais. Além disso, para melhor compreensão do leitor em alguns momentos acrescentou-se informações entre colchetes baseadas no contexto da afirmação.

A partir do discurso das entrevistadas, emergiram três categorias de análise: tipos de violência, concepção de violência e repetição da violência.

Tipos de violência sofridos pelas entrevistadas

A apreciação dos relatos das entrevistadas sobre violência demonstrou que coexistem muitos tipos de agressões físicas sofridas por elas, o que corrobora com os achados em estudos mundiais (Krug, 2002). Nessa pesquisa, a maioria das entrevistadas (6) relatou sofrer diversas vezes com as ações de bater (Ferreira, 1999) dos parceiros.

“Até chegar ao ponto de bater em mim de fato, várias vezes”. (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“com menos d 15 dias ele me bateu e me cuspiu na cara.... / pq eu peguei o celular dele. (...) / com 6 meses d gestação em uma discução / ele acabou me empurrando..... / comecei a chorar, mas desculpei ele.....(...) me bateu e me cuspiu e me chamou de palavrão”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“olha no namoro ele começou a me empurrar / as vezes ate me batia e eu escondia / depois do casameno piorou as vses bebe e fica meio / agressivo da ultima vez me bateu muito sem motivos / e minha filha e mãe se desesperaram mas não o denunciei / por medo de prjudicar no serviço (...) sim;ele chegou , do jogo e eu disse que era tarde.ele se incomodou e começou a gritar e como tinha bebido perdeu a cabeça e me bateu muito” (Marina, 25 anos, 1 filho, professora, vive com agressor há 10 anos).

“eu tentava me defender e a camisa dele rasgou. Ele queria que eu engolisse os pedaços de camisa! / Bateu mais para que eu engolisse.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Empurrar (Ferreira, 1999) também foi um tipo de violência que seis participantes da pesquisa relataram ter sofrido. No entanto, foi curioso que uma entrevistada ressaltou que ao sofrer essa modalidade de agressão não houve sofrimento físico, sugerindo que a dor seria psicológica ou moral, como se pode observar no relato da mesma abaixo. Uma participante expôs que também empurrou o parceiro.

“com 6 meses d gestação em uma discução / ele acabou me empurrando..... / (...) [empurrou e você se machucou?] ã / fisicamente ã”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“ai ele me empurrou quase nos cacos de vidros / ai empurrei ele / ai nesse empura e empura foram unhadadas e ai vai / fiquei toda roxa pq ele me empurrou na cama e bati a perna e o bra-

ço” (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

Outro tipo de violência citado por três participantes foi esmurrar (Ferreira, 1999). Essa modalidade de agressão foi descrita com muita ênfase, por meio do uso das palavras “muito”, “sensação desesperadora”, “rosto do lado direito todo inchado” e “na cabeça”. Isso pode sugerir o caráter danoso e insuportável de sofrer esse tipo de agressão.

“ele falou q eu tinha colocado outro dentro d casa qndo ele viajou e me esmurrou muito”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“Dos xingamentos, da sensação desesperadora de apanhar, levar socos, tapas, do medo que eu sentia.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“e ele me deu um soco no olho / coloquei ela no carrinho / fiquei com o rosto do lado direito todo inchado”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

[pesquisadora pergunta: ele agride como?] *“com socos na cabeça”* (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Duas mulheres relataram cenas em que os companheiros as chutaram. Chutar (Ferreira, 1999) é uma forma de violência que por sua especificidade parece deixar evidente a subjugação dessas mulheres em relação aos homens, uma vez que para serem chutadas é necessário, a princípio, estarem no chão.

“teve um dos dias q ele chegou de madrugada / ai fui reclamar / ele começou a me chutar muito”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“asSim que ele soube que eu estava grávida / me empurrou, chutou várias vezes e me trancou no quarto / levou a chave”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

Apesar de o conceito enforçar se referir ao ato de estrangular (Ferreira, 1999), foram utilizadas as expressões “tentar enforçar” e “tentativa superficial de esganadura” por duas agredidas, o que sugere que as mulheres diminuem o ato em si com o verbo “tentar” e o adjetivo “superficial”, talvez por conta do resultado não ter sido a asfixia total, ou seja, morte ou desmaio. Essa amenização parece

também desconsiderar a motivação do agressor, uma vez que se sabe que essa modalidade de agressão pode ser fatal.

“Um dia, ele chegou a tentar me enforçar.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“meu ex, agrediu-me com uma tentativa superficial de esganadura”. (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

Cabeçada (Ferreira, 1999) foi exposta por duas entrevistadas. Entretanto, foram observados dois tipos de uso, ou através da cabeça do agressor ou por meio da manipulação da cabeça da vítima contra superfícies para agredi-la.

“me deu uma cabeçada no meu nariz” (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

“bateu com minha cabeça na parede”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

Algumas entrevistadas descreveram cenas muito impactantes. Uma relatou que foi obrigada a engolir objetos em duas ocasiões, como pedaços de uma camisa e o anel de casamento. Outra foi pisada sobre a bacia quando grávida, levando-a a ter problemas na gravidez. Uma seguinte contou que o namorado a trancou em seu quarto por ela não aceitar abortar o filho, com finalidade de deixá-la sem comida e água. Também foram descritas situações em que se torceu o braço da mulher ou que essa apanhou sem roupa. Assim como várias relataram terem sido sacudidas e levaram tapas.

“de gravidez ele me empurrou e eu cai de barriga no chão e ele pressionou os pés sobre entre minha bacia e bumbum e daí saiu um líquido (que se chama líquido eminiótico que era do saco vitelino do bebê) (...)e daí eu tenho problemas agora pra engravidar”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

“Me xingou de vagabunda, puta e outras coisas lá mesmo, no portão da casa. / Entrou e começou a me agredir. / Me deu tapas no rosto, no ouvido, disse que ia me matar naquele dia. / ele rasgou minha roupa e bateu em mim nua. .” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

O que se pôde observar é a condensação de certos tipos de violência nas vítimas, como, por exemplo, Camila que sofreu com tapas, com a imposição de obrigá-la a engolir aliança ou uma camisa, por seu braço ter sido torcido, sofrido tentativas de enforcamento, apanhado, inclusive despida, além de ter sofrido psicologicamente com xingamentos, humilhações e ameaças de morte. Assim, houve concomitantemente diversos tipos de violência sofridos pela mesma mulher, tanto físicas quanto psicológicas, nos relatos de vida conjugal de vários sujeitos da pesquisa. Essa característica da violência doméstica de se expressar sobre a mesma vítima em uma grande proporção de casos, levou Saffiotti (1994) a acreditar ser importante compreender a sua rotinização.

No discurso das entrevistadas não apareceram relatos de estupros, tampouco de coerção sexual, tal como descrito na literatura (Kaplan, Sadock e Grebb, 1997). Apesar disso, alguns comentários foram tecidos a respeito do homem coagir a mulher a ter relações sexuais com ele, até mesmo por meio do suborno, o que poderia ser caracterizado como jogos sexuais (Ricotta, 1999).

“ele me humilha, ate me oferece dinheiro / para transar comigo. (...) / Eu estava dormindo...na sala, pq a um amo [ano] durmo aki./ eu acordei...e senti que estava molhada. / Ele se marturbou emcima de mim(...) / ele diz que ele não largou de mim. / e que eu tenho dever de transar com ele” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

A análise dos relatos das entrevistadas sobre os tipos de violências sofridos pelas vítimas de agressão conjugal ressaltou todos os tipos de violência psicológica descritos por Hirigoyen (2006): o controle, o isolamento, o ciúme patológico, o assédio, o aviltamento, as humilhações, os atos de intimidação, a indiferença às demandas afetivas e as ameaças.

“Essa brigas são geradas pelo ciume,que ele tem de todo mundo... (...) / Eu não podia ter amigas,ele me seguia pelas ruas...(..) é uma prisão... / onde vc não pode sair, conversar, ter amigos... nem ir a casa de parentes (...) eu passo a noite em claro / pq ele pega a faca... / e fica alisando ela / para me dar medo / e eu não durmo / E ele está muito volento..ameaça me matar se eu fizer. [separar] / Diz que eu não posso deixar de ama-lo.” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“e ele era muito ciumento/ tinha ciumes de tudo” (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

“A gente briga diariamente.. / ele me ofende.. / muito” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“queria muito me separar / mas se sinto totalmente dependente / e medo de ter mais um filho longe”. (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“dizia que ia me esfaquear "tingir a casa de sangue" ele dizia.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“me bateu e me cuspiu e me chamou de palavrão”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Foram observados mais dois tipos de violência psicológica que não foram citados por Hirigoyen (2006): a rejeição do filho e a negligência com o filho.

“olhou para meu filho e disse para ele um menino de 12 anos vc não é meu filho” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“ele dizia voce acha que flho me segura filho nao me segura não e dizia que eu nao valia nada que ele nao queria filho me chamou de desgraçada e me humilhava não comprou nada pro nosso filho tudo quem deu foi minha mae ainda bem que ela era professora e me ajudava comigo eo bebe”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

De todas as violências psicológicas apresentadas, os xingamentos e a humilhação foram os que mais apareceram. Um elemento relevante presente nas palavras das entrevistadas é que todas disseram ter sofrido por conta dos xingamentos do parceiro. A vivência das mulheres parece ser de desmerecimento e de sentimentos de baixa autoestima. Os xingamentos em sua maioria se referem à moral da mulher.

“Ele me xingava de nomes horríveis e eu me sentia muito ofendida.chorava muito”. (Marina, 25 anos, 1 filho, professora, vive com agressor há 10 anos).

“A gente briga diariamente.. / ele me ofende.. / muito” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“Me xingava de coisas horríveis, ofensivas.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“me bateu e me cospiu e me chamou de palavrão” . (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

A humilhação foi outra violência psicológica apontada por mais da metade das entrevistadas, sendo que a carga afetiva nesses relatos foi muito intensa. Dentre os comportamentos dessa categoria, foram referidas desde condutas na frente de familiares e vizinhos, até ações no ambiente doméstico sem testemunhas.

“Pois bem, lá meio da praça mesmo, ele me puxou pelos cabelos...” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“em [me] humilhava / me depreciava em relação aos colegas / do tipo, o colega fez porque era comigo, como ele poderia ter outra atitude se eu tinha essas características: bobinha... radical... sem visão... sem estratégia....” (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

“olhou para meu filho e disse para ele um menino de 12 anos vc não é meu filho/ fala na frente deles que eu tenho amantes. (...)ele me humilha, ate me oferece dinheiro / para transar comigo”. (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“me bateu e me cospiu e me chamou de palavrão” . (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

A grande maioria das mulheres relatou sentir vergonha por conta da violência, o que também foi colocado por Hirigoyen (2006); Corsi (2006); Miranda, de Paula e Bordin (2010) e Ricotta (1999) como sentimentos decorrentes da vitimização. As entrevistadas relataram sofrer principalmente em relação ao que os outros poderiam pensar, produzindo tentativas de deixar as situações em segredo. No entanto, o encobrimento da vítima de acordo com Corsi (2006) e Ricotta (1999) dificulta a procura de ajuda e a torna cúmplice do agressor (Ricotta, 1999).

“ai a segunda agressão foi quando a gente estava voltando de um show eu e ele tinha bebido e começou novamente me xingar / ai pronto / mais uma vez escondi de todo mundo / fiquei 1 semana sem sair de casa de vergonha (...) / eu tinha vergonha de falar para minhas amigas e pais / do que as pessoas iria pen-

sar e falar” (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

“proibi minha família e amigos de virem aqui em casa / até o edema sair / sempre com desculpas / precisava esconder isso da minha família / meus amigos eram contra / eu estar com ele / eu me afastei de todos / e fiquei com ele / fingindo ser feliz”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

“antes escutava tudo e ficava calada, chorava muito e nunca reclamei da minha vida para ninguém, tanto q qdo souberam ficaram chocados ,por achar q eu vivia num ceu..” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“ então apanho / e fico quieta / depois vou tomar banho / e choro no chuveiro / [nao há barulho?] // sim ms fico calada/ para os vizinhos não escutarem / ele já grita bastante / e eu odeio gritos / quando alguém grita comigo eu travo / fico parada / [pq os vizinhos nao podem escutar?] / das agressões / tenho vergonha / que saibam” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Uma das entrevistadas disse que essa situação trouxe a impossibilidade de denunciar o parceiro por não haver testemunhas.

“[e como vc ficava nessas situações?] Uai! Desesperada! Mas ficava tentando manter a calma e pedia a ele que parasse em voz baixa. Morria de pavor em pensar que os vizinhos podiam ouvir. (...) / Os policiais querem que eu tenha marcas visíveis de ofensas e que eu apresente testemunhas. Nem adianta argumentar que morávamos só nós dois. / Acho que a errada sou eu, que não gritei por vergonha...” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Confirmando o que foi observado por Hirigoyen (2006), a maioria das humilhações que foram descritas estavam atreladas à sexualidade, produzindo sentimentos de vergonha. Esse sentimento pôde ser inferido em alguns momentos pela dificuldade das mulheres em descrever os xingamentos. Em diversas ocasiões foi necessário que a pesquisadora perguntasse explicitamente para que pudessem comentar. Além disso, em algumas situações houve pedidos de desculpas à entrevistadora por narrarem essas situações.

“Ah piranha;vagabunda...enfim...” (Marina, 25 anos, 1 filho, professora, vive com agressor há 10 anos).

“muitos gritos, muitos gritos mesmo, muitas ofensas, muitos palavrões, "piranha", filha-da-... interesseira.... o o que de pior vc puder imaginar....”. (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

“desculpe te contar essas coisas todas / é que / era para voce ter um entendimento melho / melhor / não gosto de falar nessas coisas / me machucam bastante” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Em algumas entrevistas foram descritos comportamentos e comunicações verbais e não-verbais que parecem condizer com o aviltamento (Hirigoyen, 2006), já que denegriam a pessoa diminuindo sua autoestima. Como consequência os sujeitos expuseram perda de confiança em si mesmos e, de alguma forma, passaram a dar crédito à depreciação.

“aos poucos foi / me agredindo com palavras / dizendo q eu ã servia pra nada q eu era uma lesada / um atraso / eu ã tinha contato com minha da minha familia , apenas por telefone e as vezes / e aquilo tudo me deixava muito triste magoada mas msm assim ã tinha coragem suficiente pra voltar pra minha mae / mas um dia ele madou eu ir embora... eu fiquei pedindo pra ficar ,, , msm sofrendo ã conseguia me imagnar sem aquela pessoa” . (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“para me mostrar o quanto ridícula eu era / o quanto era depreciável a minha história, presente e passada. (...) eu era submissa, muito submissa / e sem nenhum amor próprio / apesar de saber que ele não poderia me agredir / eu permitia o exercício de força e em [me] culpava”. (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

“Me criticava até na maneira em que eu me penteava!” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“abalou muito minha auto estima/ achei q cheguei ao fundo do poço”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

Algumas entrevistadas mencionaram que se sentiram controladas por seus cônjuges, o que, segundo Ricotta (1999), é um tipo de dominação e violência. Del Priore (2006) afirmou que essa forma de possessão tem relação com os aspectos culturais de imposição da dicotomia sexual. Foi relatado que os parceiros controlavam o dinheiro que recebiam, desejavam ditar a vida sexual delas, assim como, sentiam vontade de condicionar os pensamentos e as ações da mulher de acordo

com seus interesses e expectativas. Kaplan, Sadock, e Grebb (1997) explicam que esses comportamentos são possíveis uma vez que o homem acredita que a mulher lhe pertence. Uma participante expôs que tinha medo de ser controlada por outro companheiro caso ficasse envolvida emocionalmente.

“ele diz que ele não largou de mim./ e que eu tenho dever de transar com ele”. (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“mas o dinheiro que sobra vai todo para mao dele, pois é ele que paga as contas (...) / concordo comm tudo que ele fala não descordo em nada”. (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“eu era submissa, muito submissa / e sem nenhum amor próprio / apesar de saber que ele não poderia me agredir / eu permitia o exercício de força e em [me] culpava”. (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

“[o q ele faz q faz vc sentir esse medo?] eu penso que um homem pode chegar e me conquistar fazer com que eu o ame e depois me iludi me credi tanto verbal como visicamente”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

Algumas participantes descreveram situações de intimidação produzindo consequências sérias a elas, inclusive paralisação por conta do medo e embotamento da capacidade de pensar, o que também foi assinalado por alguns autores em seus estudos (Araújo, 2005 e Hirigoyen, 2006).

“quebrou meu pc,tacou meu celular no chão,(...) / O medo, me deixa fraca...eu gro fazer,sei o fazer mas não faço...fico sempre achando que ele vai mudar e me deixar sair daqui numa boa. / As vezes.. / Eu passo a noite em claro/ pq ele pega faca.../ e fica alisando ela./ para me por medo /eu não durmo.. /(...)mesmo eu não tendo medo por fora , no fundo sempre da um medo sim, pq a todo momento tem mulher morrendo e ele qdo ve um caso desse , vem me falar e usa como referencia..”Morreu mais uma, ela tb não acreditava que ia morrer...vc não acredita e vc vai acabar assim / Eu sei que sou fraca,devia mudar isso.” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“força naa voz, no olhar / no corpo”. (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

A indiferença às demandas afetivas (Hirigoyen, 2006) pôde ser observada em situações em que as mulheres se sentiam desprezadas e negligenciadas, inclusive levando uma delas ao esgotamento físico e, outra a se sentir culpada por conta do parceiro simular estar doente.

“muitas vezes passei mal por exgotamento físico, msm assim ele ã se abalava”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“Cheguei no hospital / ele estava paralizado e não me reconhecia./ o medico me chamou./ e me perguntou se a gente brigava./ eu contei minha vida./ Ele disse q meu marido , estava daquele jeito por minha causa./ Disse q tinha dissociado / que poderia nem voltar mais. / ai foi encaminhado pra um centro p doente mental. / ai vem muita coisa na cabeça,se algo acontecer ,a culpa seria minha../ Mas passando na psicologa, ela me disse q era fingimento dele./ q ele me reconhecia..ele fingia tudo..”. (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

Uma entrevistada citou ter sido alvo do que Ricotta (1999) chamou de jogos mentais, uma vez que através do manejo das perguntas ela se sentia obrigada a respondê-lo, ou mesmo, a duvidar de si mesma.

“ele mexeu muito com meu psicologico sabe Helena/ ele me testava/ perguntava sobre meu passado/ com meus ex namorados/ como era minha vida sexual com eles / para eu falar os detalhes / nunca me sentia a vontade de falar / onde já se viu isso/ eu tina raiva / pq ele me perguntava/ ai te tanto ele me encher o saco eu falava qualquer coisa/ ai passava um tempo / ele me fazia mesma pergunta/ se eu respondesse ah não sei / ai era motivo / para falar que eu era mentirosa / que eu vivia num mundo de mentiras / que todos meus namorados só ficaram comigo para me comer / nada mais/ [e como ele mexeu no seu psicológico?] me deixou desilquilibrada / demais / comecei a ficar como ele ciumenta, sabe mais doente / ao ponto de perder meu emprego / pq eu ficava o dia inteiro vendo o que ele estava fazendo / louca / chorava todo o santo dia / de tanto ele falar que eu vivia no mundo de mentiras / comecei a achar que eu era mentirosa mesmo”. (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

Algumas entrevistadas relataram, consoante com as observações de Hirigoyen (2006), que seus companheiros a ameaçaram de morte, as levando a sentir medo, inclusive de sair da relação.

“Pq por eu gostar dele..eu aceitava os xingos, e ficava calada./ eu não podia fazer nada, e ele sempre foi livre./ E agora como eu deixei de amar ele, qro e vou me separar. / E ele está muito volento..ameaça me matar se eu fizer/ (...) mesmo eu não tendo medo por fora , no fundo sempre da um medo sim, pq a todo momento tem mulher morrendo e ele qdo ve um caso desse , vem me falar e usa como referencia..”Morreu mais uma, ela tb não acreditava que ia morrer...vc não acredita e vc vai acabar assim / Eu sei que sou fraca,devia mudar isso.”. (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“Me deu tapas no rosto, no ouvido, disse que ia me matar naquele dia. / Quando fico sozinha, fico me lembrando das coisas que aconteceram, das coisas que ele me dizia./ Chorei muito no começo. Mas, agora, quase nnão choro mais./ Dos xingamentos, da sensação desesperadora de apanhar, levar socos, tapas, do medo que eu sentia. (...)/ Eu morava perto da escola em que trabalho./ Agora, por medo, me mudei para mais longe” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Outro tipo de assédio encontrado foi o que Hirigoyen (2006) chamou de intrusão, o parceiro se recusou a aceitar o término da relação, parecendo acreditar que sua esposa pertenceria a ele. Foi relatada por uma mulher a necessidade de mudar de residência, o que Hirigoyen (2006) pontuou ser habitual nessas circunstâncias.

“Eu pedia a ele que saísse, que fosse embora (a casa era minha). / Mas ele nem aí!/ Eu não podia pedir a ajuda de ninguém para tirá-lo de lá. (...) / Me mudei. Não quero que ele saiba onde estou. (...) Fiquei uns dias na casa da minha filha, aluguei um apartamento para mim e me mudei.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Segundo os relatos das entrevistadas as ações foram repetitivas, longas e havia a sensação de desigualdade o que, para Hirigoyen (2006), são características necessárias para que seja caracterizada a violência psicológica. A violência descrita pareceu ser uma tentativa de manter o poder e a dominação do agressor sobre a mulher. Conforme também foi descrito pela autora houve a negação da violência por parte dos homens que a cometeram, culpando as mulheres por seus atos. Del Priore (2006) assinalou, como discurso do amor idealizado na história brasileira, que o erro sempre seria da mulher, o que foi similar ao encontrado na escrita das entrevistadas, atribuindo a responsabilidade da violência à esposa. Em um dos depoimentos foi mencionado que o homem seria querido por todos, já que não demonstraria socialmente sua agressividade, parecendo conseguir manter relacio-

namentos sociais adequados. Essa posição parece demonstrar a dificuldade de integrar as características negativas como fazendo parte do homem, ou seja, utilizam-se os mecanismos de defesa cisão (Segal, 1975) e negação (Anna Freud, 1978). Conforme Saffioti (1994) assinalou, a diferença do homem no meio social parece dificultar a denúncia de casos de violência conjugal. Além disso, foi observada em um depoimento de uma entrevistada a atribuição da culpa a si mesma.

“e eu novamente pondo a culapa [culpa] em mim”. (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

“ele fala que fez aquilo / pq eu que causei / eu que deixei ele nervoso / que ele não é agressivo com ninguém / só comigo / ele no nosso meio social é muito querido por todos”. (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Outro aspecto que ressalta a submissão da esposa é o medo das dificuldades econômicas (Hirigoyen, 2006). Apareceu no discurso das entrevistadas a crença de que como o parceiro arca com as despesas domésticas, ele não deixaria faltar nada a ela e aos filhos. Esse aspecto, de acordo com Hirigoyen (2006), influencia na dificuldade de se terminar a relação, no entanto, a autora enfatiza que o verdadeiro obstáculo à partida das vítimas é a dependência psicológica. O que pode confirmar essa afirmação é que, em dois casos, foi observado que as mulheres sustentavam seus parceiros e, da mesma forma, tiveram dificuldades em sair da relação, talvez pela dependência emocional.

“e ele prometeu que pararia / de fazer isso / ele não deixa faltar nada em casa / e nem p mim / se pedir algo sempre dá / mas se eu discordar de algo / ele parte para agressão física e verbal / queria muito me separar / mas se sinto totalmente dependente / e medo de ter mais um filho longe” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“Na verdade, eu o sustentei neste tempo todo. / Fiz dívidas, me afundei financeiramente e, ainda por cima, apanhei! / Fui burra, né?”. (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“e aquilo tudo me deixava muito triste magoada mas msm assim ã tinha coragem suficiente pra voltar pra minha mãe / mas um dia ele madou eu ir embora... eu fiquei pedindo pra ficar ,, , msm sofrendo ã conseguia me imaginar sem aquela pessoa” (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Os resultados colhidos nessa pesquisa parecem ilustrar a afirmação de Safioti (1999) de que as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Para a autora, a emocional e a moral sempre continuam presentes em qualquer forma de agressão. O discernimento do que será caracterizado como agressivo dependerá da interpretação individual do *continuum* que vai desde a violência até as normas destinadas socialmente a cada gênero. De acordo com o relatório mundial de violência e saúde (Krug, 2002), o exemplo abaixo descreve a forma mais grave de abuso, ou seja, possuindo escala cada vez maior de diversas formas de abuso, terror e ameaças, além da presença de comportamentos possessivos e controladores do abusador.

“puxou pelos cabelos. (...) bater, xingava de coisas horríveis, ofensivas. E não poupava nem meus filhos e netos. / (...) Tapas na cara, torcia meus braços e dedos / Queria me obrigar a engolir coisas e dizia que ia me esfaquear "tingir a casa de sangue" ele dizia. / tentar me enforcar / eu tentava me defender e a camisa dele rasgou. Ele queria que eu engolisse os pedaços de camisa! / Bateu mais para que eu engolisse. / Na última briga, ele queria me obrigar a engolir a aliança... / Me xingou de vagabunda, puta e outras coisas lá mesmo, no portão da casa. / Entrou e começou a me agredir. / Me deu tapas no rosto, no ouvido, disse que ia me matar naquele dia. / ele rasgou minha roupa e bateu em mim nua”. (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Foram descritas, como foi assinalado anteriormente, ameaças de morte, no entanto, nenhuma distinguiu uma tentativa de assassinato contra elas. Também foram assinaladas ideações suicidas, entretanto, rechaçadas por elas mesmas ao se pensar nos filhos. Esses dados parecem direcionar ao que Heise, Pitanguy e Germain (1994) apontaram como possíveis consequências letais da agressão.

“dizia que ia me esfaquear "tingir a casa de sangue" ele dizia.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“eu estava em depressão em 2002 / queria morrer / não tinha vontade de viver por que eu pensava que casando ia ser feliz meu sonho sempre foi casar e ter um casal de filhos e meu marido me amar muito”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

“mas eu estava muito debilitada mentalmente / me achava a pessoa mas triste do mundo / tinha vontade d morrer de matar ele d sumir” (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“tinha vontade de me matar” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Outro dado relevante, presente nas entrevistas, foram as consequências da violência conjugal na saúde das vítimas. Observavam-se muitos danos à vida da mulher vitimizada, como as DSTs, lesões corporais, problemas na gravidez, assim como depressão, ansiedade e problemas múltiplos da personalidade. Esses dados também foram assinalados por Heise, Pitanguy e Germain (1994) como decorrências não letais encontradas nas vítimas de violência doméstica. Foram mencionadas também dificuldades em relacionar-se com outras pessoas e confiar nelas.

“olha sinto muito sono; vontade de sair e não voltar mais; / [sair ?] sim sumir pra onde ninguém me encontre” (Marina, 25 anos, 1 filho, professora, vive com agressor há 10 anos).

“passei uma gravidez terrível/ emagreci 19 kg/ em tratamento psiquiátrico”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

“Minha irmã acha que devo procurar um psiquiatra. Fazer tratamento... / Na verdade, eu acho também. Quando fico sozinha, fico me lembrando das coisas que aconteceram, das coisas que ele me dizia. / Chorei muito no começo. Mas, agora, quase não choro mais.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“[e como ele mexeu no seu psicológico?] me deixou desilibrada / demais / comecei a ficar como ele ciumenta, sabe mais doente / ao ponto de perder meu emprego / pq eu ficava o dia inteiro vendo o que ele estava fazendo / louca / chorava todo o santo dia / de tanto ele falar que eu vivia no mundo de mentiras / comecei a achar que eu era mentirosa mesmo (...)chorava muito / pensava coisas ruim / tinha vontade de matar ele / e me deu toc tbm / tomava 6 banhos por dia”. (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

“eu estava em depressão em 2002 / queria morrer / nao tinha vontade de viver por que eu pensava que casando ia ser feliz meu sonho sempre foi casar e ter um casal de filhos e meu marido me amar muito / (...)eu sou insegura achu que ninguém me ama ninguém me quer e que sempre vou ficar sozinha e sem ninguém tenho medo de ser so / ai meu Deus viu / isso ta complicando / nao a trauma pior do que ser agredida entende/ eu tenho medo de meu marido se torna assim sinceramente tenho

medo/ eu não suportaria isso”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

“[quais são as dificuldades q vc tem por conta dessa situação?] de me relacionar com as pessoas / tenho medo, desconfiança / não acredito em amizade” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Foram ressaltadas, por um pequeno número de entrevistadas, agressões na gestação ou pós parto, o que pode confirmar os índices apresentados por Kaplan, Sadock, e Grebb (1997) de que nos EUA cerca de 15 a 25% de gestantes sofrem maus-tratos. Esse resultado, apesar da amostra pequena dessa pesquisa, pode indicar um alto risco de agressões físicas e psicológicas entre gestantes e seus companheiros hostis.

“a primeira vez que sofri uma violência doméstica foi do pai da minha filha / assim que ele soube que eu estava grávida / eu já havia contado / e ele me convenceu por algumas horas a abortar / quando cheguei em casa / do trabalho / disse q havia mudado de idéia / ele me empurrou / chutou / me sacudiu / bateu com minha cabeça na parede”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

“depois daquele episódio, aconteceu durante a gravidez da Alice, em 1989, umas 3 vezes [pesquisadora pergunta: aconteceu o q?] / após na amamentação / empurrões com força e muitos gritos, muitos gritos mesmo, muitas ofensas, muitos palavrões, "piranha", filha-da-... interesseira.... o o que de pior vc puder imaginar....”. (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

Foi relatada agressão ao ventre da grávida, levando a mulher à infertilidade. Esse dado parece corroborar a afirmação de Hirigoyen (2006) de que esse ato indica o desejo de atacar a capacidade reprodutiva da mulher.

“de gravidez ele me empurrou e eu cai de barriga no chão e ele prescionou os pés sobre entre minha bacia e bumbum e daí saiu um líquido (que se chama líquido eminiótico que era do saco vitelino do bebê) (...)e daí eu tenho problemas agora pra engravidar”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

Pela análise do discurso das entrevistadas pôde-se observar que espontaneamente relataram sofrer inúmeros maus-tratos, tanto físicos quanto psicológicos. É importante salientar que não lhes foi perguntado explicitamente todos os tipos

de agressões passadas. Portanto, sabe-se que há grande possibilidade do número ser bem maior que o coletado.

Verifica-se que Marina, Rafaela e Sara, esposas dos agressores, relataram poucas agressões físicas em comparação à maioria. Enquanto Rafaela apresentou sofrer muito com violência psicológica, a mesma não relatou espontaneamente as agressões físicas sofridas. Talvez esse dado esteja relacionado a mecanismos de defesa, como de negação.

Concepção de violência

Nesse estudo buscou-se verificar quais atos e situações foram caracterizadas como violência e qual o peso que as entrevistadas deram a cada comportamento. Apesar de a agressão se referir ao ato que busca prejudicar ou ferir uma pessoa intencionalmente (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997) e embora isto seja mais ressaltado tanto nas leis quanto no cotidiano, o que se pôde observar nos relatos de todas as mulheres é que o aspecto psicológico foi assinalado como o mais danoso. Esse dado parece estar de acordo com a importância atribuída por Hirigoyen (2006) ao estudo do aspecto psicológico da violência no casal. No entanto, duas delas iniciaram a definição negando a exclusividade do aspecto físico da violência, o que parece depreciar a periculosidade dos ataques, além de parecer contrariar de alguma forma a afirmação (Hirigoyen, 2006) de que, sem a frequência das agressões físicas, não há o sentimento de vitimização por parte das mulheres. Isso porque, a interpretação das mulheres é que o insuportável estaria no poder das ofensas em deteriorá-las. Esse posicionamento delas pode ser mais uma explicação para a negligência das mesmas em buscar tratamento médico, além das causas que Miranda, de Paula e Bordin (2010) citaram.

“A violência para mim não é só atacar fisicamente alguém/ violência é tudo aquilo que deixa danos irreparáveis pelo resto da vida. Eu já sofri tanto com ofensas....que eu preferiria ter apalhado.... Isso dói...” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“são palavras que a pessoa fala justamente para te ofender, sabe que vai te magoar / te falo / quando ele chega me bater / já estou tão magoada com palavras / com ofensas que a dor física é pouca, me sinto uma "merda" / um lixo, não consigo me olhar no espelho / isso sempre acontece depois dessas agressões / não consigo me olhar / me sinto culpada por não tomar

uma atitude / Helena, isso não é vida". (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

"ñ é apenas pancadas ñ.....é tudo q tira sua identidade... / o q acaba com sua alto estima". (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Foram utilizadas algumas palavras e expressões carregadas de afeto para expressar o significado de violência como, por exemplo, horror, covardia, algo terrível, o que tira a identidade, acaba com a autoestima, causa danos irreparáveis, o "nó que não sai da garganta", doença e covardia. As afirmações das participantes estão consoantes com Corsi (2006), Hirigoyen (2006) e Michaud (1989), que afirmam que a violência, inclusive a psicológica, produz sérios danos às vítimas.

"difícil definir, né? / violência é uma coisa terrível! e esse nó que não sai da minha garganta. / é a humilhação, a vergonha que sinto. / é principalmente humilhante!" (camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

"toda forma de horror que pode ser imposta a alguém, incluindo-se o horror verbal, gestual, físico, social, moral... toda subtração de dignidade e direito humano. ; digo, humanos". (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

"violencia e a forma mais covarde de um ser humano se relacionar com outro/ violencia e ... / deu branco/ mas a melhor definição e uma covardia ;uma doença/ quase incurável/ somente deus pode mudar um ser violento" (Marina, 25 anos, 1 filho, professora, vive com agressor há 10 anos).

"ah violência para mim é quando vc não respeita o próximo / que existe tantas tipos de violência / é bem complexo / violência física, verbal, psicologica, financeira/ e sexual tbm/ tem vários tipos de violências" (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

"violencia uma pessoa desrespeitar o direito um do outro ninguém tem o direito de acreditar nem ofender ninguém" (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

"ñ é apenas pancadas ñ.....é tudo q tira sua identidade.../ o q acaba com sua alto estima" (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

"qualquer ato que ultrapasse o limite de dignidade de uma pessoa / que humilhe / machuque". (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

“a violência para mim não é só atacar fisicamente alguém, violência é tudo aquilo que deixa danos irreparáveis pelo resto da vida. eu já sofri tanto com ofensas... que eu preferiria ter apalhado.../ isso dói...” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“são palavras que a pessoa fala justamente para te ofender, sabe que vai te magoar / te falo/ quando ele chega me bater / já estou tão magoada com palavras/ com ofensas / que a dor física é pouca / me sinto uma "merda" / um lixo / não consigo me olhar no espelho / isso sempre acontece / depois dessas agressões / não consigo me olhar / me sinto culpada / por não tomar uma atitude / helena, isso não é vida” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

As mulheres expuseram sentimentos depreciativos e negativos que, segundo elas, são decorrentes da violência.

“me sinto [sinto] uma "merda" / um lixo / não consigo me olhar no espelho / isso sempre acontece / depois dessas agressões / não consigo me olhar / me sinto culpada / por não tomar uma atitude / Helena, isso não é vida” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“eu me sentia frustrada” (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

A humilhação foi comentada por duas mulheres como pertencente à definição de violência, o que para autores como Corsi (2006); Hirigoyen (2006); Miranda, de Paula e Bordin (2010) e Ricotta (1999) é um sentimento muito frequente em vítimas de violência conjugal.

“Difícil definir, né? / Violência é uma coisa terrível! E esse nó que não sai da minha garganta. / É a humilhação, a vergonha que sinto. / É principalmente HUMILHANTE!” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Duas mulheres declararam que o desrespeito, sendo ao outro ou ao direito desse, faz parte da dinâmica agressiva, esse também é o posicionamento de Hirigoyen (2006). No entanto, não relataram o papel da própria pessoa em se respeitar e se defender, o que pode indicar, de alguma forma, que há aceitação dos valores atribuídos pelo agressor, tanto que disseram produzir feridas. Ricotta (1999) indicou que esse posicionamento pode fomentar o círculo vicioso da violência, uma

vez que dá ao carrasco a posição de senhor do destino da mulher. Além disso, o desrespeito por parte do agressor pode indicar a característica que Ricotta (1999) apontou que os agressores possuem: a falta de empatia.

“ah violência para mim é quando vc não respeita o próximo ”.
(Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

“violencia uma pessoa desrespeitar o direito um do outro ninguém tem o direito de acreditar [agredir] nem ofender ninguém”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

Dentre alguns aspectos abordados pelas mulheres entrevistadas, destaco o roteiro dos comportamentos agressivos, consoante com o que foi descrito por Hirigoyen (2006). Inicialmente, os companheiros apresentaram ciúmes patológico, buscaram controlar as parceiras ou isolá-las de suas famílias e amigos, além de humilhá-las, para depois usar a agressão física. Houve o relato de que nesse início as esposas toleravam esses comportamentos por acreditarem que haveria mudança quando eles percebessem que as ações das mesmas estavam em conformidade com o que era esperado por eles. Talvez isso tenha relação com algumas hipóteses de Hirigoyen (2006), de que sempre há a esperança que o parceiro mude e que o ataque verbal aparece inicialmente como microviolências que são sutis e difíceis de serem detectadas. Segundo Hirigoyen (2006) e Saffioti (1994), não denunciar o agressor propicia maior intensidade e frequência da violência conjugal. Todavia, Hirigoyen (2006) assinalou que apesar de ser comum a diminuição das agressões após a denúncia de maus-tratos, permanece a violência por meio de ataques verbais ou psicológicos.

“Depois de algum tempo juntos, ele começou a ficar agressivo. / Me criticava até na maneira em que eu me penteava! / Um dia, meus filhos estavam em minha casa e ele se irritou nem sei com o quê. Foi sentar no banco da praça em frente à nossa casa e eu fui ver o que estava acontecendo. / Pois bem, lá meio da praça mesmo, ele me puxou pelos cabelos... / Depois disso, em vários episódios, foi ficando cada vez mais agressivo. / Até chegar ao ponto de bater em mim de fato, várias vezes”. (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Nos dados colhidos, observou-se ser frequente o aumento da gravidade dos comportamentos agressivos, acrescentando violências físicas às psicológicas. Essa

situação foi exposta também por Hirigoyen (2006), que descreveu a presença da interligação entre os diversos tipos de violência. Notou-se que, no início do relacionamento, os comportamentos agressivos dos homens foram considerados como “nervosismo”, “críticas” ou “ciúmes”, e que só depois do agravamento foram vistos como violência.

“Essa brigas são geradas pelo ciume, que ele tem de todo mundo...ele quebras as coisas dentro de casa, quebra prato...e me ofende...me ameaça ... / tudo na frente dos filhos.” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“começou a ã deixar eu andar na minha mãe / pq tinhamos muito pedidos e a obrigação d entregar / por muitas vezes passei mal por exgotamento fisico, msm assim ele ã se abalava / com 6 meses d gestação em uma discução / ele acabou me empurrando..... / comecei a chorar , mas desculpei ele..... / depois disso comecei a ve q ã conhecia aquela pessoa” (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“Depois de algum tempo juntos, ele começou a ficar agressivo. / Me criticava até na maneira em que eu me penteava! / Um dia, meus filhos estavam em minha casa e ele se irritou nem sei com o quê. Foi sentar no banco da praça em frente à nossa casa e eu fui ver o que estava acontecendo. / Pois bem, lá meio da praça mesmo, ele me puxou pelos cabelos... / Depois disso, em vários episódios, foi ficando cada vez mais agressivo. / Até chegar ao ponto de bater em mim de fato, várias vezes”. (Camilla, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

A violência foi apresentada como trágica e traumatizante. Além disso, parece que o sentimento das agredidas é de submissão, dependência e de estar sob o controle e o poder do parceiro, tal como abordado por Hirigoyen (2006) e como se pode observar abaixo:

“queria muito me separar / mas se sinto totalmente dependente / e medo de ter mais um filho longe”. (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“aos poucos foi / me agredindo com palavras / dizendo q eu ã servia pra nada q eu era uma lesada / um atraso / eu ã tinha contato com minha da minha familia , apenas por telefone e as vezes / e aquilo tudo me deixava muito triste magoada mas msm assim ã tinha coragem suficiente pra voltar pra minha mãe / mas um dia ele madou eu ir embora... eu fiquei pedindo pra ficar ,, , msm sofrendo ã conseguia me imaginar sem aquela pessoa / mas fui pra casa da minha mae passei apenas 2 dias ele foi me procurar e voltei” (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“nao a trauma pior do que ser agredida entende/ eu tenho medo de meu marido se torna assim sinceramente tenho medo/ eu não suportaria isso [o q ele faz q faz vc sentir esse medo?] eu penso que um homem pode chegar e me conquistar fazer com que eu o ame e depois me iludi me acredite tanto verbal como visicamente”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

“desde aquele dia/ lutava contra mim/ para mandar ele ir embora [o que vc acha q mudou em vc] positivamente / foi a coragem de tirar ele da minha vida como homem / e sobreviver em paz / mas negativamente / abalou muito minha auto estima/ achei q cheguei ao fundo do poço/ e que talvez não tivesse capacidade de sr feliz / tipo: eu mereço isso”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

Uma das entrevistadas interpreta a violência como “nervosismo” do marido. Ela acredita que tem obtido bons resultados, apesar de ele eventualmente lhe agredir ferozmente.

“hj eu encaro melhor as coisas / e faço de tudo para que ele não fique nervoso/ adoro quando ele tem que vaiajar a trabalho / pq fico só com meu filho” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Repetição da violência

Todas as entrevistadas, exceto uma, relataram nítida repetição da violência, entre a família de origem, a constituída e até mesmo entre a família extensa, como tias, sobrinha e irmãos. Em algumas, a repetição se apresentou em três gerações, o que poderia ser chamado de transmissão psíquica transgeracional (Kaës, Faimberg, Enriquez e Baranes, 2001). Nos exemplos abaixo, pode-se observar, de acordo com a informação colhida das entrevistadas, um histórico de sucessivas violências, entre vários personagens da história familiar. Na primeira vinheta, a avó batia na mãe, que depois espancou a filha e que por sequência se envolveu com um homem que a agredia. No segundo caso, o enredamento intersubjetivo parece ser mais extenso. O pai, proveniente de uma família violenta, apresentou comportamentos muito agressivos e ciumentos para com os filhos e a mãe. A prole desse casal também reproduziu tal dinâmica, seja na posição de algoz, seja na de vítima. Uma sobrinha foi referida como também vítima de hostilidade do cônjuge. De alguma forma parece que a família tem sua identidade formada através do sintoma, a violência.

“ [sobre o companheiro] Depois de algum tempo juntos, ele começou a ficar agressivo. / Pois bem, lá meio da praça mesmo, ele me puxou pelos cabelos... / Depois disso, em vários episódios, foi ficando cada vez mais agressivo. / Até chegar ao ponto de bater em mim de fato, várias vezes (...) Minha mãe batia muito. Nos deixava com hematomas. [e o que sabe sobre a vida da sua mãe?] Ela conta que apanhava muito. (...) [sua mãe] Dizia que ela [avó] batia nos filhos e no marido” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“Bom..eu moro com meu companheiro..a 20 anos tenho 3 filhos. / Ele sempre foi muito ciumento... / Eu não podia ter amigas,ele me seguia pelas ruas (...)Meu pai era um pai bravo / muito bravo/ ciumento com as filhas.. / não deixava sair / namorar (...)minha mãe tb sofreu muito com ele. / anos e anos / ele bebia muito / era agressivo / ela tb ficava calada / (...) minha irmã.....passou quase o mesmo q eu / mas se acertou com o marido...e hoje vive bem / minha sobrinha...sofreu com o marido..eela apanhou..mas tb se livrou dele. / pq ele aprontou e foi preso no paraná. / dois irmãos meus tb...passaram o mesmo no casamento / o mesmo / muitas brigas...e violencia... / meu irmão...mais velho brigava muito com mina cunhada.. / ate q se separam.../ minha irmã....brigava muito...com meu cunhado ate pegou faca para atacar ele, mas ele diz q era ele o errado pq sentir ciumes dela; / um irmão....é muito calmo era minha cunhada q usava drogas.e bebia muito / judiava dos filhos e ele se separou/ (...) [algum de seus avós eram violentos?] da minha mãe não... / mas do meu pai eram sim.. / pelo que sei” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

Uma participante expôs que das 9 tias, 7 sofreram violência doméstica. Esse número elevado de herdeiros do sintoma familiar parece remeter ao que Kaës (2001a) afirmou sobre a impossibilidade de não participar dos grupos que o precedem. Cabe, no entanto, ressaltar que aparentemente duas tias escaparam desse legado, cabendo investigar quais foram os efeitos dessa herança na vida dessas pessoas. Assim, parece que a maioria dos integrantes da família recebeu a transmissão e se apropriou das referências identificatórias e dos mecanismos de defesa sem muita transformação. Isso tornou acessíveis os sintomas aos descendentes por meio de traços, mantendo presentes o recalcado e interligando as gerações. Esse exemplo ressalta o assinalamento de Magalhães e Féres-Carneiro (2007) sobre como se comunicam os conteúdos inconscientes familiares, por meio das identificações com as relações mais importantes da vida da pessoa. Por outro lado, parece que, nesses casos de repetição da violência na família, há um processo identifica-

tório congelado em um sempre atemporal, tal como é o inconsciente, que parece produzir o que Faimberg (2001) chamou de clivagem alienante.

“minhs tias minhas / a maioria era devivo a bebidas.... / eles alcoolizados batias nelas / mas tem uma q mora vizinho aqui / ela é minha tia tbm / sofre tudo q eu passei até hj / ja estar nessa situação a 5 anos.(...) [quantas tias vc tem?] 9 [e quantas dessas sofreram violência?] 7 ”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Algumas entrevistadas referiram que familiares agressivos sofreram violência na infância, o que Ricotta (1999) observou ser comum. Kernberg (2007) afirmou que quando o sujeito se identifica com um objeto não confiável e mau de sua infância, esse tem a predisposição de destruir vingativamente todas as relações objetais que venha a constituir. Além disso, esse dado pode sugerir que as formas de se relacionar, os direitos e os deveres de cada membro foram definidos pelo sistema de parentesco, tal como foi afirmado por Solis-Ponton (2004). Os sujeitos repetiram a dinâmica de serem carrascos, possivelmente, sob a ótica da psicanálise, por conta do mecanismo de identificação (Freud, 1921/1976). Esse achado está consoante com outros estudos que sinalizaram a repetição da violência entre aqueles que foram vítimas de pais agressivos na infância (Penso, Costa e Almeida, 2005; Penso e Neves, 2008; Ramos e Oliveira, 2008; Ribeiro e Bareicha, 2008). Esse aspecto corrobora a afirmação de Kaës (2001a) de que a constituição do sujeito deriva da intersubjetividade, de que o psiquismo é subordinado à família e, ainda, sobre a possibilidade de o sujeito repetir a posição de vítima ou carrasco tal como os antepassados. Esse aspecto parece também se referir à capacidade do indivíduo de se identificar com o grupo que o antecede de forma a construir sua identidade por meio da transmissão psíquica geracional (Ruiz Correa, 2007).

“Minha mãe batia muito. Nos deixava com hematomas. Batia escondido do meu pai, que não gostava que ela nos surrasse./ Não precisava nem ter motivo. Todos os dias, tinha surra (...) [e o que sabe sobre a vida da sua mãe?] Ela conta que apanhava muito” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“meu pai era muito ruim judiava da minha mae e de meus irmaos / [eu] sofria agressões / l pelo meu pai (...) [pq vc acha q seu pai batia?] por que meu vo fazia isso com ele eu penso que é uma maneira dele se vingar do meu avo / entende”. (Luana,

27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

Houve a reprodução da violência na posição de algoz entre aqueles que testemunharam agressões entre os pais, sugerindo que esses podem ter manejado o sofrimento invertendo-o ao ódio (Kernberg, 2007) e, ainda, que testemunhar é tão danoso quanto ser vítima da violência (Hirigoyen, 2006). De acordo com Kernberg (2007), as vivências iniciais do sujeito podem favorecer a manifestação de violência e originar psicopatologias. Essa reprodução da brutalidade está consoante com a afirmação de Kaës (2001a) de que os antepassados influenciam em como o sujeito se comportará. Assim, o lugar daquele que produz comportamentos agressivos parece ter se repetido por meio da identificação e da reprodução dos atos nos relacionamentos constituídos. O sujeito se tornou aquilo que de alguma forma foi anunciado a ele por meio dos investimentos, do desejo e das representações da família.

“Meu pai era um pai bravo / muito bravo/ ciumento com as filhas.. / não deixava sair namorar (...) minha mãe tb sofreu muito com ele. / anos e anos / ele bebia muito / era agressivo / ela saia toda arranhada. (...) [algum de seus avós eram violentos?] da minha mãe não... / mas do meu pai eram sim.. / pelo que sei” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“[pai] ele batia nela [mãe]/ mas ela q batia nele primeiro. / (...)ela ia pra cima dele.... mas ele segurava ela.....(...) meu avô [materno] qndo eu era criandça ele batia muito na minha avó / mas eu ã via. / pq até hj minha avó sofre com o meu avo / hj em dia ele ã bater mas nela / mas fica humilhando ela”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Mulheres que sofreram violência dos seus companheiros e da família informaram que também agiram de forma agressiva, seja com seu parceiro violento ou com a prole. Na literatura também há relatos de mulheres violentas (Hirigoyen, 2006) e que podem apresentar tendências vingativas (Kernberg, 2007). Parece que nesses casos houve a identificação com o agressor e com a relação dolorosa, impotente e paralisante que tinha com ele. Nessa dinâmica, tal como exposta por Kernberg (2007), projetam-se as partes de si mesmas maltratadas em outros objetos, fazendo com que os relacionamentos agressivos continuem as engolindo, mesmo que estejam na posição de algozes ou de vítimas. Além disso, conforme

Araújo (2005) assinalou, mesmo em posição de vítimas, as mulheres nem sempre são totalmente passivas. Nos casos apresentados parece que de alguma forma a violência sofrida não foi simbolizada, obrigando a repetição, tanto nos parceiros quanto na prole, em uma tentativa de elaboração.

“ele bebia e mudava completamente / começa a me xingar de puta, vagabunda e ai vai / ai foi onde começou a primeira agressão (...) e ele tinha bebido muito e eu tbm / ele estava dirigindo meu carro / ai começamos a discutir / ai quando ele jogou a chave do meu no meu da rua / ai eu fiquei com tanta raiva que EU fui para cima dele / ai começamos a brigar no meu da rua uma baixaria” (Livia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

“[ex companheiro agressivo] ele estava com amigos / partia primeiro de mim / as agressões verbais / (...) sou uma pessoa impulsiva / sei q muitas vezes saio de mim / em discussão / (...) mas nunca mais deixei alguém encostar a mão em mim (...) já me peguei com ódio e voando em cima da pessoa / como se fosse a atitude inversa (...) [com o atual companheiro] e naquela discussão fez não fiz / parti para cima dele com ódio / rasguei a blusa dele / dizendo / não me chame de mentirosa (...) agredir ele / ele nunca levantou a voz para mim”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

“[e como eram as agressões vindas de sua mãe?] por essa imposição moral, ela cobrava de mim um amadurecimento, as palavras eram de similares as usadas para ofender os meus irmãos, muito a palavra insolente, quando eu quebrava algo, muita culpa, ela me punia com a culpa, com a rejeição, com o endurecimento do corpo e da voz, eu não lembro muito das palavras, somente os gestos, o tom da voz, o olhar (...) / meu ex, agrediu-me com uma tentativa superficial de esganadura (...). [e como ele era violento com você?] em constrangimentos / bem parecido com a maneira da minha mãe / como eu ousava não ser dentro do padrão / era um discurso dúbio / e eu me cobrava o comportamento dentro das expectativas dele / e não o que eu era / de fato / eu durante anos , fiquei perdida dentro de mim mesma (...) / [entre ela e a filha].tapas, arranhões(dela [filha] em mim), muitos empurrões, gritos, ofensas / eu tentei esganá-la [a filha] na primeira agressão” (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

Em alguns casos ficou muito evidente a repetição até mesmo das formas de violência vivenciadas, que se apresentaram como cópias muito semelhantes às anteriores, sugerindo que houve um padrão de transmissão das experiências de violências ao longo de gerações (Narvaz e Koller, 2006) e um processo de identi-

ficação que levou à apropriação das qualidades do outro, as utilizando para determinado fim (Baranes, 2001; Kaës, 2001a).

“Meu pai era um pai bravo / muito bravo/ ciumento com as filhas.. / não deixava sair / Namorar / (...) uma vez ate fugi de casa / aos 12 anos./ pq ele acho q tinha um menino afim de mim, e pegou uma faca bebado / e disse q ia acabar com o menino / eu senti medo/ e fugi de csa. / (...) Ele [o companheiro] sempre foi muito ciumento... / Eu não podia ter amigas,ele me seguia pelas ruas... (...) eu passo a noite em claro / pq ele pega a faca... / e fica alisando ela / para me dar medo / e eu não durmo” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“meu ex, agrediu-me com uma tentativa superficial de esganadura (...) eu tentei esganá-la [a filha] na primeira agressão (...) meus irmãos maiores com diferença de idade de 5 e 7 anos, me batiam por motivos fúteis, além do assédio moral. (...) Minha mãe na adolescência, usou da agressão verbal e poucas vezes na infância. / [e como eram as agressões vindas de sua mãe?] por essa imposição moral, ela cobrava de mim um amadurecimento, as palavras eram de similares as usadas para ofender os meus irmãos/ [sobre seu companheiro] em [me] humilhava / me depreciava em relação aos colegas / do tipo, o colega fez porque era comigo, como ele poderia ter outra atitude se eu tinha essas características: bobinha... radical... sem visão... sem estratégia.... (...) / ” (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

“[sobre o pai] lembro de uma vez / que fiz prova para predo segundo / Pedro II / e meu pai me batei / bateu / falando que eu queria / serputa / ser puta / pq passei para um colegio publico e ele opagava. / (...) [sobre o companheiro] mas se eu discordar de algo / ele parte para agressão fisica e verbal / com socos na cabeça / (...) me chama de filha da puta, piranha...” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Duas entrevistadas relataram espontaneamente a crença de que a violência tem relação com a vivência de agressões na família, o que também foi assinalado nos estudos de Bucher (2003) e Gomes (2005, 2007). Uma, ao se perguntar sobre a história da violência em sua vida, respondeu a partir da história de sua infância.

“as coisas do passado as vezes atrapalha nosso futuro / eu nao queria ser insegura / e eu queria pensar sempre positivo pensar e crer que a pessoa que esta ao meu lado me ama e nunca vai me ferir como meu pai fez”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

“Sim, na verdade começou na infância, em minha família de origem: meus irmãos maiores com diferença de idade de 5 e 7

anos, me batiam por motivos fúteis, além do assédio moral. Isto se prolongou dos 7 anos até os 19 anos, quando sai de casa para unir-me ao meu companheiro. / A violência fazia parte relações familiares.” (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

Outra participante opinou que o pai seria violento com a família constituída para se vingar de seu pai pela violência sofrida na infância. De alguma forma, a filha foi porta voz do traço que seguiu entre as gerações, apesar do recalçamento. Isso parece estar de acordo com a afirmação de Kaës (2001b) de que tanto o afeto quanto o representante da pulsão são transmitidos entre as gerações. Além disso, a reprodução de comportamentos agressivos em outros objetos, com o objetivo de se vingar das relações patogênicas do passado, também foi observado por Kernberg (1995). O autor afirmou também que o sujeito expressa a ira ativa numa relação objetal totalmente má na expectativa inconsciente de eliminá-la e restaurar uma relação boa (Kernberg, 2007).

“[pq vc acha q seu pai batia?] por que meu vo fazia isso com ele eu penso que é uma maneira dele se vingar do meu avo / entende”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

Em duas entrevistas, observou-se que as vítimas qualificaram o algoz positivamente, apesar dos atos agressivos, para isso parece terem sido utilizados os mecanismos de defesa negação (Anna Freud, 1978) e cisão (Segal, 1975). Sabe-se que os mecanismos de defesa são transmitidos através das gerações (Kaës, 2001a). Conforme Miller (1997) assinalou, nesse panorama se oculta o conhecimento da crueldade e negam-se os resultados maléficis do abuso, que segundo Ricotta (1999) elicia o algoz a permanecer na violência. Essa dinâmica corrobora a participação da vítima na trama familiar, ou seja, que de alguma forma ela ajuda a produzir ou reproduzir a violência, o que foi também ressaltado por Araújo (2005) e Saffioti (1999).

“[o companheiro] ele é uma pessoa boa / ele é militar / da aeronáutica / mas não posso discordar com ele em nada / que aí começam as agressões / e ele sabe que não tenho para onde ir / e nunca tive apoio de minha família em nada / ele usa isso a seu favor / (...) e ele prometeu que pararia / de fazer isso / ele não deixa faltar nada em casa / e nem p mim / se pedir algo sempre dá / mas se eu discordar de algo / ele parte para agressão física e verbal / (...) [o pai] meu pai foi um bom pai pa-

ra mim e irmã / para meu irmão que era só / filho da minha mãe / Não / ele fazia coisas erradas e minha mãe / ficava na cabeça dele / ele descia ate o quarto do meu irmão e batia nele / quase todos os dias (...)lembro de uma vez / que fiz prova para predo segundo / Pedro II / e meu pai me batei / bateu / falando que eu queria / ser puta / ser puta / pq passei para um colegio publico e ele opagava / (...) [a mãe] lembrou uma vez que minha mae quebrou uma vassoura nas costas dele / e isso me deixava com medo e tinha medo de apanhar da mesma forma / (...) amo meus pais / lógico / apesar de tudo / mas eles sempre / nos deram tudo / material / e esqueceram da / educação, dos valores”. (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“com 6 meses d gestação em uma discução / ele acabou me empurrando..... / comecei a chorar , mas desculpei ele.....” (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Mulheres vítimas de violência no presente informaram ter sofrido ou testemunhado violência de suas mães na infância, o que foi consoante com a afirmação de Hirigoyen (2006) de que as mulheres também são violentas. No entanto, parece ser interessante que as participantes repetiram a posição de vítima da infância e não o lugar estabelecido pelas mulheres de sua família, ou seja, de algozes.

“[e como eram as agressões vindas de sua mãe?] por essa imposição moral, ela cobrava de mim um amadurecimento, as palavras eram de similares as usadas para ofender os meus irmãos, muito a palavra insolente, quando eu quebrava algo, muita culpa, ela me punia com a culpa, com a rejeição, com o endurecimento do corpo e da voz, eu não lembro muito das palavras, somente os gestos, o tom da voz, o olhar” (Fernanda, 42 anos, 3 filhos, psicóloga, separada há 4 anos, tempo de relação 13 anos).

“Minha mãe batia muito. Nos deixava com hematomas. Batia escondido do meu pai, que não gostava que ela nos surrasse./ Não precisava nem ter motivo. Todos os dias, tinha surra” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

“[pai] ele batia nela [mãe]/ mas ela q batia nele primeiro. / (...)ela ia pra cima dele.... mas ele segurava ela.....”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Algumas mulheres qualificaram o relacionamento conjugal, o próprio ou dos pais, ou o contexto familiar como satisfatório mesmo ocorrendo dinâmicas

agressivas, parecendo que perderam a sensibilidade da qualidade dos relacionamentos (Ricotta, 1999). A visão positiva dos relacionamentos pode estar relacionada com o aspecto cíclico da violência, tal como exposto por Corsi (2006), e pela co-dependência que a pessoa pode ter da relação (Giddens, 1992 e Saffioti 1997, 1999). As entrevistadas relataram acreditar que com a submissão, ou ao se anularem, estariam sob o controle da situação nos seus relacionamentos. Havendo, portanto, um autosacrifício em detrimento do parceiro ou da relação, o que para Kernberg (2007) é característica de um enamoramento patológico e de haver um ganho por se encontrar na posição de vítima. Além disso, em duas entrevistadas parece estar inconsciente a repetição do padrão estabelecido na infância e na cultura: de subjugação e poder. Assim, parece que essa repetição indica que o papel e a função da mulher como vítima na família foram atribuídos por outras gerações e por mitos familiares, conforme exposto por Gomes (2005).

“[os pais] eles viviam bem / ele tinha muito ciumes dela / as vezes nas discursões....ele batia nela / mas ela q batia nele primeiro. / (...)ela ia pra cima dele.... mas ele segurava ela.../ coisas desse tipo.... /ela pedia pra ele parar com ciumes”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

“olha;tem me ajudado pq enho aprendido a lidar com ele;quando bebe ja procuro ficar mais calada;não cobrar horarios.enfim / [e funciona?] sim.tenho ttido otimos resultados” (Marina, 25 anos, 1 filho, professora, vive com agressor há 10 anos).

“ele é uma pessoa boa / (...) ele não deixa faltar nada em casa / e nem p mim / se pedir algo sempre dá (...)/ hj eu encaro melhor as coisas / e faço de tudo para que ele não fique nervoso / adoro quando ele tem que vaiajar a trabalho / pq fico só com meu filho / [e funciona não discordar?] sim funciona / [o q mais vc faz para q ele não fique nervoso?] concordo comm tudo que ele fala/ não descordo em nada / mesmo que por dentro não concorde/ me anulei” (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“Minha mãe batia muito. Nos deixava com hematomas. Batia escondido do meu pai, que não gostava que ela nos surrasse. / Não precisava nem ter motivo. Todos os dias, tinha surra. (...) / Mas, apesar disso e das dificuldades, não passamos por privações sérias. / Não nos faltou nada. / Acho que foi uma infância feliz.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Apesar da consciência do dano sofrido e de afirmar desejar se separar, algumas mulheres relataram que se sentiam dependentes do parceiro. Essa dinâmica parece ser possível pela formação de um vínculo muito forte com o abusador e por fixação ao trauma, tal como foi descrito por Kernberg (2007).

“queria muito me separar / mas se sinto totalmente dependente”. (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

Também foram relatadas repetições de violência em grupos além do familiar, como estupro no ambiente do trabalho e *bullying* na escola, condizendo com a afirmação de Ricotta (1999) de que registros de agressão na infância e na adolescência tornam a vítima propensa a novas situações de submissão à violência. A repetição de abusos em outros grupos pode ter relação com a afirmação de Kaës (2001a) de que o sujeito pertence a mais de um grupo, portanto, podendo haver ressonâncias entre esses diversos espaços psíquicos intersubjetivos.

“fui trabalhar nesse jornal / Eu era muito bonita / chamava muita atenção / e isso ate me prejudicava algumas vezes / e esse cara era conhecido da minha mãe / e ele sabi da minha situação / que precisav do emprego / um belo dia / tive que fazer chegar mais cedo no jornal para acompanhar a distribuição para os jornalheiros / e ele estava lá / começou a falar que eu era linda, que sentia tesão / e eu me esquivando dele / chegou o momento que me pegou a força / e me machucou bastante / cheguei em casa / e não contei nada , só chorava / falei que pediria as contas, e minha mae falou que se eu fosse fazer isso teria que procurar outro lugar / para morar / pq não teria como me sutentar com meu filho / (...) o pior ainda / não foi isso / depois de 2 meses descobrir que estava grávida desse mostro / não contei nada em relação ao abuso / (...) pq não tinha dinheiro / para abortar / e era de um monstro / Imagine só / como eles me tratavam / como uma puta / que teve outro filho de outro homem / apanhava dia e noite / a minha filha nasceu de 6 meses / [apanhava] dos meus pais / e situação piorou / pq eu não gostava da minha filha / olhava para ela e via toda aquela cena / na minha cabeça”. (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“sofri bulling na escola / era gorda / e me maltratavam muito / [como?] me ridicularizavam / na educação física / não era chamada para dançar música lenta / cantavam em coro a música do balão mágico para mim”. (Priscila, 36 anos, estagiária, separada há 3 anos, tempo de agressão 1 ano).

O suicídio de um familiar também foi relatado por uma das entrevistadas. Kaës (2001a) assinalou que sintomas autodestrutivos podem ser decorrentes de dinâmicas de violência na família que podem ter sido transmitidas transgeracionalmente.

“Meu tio, irmão de minha mãe, se suicidou aos 19 anos. Esta sempre foi uma das maiores tristezas dela.” (Camila, 53 anos, 3 filhos, professora, separada do agressor há 15 dias, tempo de relação 1 ano e 9 meses).

Outro aspecto que chamou atenção foi o padrão repetitivo de reação submissa e da vulnerabilidade, o que respectivamente foi também assinalado por Ricotta (1999) e Hirigoyen (2006) como comuns em vítimas de agressões. Uma entrevistada relatou forma semelhante de reagir à violência, tampar os ouvidos quando criança e quando adulta se cala e se anula, reação que Araújo (2005) chamou de embotamento da capacidade de pensar e Penso, Costa e Almeida (2005) de paralisação emocional frente à situação abusiva. Talvez esse comportamento esteja ligado igualmente à dificuldade em expressar a agressão, se deprimindo quando se esperaria raiva (Kernberg, 2007). Outra participante expôs a crença de que em outro relacionamento poderá estar às voltas com o mesmo padrão de submissão e violência.

“[pai na sua infância] ele descia ate o quarto do meu irmão e batia nele / quase todos os dias / [e onde vc estava qdo isso acontecia?] no meu quarto / abraçada com minha irma mais nova/ e tampava os ouvidos dela / [o q vc escutava?] ele batido e meu irmao gritando para parar / (...) [atualmente] então apinho / e fico quieta / depois vou tomar banho / e choro no chuveiro / [não há barulho?] sim ms fico calada / para os vizinhos não escutarem / ele já grita bastante / e eu odeio gritos / quando alguém grita comigo eu travo / fico parada / (...) pq não consigo ser agrssiva com ninguem, mesmo que a pessoa seja comigo / em todas as situações / pode ser com quem for / desde um fechada no transito, no trabalho / principalmente em casa / não me sinto no direito de magoar ninguem / nem que seja para me defender / (...) de ser agredida verbalmente por quem for / a minha atitude e baixar a cabeça e as lágrimas já começam a descer / não sei respondera mesma altura / da agressividade / muitas vezes eu não me sinto capaz (...) ” hj eu encaro melhor as coisas / e faço de tudo para que ele não fique nervoso / adoro quando ele tem que vaiajar a trabalho / pq fico só com meu filho / concordo comm tudo que ele fala / não descordo em nada / mesmo que por dentro não concorde / me anulei (Sara, 29 anos, 3 filhos, revendedora, mora com agressor há 7 anos).

“[o q ele faz q faz vc sentir esse medo?] *eu penso que um homem pode chegar e me conquistar fazer com que eu o ame e depois me iludi me acredite tanto verbal como visicamente*”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

Foi relatado que elas reagiam à violência, ou seja, não eram passivas a ela, observação feita também por Araújo (2005) em seus estudos.

“*xingava ele tbm de covarde / todas as vezes que ele me agrediu eu ia para cima dele tbm*” (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

“*e ele disse sai da frente e disse um palavrao e eu nao fala assim comigo nao e ele disse que fala do jeito que ele queria e me bateu*”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

As mães de algumas entrevistadas também foram agredidas por seus cônjuges, configurando o mesmo quadro colocado por meio das estatísticas de Kaplan, Sadock e Grebb (1997) e dos estudos de Narvaz e Koller (2006).

“*meu pai era muito ruim judiava da minha mae e de meus irmaos*”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada há 7 anos, tempo de relação 3 anos).

“*minha mãe tb sofreu muito com ele. / anos e anos / ele bebia muito / era agressivo / ela tb ficava calada*” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

“*[pai] ele batia nela [mãe]*”. (Carla, 22 anos, 1 filho, autônoma, separada há 1 ano, tempo de relacionamento 3 anos).

Houve o relato de duas entrevistadas sobre o medo do passado continuar presente e de que, de alguma forma, repetisse as situações de violência.

“*[quais sao as dificuldades que vieram por conta das agressoes na sua vida?] / eu sou muito nervosa agitada eu tenho medo ,mais nao gosto de demonstrar / e as vezes acho igual agora eu estou casada de novo ne eu sei que sou cri cri /sabe o que é isso ne / entao acho que ele tbm vai fazer isso comigo / [isso o q?] e sabe sempre a gente volta ao passado / [o q ele faz q faz vc sentir esse medo?] eu penso que um homem pode chegar e me conquistar fazer com que eu o ame e depois me iludi me acredite tanto verbal como visicamente*”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

“[e como que a psicoterapia te ajudou?] me ajudou a entender melhor e a situação / pq assim/ eu sabia que essa experiência eu levaria ela para sempre comigo / e eu queria saber quais seriam as consequencias que ela poderia me gerar / não conseguir se relacionar com mais ninguém / ou não ter mais prazeres / ter medo de se envolver” (Lívia, 26 anos, assistente de marketing, separada há 1 ano, tempo de agressão 1 ano).

A única entrevistada que não relatou espontaneamente violência na família de origem, relatou indícios de negligência dos pais para com ela, que segundo Azevedo e Guerra (2002) e Ricotta (1999) também é uma forma de violência. Isso porque, mesmo eles sabendo que a adolescente sofria agressões do namorado permitiram o casamento da filha. Atualmente, segundo a informação da entrevistada, aconselham que ela se acalme, fique quieta e não provoque a ira do marido, de alguma forma desconsiderando as consequências das agressões na filha, não a protegendo.

“[e o q seus pais achavam de vc namorar?] olha concordaram no começo;depois as agressoes os deixaram preocupados / [e como eles sabiam?] ouviam as brigas as vezes / eu chorava / [como eram as brigas?] eram discursos;seguidas de tapas e termino de namoro...mas depois acabava voltando / [e com quem vc conta?] olha; todos da minha familia e vizinhos... / me ajudam;dão / força;aconselham... / ajudam de forma indireta.não se intrometendo...auto ajuda / vem me acalmar dizer para ficar quieta;não provocar a ira dele” (Marina, 25 anos, 1 filho, professora, vive com agressor há 10 anos).

Outra forma de repetição da violência foi o casamento como uma forma de fuga. Isso se tornou evidente ao se perguntar a duas entrevistadas sobre a história da violência em suas vidas. Elas relataram que se casaram na adolescência para sair de casa por conta do ambiente instável e agressivo, buscavam um tipo de relacionamento que Rodrigues, Assmar e Jablonski (2003) chamam de *modelo de amor passiona*l. Isso porque havia um alto grau de idealização e desejo de se satisfazer por meio da relação. Além disso, o casamento constituído foi uma repetição do padrão da família de origem. Esse dado corrobora as afirmações de McGoldrick (1995) de que há falha no ajustamento conjugal em casos de união como tentativa de fuga da família de origem, além dos conflitos com os pais e o padrão familiar de origem ser instável.

“[Entrevistadora perguntou: e o q te fez ficar com ele?] acho que foi minha valvula de escape.../ pra fugir da minha familia.. / fugir das ordens do meu pai... / ele era muito bravo...brigava com a gente..” (Rafaela, 38 anos, 3 filhos, dona de casa, vive com agressor há 20 anos).

Uma entrevistada afirmou ter engravidado com o objetivo de influenciar na decisão dos pais de aceitar o casamento, no entanto, a união foi insatisfatória, consoante com a afirmação de McGoldrick (1995) que gravidez antes do casamento pode ser disfuncional.

“tive minha 1 relação / e engravidei de propósito / para poder sair da casa dos meus pais / eu gostava dele / mas sabia que grávida / meus pais fariam com que eu / casasse com ele / e assim foi” (Sara, 29 anos 3 filhos, revendedora, vive com agressor há 7 anos).

A maioria das entrevistadas não relatou de forma explícita o desejo de fugir de casa por meio do casamento, no entanto, pode-se perceber através do relato da história de suas vidas esse desejo implícito. Por exemplo, uma das entrevistadas afirmou que o seu sonho sempre foi constituir uma família feliz, ao contrário da que teve na sua infância, projetando na relação aquilo que desejava alcançar na vida. Esse aspecto foi postulado por Rodrigues, Assmar e Jablonski (2003) como um tipo de amor em que estão presentes a aceitação e o amor incondicional, o que pode, portanto, dificultar vê-lo mais integralmente. Freud (1914) chama esse tipo de escolha amorosa de narcísica, já que deseja encontrar no parceiro aquilo que gostaria para si. Além disso, o padrão de comparação parece ressaltar a busca de algo diferente através do uso da família de origem como parâmetro decisório, projetando na relação demandas e expectativas para anular as carências. Como Araújo (2005) alegou, a formação do casal se dá a partir dessas identificações projetivas, parecendo que, de alguma forma, há um excesso que produz agravos. Cabe assinalar que Kernberg (1995) enfatizou que o desejo de reparar relações patológicas do passado por meio dos relacionamentos constituídos pode levar a compulsões de repetições agressivas.

“nao tinha vontade de viver por que eu pensava que casando ia ser feliz meu sonho sempre foi casar e ter um casal de filhos e meu marido me amar muito”. (Luana, 27 anos, 2 filhos, manicure, separada do agressor há 7 anos, morou com ele por 3 anos).

6. Considerações finais

Buscou-se com essa dissertação verificar a relação entre a violência conjugal e a transmissão psíquica geracional, dando importância também aos aspectos históricos, individuais e sociais. O objetivo principal foi investigar em que medida a violência seria transmitida de uma geração à outra, identificando se houve hostilidade na família de origem. Concomitantemente, pretendeu-se compreender a conceituação que as vítimas fizeram da violência, assim como quais modalidades elas sofreram e como esse fenômeno influenciou a vida das mesmas.

Não obstante a reiterada discussão sobre a violência conjugal, justifica-se abordá-la sempre, por sua gravidade e presença diária na sociedade. Torna-se relevante estudar seus diversos matizes, uma vez que sua reprodução traz graves problemas às vítimas e também à família. Analisar a influência familiar na produção da violência é importante, uma vez que a família é o primeiro e mais significativo contato com o social do sujeito. Assim, quando adoecida, pode dificultar a saúde de seus membros. Inclusive, a mulher que sofre maus tratos de seu companheiro poderá não estar disponível a cuidar satisfatoriamente dos filhos, tendo em vista o sofrimento físico e emocional, além de esses sofrerem por testemunhar as agressões parentais.

Ao realizar esse estudo, inúmeros desafios estiveram presentes. O primeiro deles foi como entrevistar as participantes, uma vez que esse é um tema que as vítimas costumam manter em segredo. Ao escolher o método de entrevista por internet acreditava-se que teria maior facilidade, pois esse método evitaria o constrangimento do contato direto, o que, de alguma forma, pareceu verdade. No entanto, o tema pareceu ser complicado de ser abordado pelas mulheres, não somen-

te pela vergonha, mas também pela mobilização emocional pela qual passam ao relatar a história da violência. Foram marcadas inúmeras entrevistas em que as mulheres não compareceram. Depois quando se enviava um e-mail para saber o motivo da ausência, algumas respondiam que não queriam falar sobre o assunto. Outras expuseram estar sem tempo ou não contestaram mais. Uma participante, no meio do bate-papo, pediu para parar e remarcar para o dia seguinte, porém não compareceu e, alguns dias depois, ela informou que o assunto era difícil e não terminamos a entrevista. Por isso também, só conseguiu-se nove entrevistadas.

Outra dificuldade foi que os encontros em programas de conversação pela internet requereram muito tempo e parece ter sido bem cansativo para as mulheres. Ao contrário do contato pessoal, a entrevista pela internet exige mais das partes por sua própria dinâmica de perguntas e respostas digitadas, precisa-se escrever e esperar o outro responder, alongando o tempo, de forma a cansar a participante. Por isso, em muitas entrevistas não foi possível aprofundar algumas questões importantes, como a história dos antepassados. Quando chegava nesse assunto, havia a queixa de cansaço ou do tempo de entrevista, o que fez por vezes terminar o encontro. Para outros estudos, talvez possa ser importante ser mais objetiva nas perguntas mais importantes, ou mesmo, fazê-las inicialmente. Também pode ser interessante fazer um pequeno questionário junto com o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os dados pessoais e objetivos sejam coletados antes, diminuindo possivelmente o tempo de entrevista.

Por último, o tema também foi um desafio importante. Isso porque, ao entrevistar essas mulheres, sentimentos contratransferenciais estiveram presentes. Muitas vezes, foi necessário utilizar técnicas de respiração para poder continuar os bate-papos e se afastar um pouco da demanda de solução dos problemas, colocada

pelas entrevistadas. Muitas cenas relatadas foram impactantes e a própria maneira de se contar a história, aparentemente neutra e corriqueira, assustou a pesquisadora. Com isso, parece ser muito relevante que os profissionais estejam atentos aos seus sentimentos ao atender tais pacientes. Por vezes, a mestranda foi chamada ao lugar daquela que resolveria a situação da mulher. Por exemplo, duas entrevistadas, por diversas vezes, falavam das suas dificuldades emocionais e perguntavam o que elas deveriam fazer. Colocavam a entrevistadora no lugar de salvadora de seus problemas, em uma tentativa de se livrarem do problema rapidamente, porém com pouca participação das mesmas na resolução.

Em relação à parte teórica, primeiro abordou-se o conceito de violência contra a mulher no Brasil. Ele foi construído a partir de inúmeras ideologias, mitos e crenças estabelecidos desde a colonização, em que se acreditava que a mulher deveria ser submissa ao homem, que era possuidor de plenos poderes sobre ela. O relacionamento conjugal no Brasil, estabelecido por diversas construções sociais, foi lentamente se modificando até, finalmente, serem condenados os atos violentos contra a mulher. No entanto, apesar do estabelecimento de leis e de programas de desincentivo à violência, observa-se que novos e velhos paradigmas coabitam na sociedade. Assim, apesar de censurada, a violência continua sendo frequente entre os membros dos casais.

Tem-se estudado o tema por meio do uso de diversos conceitos como violência conjugal, doméstica, de gênero ou no casal. Apesar de aparentemente referirem ao mesmo fenômeno, parece que cada um tem relação com a ideologia do seu porta-voz. Parece que quando se deseja enfatizar a submissão da mulher, são utilizados os termos “contra a mulher” ou “de gênero”; quando se deseja realçar a família se utiliza o adjetivo “doméstica”, e quando se pretende sublinhar a relação

entre os cônjuges para perpetuação da agressão, são empregados os complementos “conjugal” e “no casal”. Apesar de os aspectos de submissão poderem estar presentes e produzir desigualdade entre os parceiros, na violência há a co-participação de ambos os cônjuges para a criação e manutenção da mesma. Contudo, dentro desse panorama, também colabora a história familiar de cada membro. Por isso, foi articulada a violência com a transmissão psíquica geracional na esfera conjugal, sabendo que há influência das gerações anteriores sobre a violência familiar.

Por meio da pesquisa de campo, foi possível delinear a configuração da violência na vida das participantes, observando sua complexidade. Elas expuseram que sofrem múltiplas agressões físicas e que é habitual os parceiros adicionarem violências físicas às psicológicas. A violência foi descrita como trágica e traumatizante, sendo a psicológica a mais perniciosa.

Houve nítida repetição da violência na família de origem, na constituída e até mesmo na família extensa, como tias, sobrinha e irmãos de, praticamente, todas as entrevistadas. Ela não passa despercebida pela família. Parece que o ambiente domiciliar hostil influenciou algumas participantes a se casarem na adolescência como forma de fuga. Além disso, algumas entrevistadas referiram que familiares agressivos sofreram ou testemunharam violência na infância. Vítimas de companheiros ou familiares também repetiram o padrão agressivo com os cônjuges ou os filhos.

Outra forma de repetição foi por meio das formas de abuso vivenciadas, que se apresentaram muito semelhantes às anteriores, sugerindo a existência de um padrão de transmissão das experiências de violências ao longo de gerações e um processo de identificação com os executores das agressões.

Muitos mecanismos de defesa parecem estar presentes na dinâmica conjugal hostil. Esses mecanismos acabam por proteger as mulheres frente ao sofrimento, mas também dificultam ver a situação de forma a usar a autoproteção. Por isso, considerando também a vivência de violência na infância, acabam por perder a sensibilidade em avaliar os relacionamentos e o qualificaram como satisfatório mesmo sendo agredidas periodicamente. Além disso, mesmo com consciência dos estragos da relação, se sentem dependentes do parceiro.

Ao finalizar esse estudo, considera-se a violência conjugal complexa, uma vez que, além dos aspectos culturais, de gênero, individuais e até possivelmente psicopatológicos, há perpetuação da violência na família. O sujeito, herdeiro de todas as histórias familiares, pertence ao grupo intersubjetivo que o antecede. Assim, parece ser de fundamental relevância dar visibilidade ao aspecto da transmissão da violência, tendo em vista a influência dos mecanismos identificatórios e da importância da busca de elaboração dos traumas transgeracionais. Apesar da importância das medidas coercitivas adotadas pelas autoridades públicas, parece que somente isso não produz mudanças efetivas. A psicologia, com suas ferramentas, pode ajudar através da terapia familiar, e mesmo em atendimentos individuais, a compreender melhor essa dinâmica. Por tudo isso, é importante, ainda, a realização de pesquisas sobre essa realidade a fim de aumentar a compreensão e propiciar a elaboração de metodologias para o trabalho com a violência em terapia de casal, individual e também na criação de propostas de intervenção na saúde pública.

7. Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV-TR™**. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Trad. Cláudia Dornelles. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANGULO-TUESTA, A. de J. **Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde**. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1997.

ARAÚJO, M. de F. **Violência Conjugal: uma proposta de intervenção com casais**. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.) **Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

_____ A difícil arte da convivência conjugal: a dialética do amor e da violência. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.) **FAMÍLIA E CASAL: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, U. N. A. (a) **Infância e Violência doméstica**. v.1. São Paulo: LACRI USP, 2002.

BALLONE, G. J - **Personalidade Psicopática** - In. PsiqWeb, Internet, disponível em <http://www.psiqweb.med.br/>, revisto em 2006

BARANES, J. J. Tornar-se si mesmo: avatares e lugar do transgeracional. In: Kaës, René; Faimberg, Haydée; Enriquez, Micheline e Baranes, Jean-José. **Transmissão da vida Psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a.

BARROS, Elias Mallet da Rocha. **Método psicanalítico**. *Cienc. Cult.*, out./dez. 2004, vol.56, no.4, p.22-25. ISSN 0009-6725.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

BENGHOZI, P. **Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços**. *Psicol. clin.*, 2005, vol.17, no.2, p.101-109

_____ e FERES-CARNEIRO, T. Adolescência, violência e agressividade: diferenciando vínculo de relação. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.) **Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL, **Lei 11.340** de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

BUCHER, J. S. N. F. Família, locus de vivências: do amor à violência. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.) **Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In: Penso, Maria Aparecida e Costa, Liana Fortunato (orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos – da pesquisa à intervenção**. São Paulo, Summus, 2008.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO da CID-10: **Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas** Cord. Organiz. Mund. da Saúde; trad. Dorgival Caetano – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CORSI, J. Uma mirada abarcativa sobre el problema de la violencia familiar. In: CORSI, J. (org.) **Violencia familiar: uma mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social**. Buenos Aires, Paidós, 2006.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2006.

FAIMBERG, H. A telescopagem das gerações: a propósito da genealogia de certas identificações. In: Kaës, René; Faimberg, Haydée; Enriquez, Micheline e Baranes, Jean-José. **Transmissão da vida Psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FARIAS, C. C. de e ROSENVALD, Nelson. **Direito nas famílias**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.) **Casamento e Família**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

_____ (org.) **Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____ ; ZIVIANI, C. e MAGALHÃES, A. S. Questionário sobre a conjugalidade dos pais como instrumento de avaliação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Família e Casal: Saúde, trabalho e modos de subjetivação**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2007.

FREUD, Anna. **O ego e os mecanismos de defesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREUD, S. Um tipo de escolha de objeto feita pelos homens. (Contribuições à Psicologia do amor I). In: S. Freud, **Cinco lições de Psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, (vol. XI, pp.147-157). Rio de Janeiro: Imago, 1910 /1980.

_____. **Totem e Tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1913/1999.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: **Obras completas (ESB)**. Rio de Janeiro: Imago, 1914/ 1976. V. XVI

_____. As pulsões e suas vicissitudes, v. 14. In **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1915/1969

_____. Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1919/1969. p. 225-253.

_____. Psicologia de grupo e análise do ego (J. Salomão, Trad.). Em **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1921/1976.

_____. O problema econômico do masoquismo. In: **Obras completas**, ESB, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1924 / 1974.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

GIFFIN, K. **Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (suplemento 1): 146-155, 1994.

GOLDENBERG, M. (org.) **Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2000.

GOMES, I. C.. **Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso**. *Bol. psicol*, dez. 2005, vol.55, no.123, p.177-188.

HEISE, L.. PITANGUY J, GERMAIN A. **Violence Against Women: The Hidden Health Burden**. Relatório Preparado para o Banco mundial. (Mimeo.) (Manuscrito publicado sob o mesmo título, na série World Bank Discussion Papers 255, Washington, D.C.: World Bank, 1994.

HIRIGOYEN, M-F. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KAËS, R. Introdução: O sujeito da herança. In: Kaës, René; Faimberg, Haydée; Enriquez, Micheline e Baranes, Jean-José. **Transmissão da vida Psíquica entre gerações.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a.

_____. Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud. In: Kaës, René; Faimberg, Haydée; Enriquez, Micheline e Baranes, Jean-José. **Transmissão da vida Psíquica entre gerações.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001b.

_____. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade.** Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005.

_____.; FAIMBERG, H.; ENRIQUEZ, M.; e BARANES, J. J. **Transmissão da vida psíquica entre as gerações.** Casa do Psicólogo, São Paulo, 2001

KAPLAN, H. I., SADOCK, B. J. e GREBB, J. A. **Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica.** Artmed, Porto Alegre, 1997.

KERNBERG, O. F. **Psicopatologia das relações amorosas.** Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.

_____. **La agresión en las perversiones y en los desórdenes de la personalidad.** Paidós, Buenos Aires, 2007

KLEIN, M. Um relacionamento amoroso feliz. In: KLEIN, M. e RIVIÈRE, J.. **Amor, ódio e reparação – as emoções básicas do homem do ponto de vista psicanalítico,** Rio de Janeiro, Imago Editora, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

KRUG EG et al., eds. **World report on violence and health.** Geneva, World Health Organization, 2002.

LAMOGLIA, C. V. A. e MINAYO, M. C. de S. **Violência conjugal, um problema social e de saúde pública.** *Rev C S Col* [periódico na internet] 2007. [Citado em 07 de agosto de 2008]; Está disponível em:

<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br>

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B.. **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo. Martins Fontes, 1995.

MACHADO, R. N. **Uma hipótese sobre a elaboração traumática transgeracional: Rapsódia de Agosto.** Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade, Porto Alegre, n.01, Jan/Fev/Mar 2007.

MAGALHÃES, A. S.. **O “eu” transformado pelo “nós”: influências da conjugalidade sobre a subjetividade dos parceiros.** Orientadora Terezinha Féres-Carneiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2000.

MICHAUD, Y. **A Violência.** São Paulo, Atica, 1989.

MINAYO, M. C. de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública.** *Cad. Saúde Pública*, 1994, vol.10 suppl.1, p.S7-S18. ISSN 0102-311X.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência.** *Ciênc. saúde coletiva*, jan./mar. 2005, vol.10, no.1, p.23-26. ISSN 1413-8123.

MIRANDA, Milma Pires de Melo; PAULA, Cristiane Silvestre de and BORDIN, Isabel Altenfelder. **Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família.** *Rev Panam Salud Publica*[online]. 2010, vol.27, n.4, pp. 300-308. ISSN 1020-4989.

NARVAZ, M. G. e KOLLER, S. H. **Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas.** *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. . **O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS).** *Psicologia. Reflexão e Crítica*, v. 20, p. 65-73, 2007.

_____ e Romão-Dias, D. e Di Luccio, F. **Uso de entrevistas On-Line no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS).** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 1-8. 2009.

OLIVEIRA, D. C. de e SOUZA, L. de. **Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos.** *Estud. pesqui. psicol.*, dez. 2006, vol.6, no.2, p.34-50. ISSN 1808-4281.

PASSOS, A. C. dos. **O que os olhos não vêem o coração sente: Um estudo sobre violência psicológica contra a mulher.** Orientadora Sueli Bulhões da Silva. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2006.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F.; e ALMEIDA, T. M. C. (orgs.) **Violência no cotidiano: do risco à proteção.** Liber/Universa. Brasília, 2005.

_____ e NEVES, V. L. Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In. PENSO, M. A. e COSTA, L. F. (orgs). **A transmissão geracional em diferentes contextos – da pesquisa à intervenção.** Summus, São Paulo: 2008.

- PETTA, N. L. e OJEDA, E. A. B. **História**: uma abordagem integrada. São Paulo, Moderna, 1999.
- PIVA, Â. (org.). **Transmissão Transgeracional e a Clínica Vincular**. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2006.
- PUGET, J. e BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Artes médicas, Porto Alegre, 1993.
- RAMOS, M. Novas parcerias, novos conflitos. In: GOMES, P. B. **Vínculos amorosos contemporâneos**: Psicodinâmica das novas estruturas familiares. São Paulo: Callis, 2003.
- RAMOS, M. E. C e OLIVEIRA, K. D. de. Transgeracionalidade percebida nos casos de maus-tratos. In. PENSO, M. A. e COSTA, L. F. (orgs). **A transmissão geracional em diferentes contextos** – da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008.
- RAVAZZOLA, M. C. **Violência familiar**: El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. *Sistemas Familiares*, 23, 29-42. 1997.
- RIBEIRO, M. A. e BAREICHA, I. C. Investigando a transgeracionalidade da violência intrafamiliar. In. PENSO, M. A. e COSTA, L. F. (orgs). **A transmissão geracional em diferentes contextos** – da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008.
- RICOTTA, L. **Quem grita perde a razão**: a educação começa em casa e a violência também. São Paulo Annablume, 1999.
- RIVIÈRE, J. Ódio, Voracidade e agressividade. In: KLEIN, M. e RIVIÈRE, J. **Amor, ódio e reparação** – as emoções básicas do homem do ponto de vista psicanalítico, Imago Editora, Rio de Janeiro, Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- RODRIGUES, A., ASSMAR, E. e JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RUIZ CORREA, O. B. (Org). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.
- _____. O transgeracional na violência intrafamiliar. In: RUIZ CORREA, O. B. (org.) **Grupo familiar e psicanálise: ressonâncias clínicas**. São Paulo, Vetor, 2007.
- SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. 1a ed. São Paulo, Ed. Moderna. 1987.

_____ Violência de gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, H.I.B e MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, NIPAS, Brasília, UNICEF, 1994.

_____ “**Violência de gênero** – lugar da práxis na construção da subjetividade”. *Lutas Sociais*. São Paulo, PUC, 1997, p.59-79.

_____ . Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina Oliveira & BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo. Fundação Carlos Chagas, 1999.

SEGAL, H. **Introdução à obra de Melaine Klein**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

STREY, M. N. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, M. N., AZAMBUJA, M. P. R. de, JAEGER, F. P. (orgs). **Violência, gênero e po** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

WORLD BANK. **The world development report 1993: Investing in Health**. Washington, D.C.; World Bank, 1993.